REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

Geographico e Ethnographico do Brasil

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

DEBAIXO DA IMMEDIATA PROTECÇÃO DE S. M. I.

O Sr. D. Pedro II

TOMO XXXIV vol. 43

Parte segunda

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui.

RIO DE JANEIRO

B. L. Garnier — Livreiro-editor

69 Rua do Ouvidor 69

1871

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO

GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL

3º TRIMESTRE DE 1871

NOBILIARCHIA PAULISTANA

GENEALOGIA DAS PRINCIPAES FAMILIAS DE S. PAULO

Colligidas pelas infatigaveis diligencias do distincto paulista
PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME

(*Continuada do 2º trimestre, pag.* 253)

Copia fiel do Titulo de — TOLEDOS PIZAS — que fez Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e que se acha em poder do Illm. Sr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. (*)

A nobilissima qualidade dos Toledos Pizas, castelhanos da capitania de S. Paulo, é mais para ser conhecida pelos documentos que a acreditam, do que pela nossa informação que a patentêa. Quiz a sorte isentar-nos da participação d'este illustre sangue para não ficarmos suspeitos na publicação d'elle. Em nosso poder tivemos um volume de originaes documentos pertencentes a D. Simão de Toledo Piza, que foi em S. Paulo o tronco da familia do seu ap-

(*) As notas que levarem este signal (*), são do copiador em 1783.

pellido. E porque estes papeis eram certidões de varios officiaes, com os quaes tinha militado o dito D. Simão de Toledo Piza, e seu pai, o sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, alvarás de mercês de el-rei Filippe de Castella ; com consentimento do herdeiro o R. Dr. Antonio de Toledo Lara, que hoje é dignissimo conego da cathedral da cidade de S. Paulo, levámos todo o processo em nossa companhia para Lisboa no anno de 1755, com o destino de se fazer por elles em Castella instrumentos de *puritate et nobilitate probanda*, para assim se manifestar sem a menor duvida a alta qualidade do progenitor d'esta familia, na capitania de S. Paulo, D. Simão de Toledo Piza. A sorte porém não permittiu se conseguisse este acertado intento, porque, chegando nós a Lisboa em Setembro do mesmo anno de 1755, succedeu no 1° de Novembro o formidavel terremoto, que destruiu aquella grande cidade em o limitado espaço de tres minutos, seguindo-se logo um incendio, que ateando-se na maior parte das casas, entre ellas se abrazaram as da nossa assistencia junto á igreja e collegiada de Nossa Senhora dos Martyres, reduzindo-se á cinzas todos os moveis, que n'ella tinhamos,sem escapar nem ainda o dinheiro,que tambem se consumiu debaixo das mesmas ruinas d'aquella morada, e suas annexas. Com este infeliz acontecimento perderam os Toledos de S. Paulo os excellentes papeis que lhes acreditavam a qualidade de seu nobilissimo sangue; porém ainda a advertida cautela do seu primeiro possuidor D. Simão de Toledo Piza deixou o remedio contra este damno; porque no cartorio da vedoria de guerra da Ilha Terceira, cidade de Angra, se acham todos os documentos registrados. Por elles sabemos com total certeza a origem de D. Simão de Toledo Piza, que é a seguinte.

Da illustrissima casa dos condes de Oropeja e duques de Alva de Tormes foi legitimo descendente, sem quebra de

bastardia D. João de Toledo Piza, que nasceu na villa de Alva de Tormes, e casou na côrte de Madrid com D. Anna de Castelhanos. D'este matrimonio nasceu—

D. Simão de Toledo Piza, que, seguindo o real serviço, se achou em posto de capitão, militando com D. João de Austria na celebre batalha naval de Lepanto contra o turco no anno de 1571, em que foram mettidas ao fundo duzentas galeras ottomanas, e pereceram vinte e cinco mil turcos, e foram postos em liberdade outros tantos escravos christãos. Tudo melhor consta da *Vida de Alexandre Farnezi*, principe de Parma, que se achou presente n'esta batalha, governando as armas de Castella. Do posto de capitão passou o dito D. Simão de Toledo Piza ao de sargento-mór, com cujo caracter embarcou na armada com o general d'ella D. Alvaro Bazan, marquez de Santa Cruz, no anno de 1583 contra Monsieur de Chatres, cavalleiro de Malta, que a favor do Sr. D. Antonio Prior do Crato se achava sustentando o partido dos moradores da Ilha Terceira, que seguiam a voz do dito Sr. D. Antonio, que acclamando-se rei de Portugal na villa de Santarem a 24 de Junho de 1580, foi roto e desbaratado por um corpo de vinte mil homens de tropas veteranas de el-rei Filippe II de Castella, que governava o general D. Fernando Alvares de Toledo duque de Aliva de Tormes; e posto em fugida no dia 26 de Agosto se retirou a França, de onde conseguiu o soccorro para sustentar as ilhas no seu partido, que trouxe áquelles mares Monsieur de Chatres, que desbaratados ficaram os ilhéos dando obediencia a Castella. N'esta batalha naval, que durou cinco horas de activo e violento fogo, perdeu um olho o sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, com cuja enfermidade ficou em terra na cidade de Angra. N'ella casou depois com D. Gracia da Fonseca Rodovalho, irmã direita do deão d'aquella sé chamado o Rabaço, que insti-

tuiu o morgado no Pico Redondo; eram filhos de Vasco Fernandes Rodovalho, porque trazem os appellidos de Ozorios, Fonsecas e Alfaros. El-Rei o aposentou com o mesmo soldo, que tinha do posto de sargento-mór, accrescentando-lhe por nova mercê mais duzentos cruzados cada um anno. A provisão régia d'esta graça, nós a lêmos, e se acha registrada na vedoria geral da Ilha Terceira.

A quinta ou morgado sito no Pico Redondo, possuiu D. Pedro de Lombreiros, que deixou ao padre Lucas Garcia, e por sua morte foi arrematada em 1:600$. (Talvez foi esta venda pelos annos de 1710 até 1712.) E foi avisado por este mesmo tempo meu avô João de Toledo, a quem pertencia tambem 4$000 de fôro nas casas de Antonio da Fonseca Carvão. O dito morgado com uma pensão de 500 réis para um nocturno na Sé. O padre D. Pedro, primo de meu tio, dispôz de tudo, cuidando não havia herdeiros.

Teve o sargento-mór D. Simão de Toledo do seu matrimonio com D. Gracia da Fonseca Rodovalho quatro filhos; dois varões e duas femeas. El-Rei de Castella mandou ir estas duas senhoras para Madrid, onde as fez recolher em um mosteiro, com grande tença á cada uma d'ellas. Aos dois varões, que eram D. Gabriel de Toledo e D. Simão de Toledo, fez a cada um mercê de uma praça ordinaria de soldado na Ilha Terceira, e diz o alvará d'esta graça, *ibi* :

« E attendendo ao seu illustre sangue: Hei por bem fazer mercê aos ditos D. Gabriel e D. Simão, filhos do sargento-mór D. Simão de Toledo Piza, a cada um de uma praça ordinaria com tres escudos de mais, além da praça ordinaria, até terem idade de tomar armas, etc. »

D. Gabriel, seguindo o real serviço, se passou a Madrid por alvará que para isso teve de El-Rei Filippe. D. Simão continuou o serviço na mesma patria. Chegou ao posto de

capitão de infantaria e passou á côrte de Madrid, d'ella sahiu despachado, e voltou para a Ilha Terceira sua patria. O que n'ella lhe aconteceu, ignoramos; porém, pela expressão que fez no testamento com que falleceu em S. Paulo em 1668, discorremos que teve revéz de fortuna; porque diz, *ibi*:

« Declaro que sou natural da Ilha Terceira, cidade de Angra, filho legitimo e de legitimo matrimonio do Sr. sargento-mór D. Simão de Toledo Piza e da Sra. D. Gracia da Fonseca Rodovalho, cujas qualidades não declaro, porque sendo minha patria tão perto quem se importar saber, procure.

« Idem, declaro que, vindo de Madrid despachado com os alvarás, que se acham na provedoria da fazenda, por secretos juizos do meu destino, fui preso no castello, de d'onde fugi, e vim dar a esta villa de S. Paulo, onde casei, e sempre cuidei em me não dar a conhecer, consentindo que o morgado, que por morte de minha mãi passava a mim, o tenha desfrutado, e se ache de posse d'elle, meu primo D. Pedro de Lombreiros, conego da sé de Angra, cujas cartas estão no meu contador com todos os mais papeis meus, e de meu pai e irmãos. Meu filho João de Toledo, habilitando-se por meu filho, irá á minha patria para tomar posse do morgado, que lhe pertence; cobrar da fazenda real o que consta das provisões que lá se acham em processo, e tambem a minha legitima materna, que ficou em casas de sobrado. »

D'estas expressões inferimos, que algum accidente do tempo pôz em desordem a sorte de D. Simão de Toledo, e o obrigou a fugir da patria, e do castello em que se achava preso. Do anno, em que passou para a capitania de S. Vicente e veiu para S. Paulo, não descubrimos documento algum, que nos informe d'esta época; sabemos só, que na matriz de S. Paulo, em 12 de Fevereiro de 1640, casou com

D. Maria Pedroso, filha de Sebastião Fernandes Corrêa, 1° provedor proprietario, e contador da fazenda real da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e de sua mulher D. Anna Ribeira. Em titulo de Freitas, cap. 2° § 6." E na camara episcopal de S. Paulo nos autos *de genere* de João de Toledo Castelhanos, processados em 1658, prova-se bem a qualidade de Sebastião de Freitas, sogro de Sebastião Fernandes Côrrêa, aqui nomeado; e tambem se prova bem a nobre qualidade de sangue, e os empregos que teve na Ilha Terceira, onde foi governador muitos annos do castello de S. Filippe, o dito sargento-mór D. Simão de Toledo Piza e seu filho D. Simão, de quem foi filho o dito D. João de Toledo Castelhanos.

D. Simão de Toledo Piza foi cidadão de S. Paulo, onde teve sempre o primeiro voto no governo da republica. Os seus merecimentos lhe adquiriram a mercê da propriedade de juiz de orphãos de S. Paulo (1) que exercitou (com os acertos, que se reconhecem nos inventarios e partilhas dos orphãos, que residem no cartorio) até 24 de Abril de 1661 em que lhe succedeu Antonio Raposo da Silveira, a quem o donatario da capitania marquez de Cascaes, D. Alvaro Pires de Castro e Sousa fez mercê da propriedade d'este officio por provisão datada no castello de S. Jorge de Lisbôa no 1° dia de Agosto de 1660, e tomou o dito Silveira posse d'este officio na camara de S. Paulo a 24 de Abril de 1661 (2). N'esta provisão diz o marquez donatario, que elle tinha feito mercê d'este officio a D. Simão de Toledo Piza de propriedade; porém que, tendo commettido crime

(1) Archivo da camara de S. Paulo, no caderno de registros, titulo 1643, pag. 5 v.

(2) Archivo da camara de S. Paulo, livro de registro, titulo 1658 pag. 129.

de desafio contra o ouvidor da capitania d'elle marquez, e concorria tambem ser o dito D. Simão oriundo de Castella, que o inhabilitava para officios no reino de Portugal; que por estas causas fazia mercê d'este officio de juiz de orphãos da sua villa de S. Paulo a Antonio Raposo da Silveira, casado e morador na dita villa, e com as partes necessarias, e haver com muita satisfação servido ao rei no Estado da India, e do Brasil, para o servir, ou para a pessoa que casasse com filha sua, levando em dote o sobredito officio de juiz de orphãos da villa de S. Paulo, etc.

Foi tambem ouvidor da capitania, e tomou posse d'este pesado cargo a 16 de Julho de 1666. Dos seus serviços obrados pelo rei e pela republica consta no archivo da camara de S. Paulo, no livro n. 4 titulo 1664 pag. 30 v., pela certidão, que em 3 de Julho de 1666 lhe passaram os officiaes da camara de S. Paulo,cujo teor é o seguinte: « Os officiaes da camara, que servimos este presente anno, juizes, vereadores e procuradores do conselho, juntos em vereação certificamos, e é verdade, que conhecemos a D. Simão de Toledo,natural da cidade de Angra,Ilha Terceira,ser casado n'esta villa ha melhor de 27 annos, dentro dos quaes tem servido todos os cargos honrosos da republica,sendo procurador geral d'estas capitanias, e haver sido 19 annos juiz de orphãos e vereador, e as mais vezes eleito procurador d'esta villa, descendo d'ella á de S. Vicente a ajustar a finta geral com dispendio de sua fazenda. Por sua muita capacidade, prudencia e entendimento foi eleito juiz ordinario, com o qual cargo fez particular serviço a Sua Magestade, ajudando em tudo ao ouvidor geral Sebastião Cardoso de S. Payo, tanto em comboiar a elle e aos seus mineiros e aos do cunho real a esta villa, como em prender aos homisiados, e mandal-os levar á villa de Santos, ajudando a romper a casa forte, vindo d'ella a esta villa a enviar mantimen-

tos e munições ás justiças para sujeitarem os criminosos, e no mesmo tempo trabalhando na cobrança do donativo geral, sendo muito zeloso do serviço de Sua Magestade e do bem commum, quieto, pacifico e fóra de todas as dissensões que ha succedido, sem nunca se achar n'ellas, mas antes ser um dos que principalmente tratava da paz. E sabemos que em todas as occasiões de rebate tem acudido com sua pessoa e gente do seu serviço á sua custa á villa de Santos, e nas occasiões, que da cidade da Bahia se pediram mantimentos, elle, além do que de sua casa dava, applicava aos mais moradores a que fizessem o mesmo, etc.»

Tambem no cartorio da provedoria da fazenda real, no livro de registros das sesmarias n. 9, titulo 1638 pag. 106 v. consta que D. Simão de Toledo Piza havia servido a Sua Magestade assim nas armadas, como nos presidios, o que mostrava pelas suas certidões e fés de officios e alvarás régios, quando o dito Toledo fez de tudo relação representando que era morador na villa de S. Paulo e casado n'ella, pedindo de sesmaria uma legua de terra para suas lavouras.

Teve D. Simão de Toledo Piza do seu matrimonio quatro filhos nascidos em S. Paulo, que foram Sebastião, que voou para o céo, tendo sido baptizado a 25 de Novembro de 1640, e

João de Toledo Castelhanos.........Cap. 1.°
D. Gracia da Fonseca Rodovalho.....Cap. 2.°
D. Anna Ribeiro..................Cap. 3.°

CAPITULO I

1—1. João de Toledo Castelhanos, baptizado a 5 de Maio de 1642, foi cidadão de S. Paulo, e serviu repetidas vezes

os cargos da republica. Habilitou-se com sentença *de genere* em 1658 para o estado sacerdotal, de que se arrependeu e casou. Em 1680 foi juiz ordinario e de orphãos, do que tomou posse em camara a 21 de Abril do dito anno. Teve cordial devoção ao serviço da purificação de Nossa Senhora; e para ser todos os annos applaudida esta sagrada imagem collocada na igreja do collegio dos jesuitas em altar collateral, ficou sendo seu padroeiro, com o concurso de seu cunhado o capitão-mór governador e alcaide mór Pedro Taques de Almeida, e ambos por alternativa annual faziam esta festa com missa cantada, sermão e o sacramento exposto no throno; e para o refeitorio dos religiosos n'este dia, mandavam com grandeza e abundancia varias iguarias de massas e conservas. Foi muito dado ao uso da oração mental, praticando sempre as virtudes moraes em beneficio do proximo e perfeita educação de seus filhos. Vivia no retiro de uma quinta, vulgarmente chamada chacara, situada no alto plano, que faz o rio Tamanduatihy, unido já com a ribeira Anhangabahy (por detrás do mosteiro dos monges do patriacha S. Bento em tiro de peça) da campina do sitio da capella de Nossa Senhora da Luz de Guarê. N'esta quinta se recreava com a cultura de varias flôres de um jardim, que era o total emprego dos seus cuidados (unico até aquelle tempo, em que os moradores de S. Paulo só tinham por interesse ou as minas de ouro, ou as grandes searas de trigo, com a abundancia da creação dos porcos, de que faziam provimentos para as cidades do Rio de Janeiro e Bahia de todos os Santos). Com essas flôres fazia adornar os altares dos templos, principalmente de Nossa Senhora do Carmo, de cuja terceira ordem era irmão professo. As suas virtudes e exemplar vida mereceram conseguir uma ditosa morte; porque enfermando, e conhecendo o perigo da vida se dispôz com todos os sacramentos, tendo actual-

mente a assistencia dos reverendos,que gostosos lhe faziam tão pio obsequio, assim o reverendo commissario de terceiros, como os de S. Francisco, de S. Bento e da companhia de Jesus, conservando uma tranquillidade de espirito e catholica resignação, expirou no mesmo ponto, em que se elevava a Sagrada Hostia pelo celebrante da missa cantada na festa da Purificação, que a elle tocou no dia 2 de Fevereiro de 1727.

Com o nascimento e criação da patria, nunca quiz sahir para fóra d'ella, e por isso até deixou perder o morgado do Pico Redondo na Ilha Terceira, consentido que os seus parentes o desfructassem. Muito apenas por duas vezes aproveitou parte dos rendimentos que lhes foram enviados por intervenção dos PP. jesuitas dos collegios da Bahia e Rio de Janeiro que recebeu em S.Paulo em avultada somma de pannos de linho, e aguas ardentes. E com a imitação da inercia do pai, seguiu a mesma inutilidade o filho primogenito o capitão-mór D. João de Toledo Piza Castelhanos; e veiu esta casa a perder aquelle morgado sem mais causa, que a de uma total e indesculpavel omissão, que se foi diffundindo aos mais herdeiros até o presente tempo.

Casou João de Toledo Castelhanos duas vezes. A primeira com D. Maria de Lara. Em titulo de Taques, cap. 3º § 10 com toda a sua descendencia. A segunda com D. Anna do Canto de Mesquita. Em titulo de Pires, cap. 6º § 5.º E d'este segundo matrimonio teve seis filhos nascidos em S. Paulo, que foram:

§ 1— Bento de Toledo Castelhanos, tenente-general, falleceu sem geração.

§ 2— Francisco de Toledo, jesuita e provincial no Maranhão em 1756.

§ 3— D. Anna do Canto de Toledo, sem geração.

§ 4— Pedro Nolasco de Toledo, falleceu solteiro.

§ 5— D. Escholastica de Toledo, falleceu solteira.

§ 6— D. Joanna de Toledo Canto e Mesquita. Casou com seu parente o sargento-mór João Barbosa Lara, com geração. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3º § 1º n. 3—9 a n. 4—1, ou em titulo de Pires, cap. 6º § 5º n. 3—4, etc.

CAPITULO II

1—2. D. Gracia da Fonseca Rodovalho, foi baptizada a 21 de Novembro de 1644. Casou com Gaspar Cardoso Gutherres, natural de Lisbôa e baptizado na freguezia da Senhora das Mercês do Bairro alto, irmão direito de Luiz Nunes da Silveira que florecia em 1705, morador na capinia do Espirito Santo, filhos de Luiz Nunes Gutherres, natural de Lisbôa e de sua mulher D. Maria Miguel da Silveira, natural da Ilha Terceira, cidade de Angra. Esta D. Maria Miguel era de conhecida nobreza e foi tia direita do Dr. Jorge da Silveira, vigario geral e provisor do bispado do Rio de Janeiro, pelos annos de 1694. E teve nascidos em S. Paulo tres filhos :

§ 1.º—Henrique Cardoso Gutherres.
§ 2.º—Carlos Pedroso da Silveira.
§ 3.º—D. Aurelia Gracia da Silveira.

§ 1.º

2—1. Henrique, que no sacramento da confirmação mudou o nome em José e ficou chamando-se José Cardoso Gutherres, viveu na villa de Taubaté, onde foi capitão de cavallos dos auxiliares, e ahi falleceu no 1º de Maio de 1723 com testamento (3), e jaz sepultado no convento de Santa Clara dos capuchos da mesma villa. Não casou, mas teve dois filhos naturaes, Ricardo e Maria.

(3) Cart. da villa da Taubaté, invent. letra I n. 28.

§ 2.º

2—2. Carlos Pedroso da Silveira, herdou com desvelado empenho o serviço do rei; e vendo tão empenhado por Portugal o descobrimento de minas de ouro, ou prata, para que tinha sido mandado com o apparato de extraordinarias despezas a S. Paulo D. Rodrigo de Castello Branco, como temos tratado no titulo de Lemes, cap. 5º §'5º n. 3—1. E em titulo de Prados, cap. 6º § 3º n. 3—3; se animou (á custa da sua fazenda, sem a menor ajuda de custo, nem interesse de futuras mercês, que por alvarás de lembrança com elle se praticassem) a fazer penetrar o vasto sertão dos barbaros indios *Cataguazes*, que já Fernando Dias Paes o havia trilhado em demanda do serro de Sabarabuçú; e quasi pelo mesmo tempo o penetrou tambem Lourenço Castanho Taques com patente de governador do seu troço, e de toda a mais gente, que a elle se incorporasse. Teve a felicidade de ser o primeiro que com o cabo da tropa Bartholomêo Bueno de Siqueira nacional de S. Paulo conseguisse o descobrimento das minas de ouro. D'ellas entregou as primeiras mostras á Sebastião de Castro Caldas, que se achava com o governo da capitania do Rio de Janeiro por fallecimento de Antonio Paes de Sande, que remettidas ao Sr. rei D. Pedro em 16 de Junho de 1695, foi o mesmo senhor servido, mandar escrever ao governador da dita capitania qeu já era Arthur de Sá e Menezes, a carta seguinte, datada a 16 de Dezembro do mesmo anno; *ibi*:

« Governador da capitania do Rio de Janeiro. Amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar. Viu-se a carta que escreveu Sebastião de Castro Caldas, a cujo cargo estava esse governo, a 16 de Junho d'este anno; em que me deu conta de umas novas minas, que se haviam descoberto no sertão da villa de Taubaté, e de que lhe haviam trazido cinco oitavas

de amostras, que remetteu, com as noticias de que ainda se haviam descobrido mais ribeiras, como lhe haviam representado em suas petições os descobridores Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira a quem proveu nos officios d'ellas, por ficar duzentas leguas distante das de Parnaguá, e não poderem os officiaes d'ellas acudir ás novas minas chamadas de Cataguazes etc. Me pareceu dizer-vos, que obrou bem Sebastião de Castro Caldas n'estes provimentos, etc. Assim se vê na secretaria do conselho ultramarino no livro de registros das cartas do Rio de Janeiro, que principia em 28 de Março de 1673, e acaba em 15 de Dezembro de 1700, n'elle a fl. 143, e no mesmo livro a fl. 166 e fl.197». Se seguem outras cartas a respeito de Carlos Pedroso da Silveira, e seus descobrimentos com honrosas expressões de Sua Magestade.

Descobertas assim por Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomêo Bueno de Siqueira as novas minas de Cataguazes, que estendidas depois do anno de 1695 a muitos descobrimentos, ficaram conhecidas por minas de Sabarabuçú, que hoje se diz Sabará de Minas-Geraes. Para o seu estabelecimento foi encarregado, como fica referido, o mesmo Carlos Pedroso. E para que estas minas chegassem ao seu maior augmento (já era fallecido Antonio Paes de Sande no mesmo anno de 1695) ordenou Sua Magestade ao governador Arthur de Sá e Menezes, que havia succedido no governo da capitania do Rio de Janeiro ao dito Sande no dito anno, que passasse ás minas do Sul a executar o mesmo, que se tinha encarregado a Antonio Paes de Sande, e praticasse com os paulistas em seu real nome todas as honras e mercês, que pela secretaria de Estado se lhe mandára declarar, para que assim animados obrassem, e conseguissem maiores descobrimentos de minas de prata e de ouro. Esta carta é datada em 17 de Dezembro de 1696 a

fl. 160 do livro referido. Depois por outra carta de 27 de Janeiro de 1697 a fl. 163 foi o mesmo senhor servido mandar ao dito Arthur de Sá e Menezes, que sahisse para as capitanias de S. Vicente e S. Paulo a examinar as minas de Sabarabuçú com 600$000 de ajuda de custo em cada um anno, além do soldo de governador do Rio de Janeiro.

Em execução d'estas reaes ordens veiu a S. Paulo o dito Arthur de Sá ; e n'esta capitania creou dois terços, em que no de auxiliares proveu de mestre de campo ao paulista Domingos da Silva Bueno, que depois acabou clerigo de S. Pedro, em Minas-Geraes; e no das ordenanças proveu de coronel ao paulista Domingos de Amores, de que dando conta a Sua Magestade, foi o dito senhor servido approvar-lhe a creação das tropas e os cabos d'ellas, por carta sua de 20 de Outubro de 1698 a fl. 195; e por outra de 6 do mesmo mez e anno a fl. 19v ordenou Sua Magestade que os privilegios, que gozam no reino as tropas auxiliares gozassem as do Brasil. E tendo Arthur de Sá e Menezes executado em S. Paulo o que entendeu necessario ao serviço do rei e dos vassallos do mesmo senhor da repartição do Sul passou ás novas minas, onde se deteve até lhe chegar successor no governo do Rio de Janeiro.

Pelo contexto de toda esta verdade fica conhecido o erro em que o coronel Sebastião da Rocha Pita, natural da cidade da Bahia, no seu livro *America Portug.* Livro 8º n. 62, affirma que estes descobrimentos foram no anno de 1698. Não cahiu só n'este engano, porque levado da sua fantasia e credulidade sem exame necessario em materias pertencentes á historia, traz muitos e pessimos erros, afastando-se inteiramente da alma da historia, que é a verdade. D'esta falta resultou affirmar este autor em dito livro 8º n. 67 *ibi*:

« Quando se descobriram estas minas governava a provincia do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes; e convidado das riquezas e abundancia de ouro tão subido, foi a ellas mais como particular, que como governador, pois não exerceu actos do seu poder e jurisdicção n'aquellas partes, fazendo-se companheiro d'aquelles, de quem era superior, e se recolheu para o seu governo, levando mostras, que o podiam enriquecer, posto que da bondade de seu animo, e do seu desinteresse se póde presumir, que foi a ellas menos por cobiça, que pela informação, que havia de dar a El-Rei da qualidade das minas, e da fórma, que seus descobridores os lavravam.

Foi tal a abundancia do ouro das novas minas, que para pagamento do real quinto, e boa expedição das partes, se estabeleceu na villa de Taubaté a real casa da fundição, da qual foi provedor o mesmo Carlos Pedroso da Silveira, que exerceu o lugar todo o tempo que durou o lavor da dita casa. E no primeiro anno de sua creação no de 1698 foi tal o rendimento do real quinto, que o mesmo provedor Carlos Pedroso da Silveira em pessoa e á sua custa os levou á cidade do Rio de Janeiro, merecendo que El-Rei em carta firmada com real punho lhe agradecesse, não só o augmento dado á corôa pelos quintos, mas o conduzil-os em pessoa ao Rio de Janeiro. Esta carta é datada em 19 de Outubro de 1699 a fl. 244 do livro já referido. E a fl. 276 outra carta do mesmo senhor datada em 6 de Novembro de 1700, na qual Sua Magestade, com honrosas expressões agradece ao provedor Carlos Pedroso da Silveira o muito que tem desempenhado as obrigações do provedor dos seus reaes quintos, e o grande augmento a que tinham chegado. Advirtimos, que a primeira construcção de casa de fundição foi na villa de Paraty, para a qual teve Carlos Pedroso da Silveira de Sua Magestade a provisão de provedor dos reaes

quintos ; porém não sendo util existir esta casa n'aquella villa por arbitrio do mesmo provedor facultou Sua Magestade a construcção de nova casa na villa de Taubaté, onde o dito Silveira tinha o seu antigo estabelecimento, e se conservou até o fim da sua extincção no mesmo cargo de provedor, porque os reaes quintos foram cobrados nas mesmas minas, onde se construiram casas para este effeito.

As moraes virtudes de Carlos Pedroso da Silveira lhes conciliaram sempre todo o bom conceito; por isso muitos annos antes do descobrimento de Minas-Geraes tinha tido o cargo de ouvidor pelo donatario da capitania de S. Paulo e S. Vicente, em cuja capital Camara tomou posse; e depois a tomou de capitão-mór por provimento tambem do donatario.

Quando D.Braz Balthasar da Silveira,segundo governador e capitão-general da capitania de S. Paulo,que succedeu a Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, quarto capitão-general positivo d'esta capitania, passou pelas villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, indo para as Minas-Geraes, deu melhor fórma aos terços das tropas milicianas, reduzindo o posto de capitão-mór d'ellas no de mestre de campo na pessoa de Carlos Pedroso da Silveira. Estando já em Minas elle dito general D. Braz, e achando ser necessario um regente, que governasse as tres villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, mandou carta patente ao mestre de campo Carlos Pedroso, datada em Nossa Senhora do Carmo (hoje cidade da Marianna) a 27 de Setembro de 1714, sendo secretario do governo Manoel da Fonseca. Falleceu Carlos Pedroso com testamento a 17 de Agosto de 1719 (4) e jaz na quadra da capella dos terceiros de S. Francisco do convento de Taubaté.

(4) Cartorio de orphãos de Taubaté,inventarios, letra C. n. 13.

Casou o mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira na villa de S. Vicente com D. Isabel de Sousa Evanos Pereira, baptizada na freguezia da Candelaria do Rio de Janeiro, filha de Gibaldo Evanos Pereira, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Ignez de Moura Lopes, natural da villa de S. Vicente. Neta pela parte paterna de Eliodoro Evanos Pereira, natural da villa de Vianna do Minho (primo-irmão de Estacio de Sá, em cuja companhia viéra para o Rio de Janeiro em 1568, em que falleceu Estacio de Sá), e de sua mulher D. Maria de Sousa de Brito, natural do Rio de Janeiro, e por ella bisneta de João de Sousa Pereira de Botafogo, natural da cidade de Elvas, e de sua mulher D. Maria da Luz Escorcia Drumond, filha de Manoel da Luz Escorcio Drumond, natural da Ilha da Madeira, de onde viéra para S. Vicente com sua mulher, tres filhas e um filho, e enviuvando em S. Vicente casou segunda vez o dito Drumond, e se recolheu para o Rio de Janeiro com seu genro João de Sousa Pereira de Botafogo. Era este natural de Elvas, como fica dito; e n'esta cidade seus pais e avós tiveram casa, que se perdeu, e confiscou por ordem régia, por causa de suas insistencias, soberbas e resistencias ás justiças e outros motivos. A causa principal da ruina foram alguns privilegios e isenções, com que os senhores reis de Portugal lhes permittiram o fabricar um mosteiro de freiras, para recolhimento de suas filhas e parentas, em um pateo que tinha a dita casa (ainda hoje se chama o pateo e rua dos Botafogos), e não póde livral-os d'essa ruina um filho da mesma casa que n'aquelle tempo lograva a graça do cardeal D. Henrique, a quem servia de escrivão da sua camara, com um escudo de vantagens no seu fôro, porque os crimes e desobediencias dos seus parentes foram taes que foram perseguidos, e confiscados os bens; de sorte que uns fugiram para Castella,

outros para onde os guiou a sua boa ou má sorte. O dito pateo com tudo o que continha em si de casas foi dado aos jesuitas, que n'elle fundaram o seu collegio. Este João de Sousa Pereira de Botafogo foi participante com seus parentes dos crimes e resistencias, e por elles igualmente perseguido; mas como a este tempo a senhora rainha D. Catharina deixava passar em paz aos criminosos, que vinham á conquista dos indios barbaros do Brasil, passou elle a esta empreza, e a tratar da vida no que a fortuna lhe offerecesse. Chegou ao Rio de Janeiro quando já a cidade velha estava principiada, e d'ella se fazia guerra ao gentio *Tamoyo* : e como este Botafogo era destemido, e se tinha noticia da sua nobreza, o fizeram capitão de uma das canôas de guerra, e o mandaram para Cabo-Frio a impedir o contracto do páo Brasil, em que os francezes estavam commerciando. Foi tão feliz n'esta conducta, que pelejando com valor e ousadia com os francezes, em varios encontros rendeu a muitos, que aprisionou, entre os quaes foi Tucen Grugel, nobre e valoroso francez, cabo de toda a armada, e os trouxe prisioneiros á cidade do Rio. D'este Tucen procedem os Grugeis Amaraes d'aquella cidade. D'ella veiu para a villa de S. Vicente, onde tambem a guerra contra os barbaros gentios andava ateada ; e mostrando n'ella o seu valor e destreza militar, o casou com sua filha o capitão do presidio Manoel da Luz Escorcio Drumond, como fica referido. E pela parte materna foi D. Isabel de Sousa Evanos neta de Manoel Lopes de Moura, que outros dizem Moreira de Moura, natural de S. Vicente, e de sua mulher Ignez Gonçalves, natural da mesma villa.

As honrosas cartas que teve Carlos Pedroso da Silveira, de que atrás fizemos menção, dos senhores reis D. Pedro II e D. João V, se desencaminharam com a sua

morte, que as não podemos descobrir para d'ellas aqui darmos as cópias. A patente que teve de mestre de campo lhe confirmou D. João V. Aos seus grandes serviços tinha premiado D. Pedro II com a mercê do habito de Christo, com tença effectiva de 80$000 pagos no almoxarifado da provedoria da villa de Santos, e o posto de capitão de infantaria do presidio da cidade do Rio de Janeiro; e fallecendo o senhor rei D. Pedro, seu filho o senhor D. João V confirmou as ditas mercês. Ao tempo, que se tratavam das provanças pelo tribunal da mesa da consciencia e ordens, para tomar o habito, succedeu a sua morte; porém no seu testamento deixou todos os seus serviços a seu filho Leopoldo da Silveira e Sousa, que fiando-se de José da Silva Valença, que de S. Paulo passava a Lisboa, lhe entregou dinheiro bastante, e os papeis para tratar dos requerimentos, porém o dito Valença nunca mais deu satisfação alguma d'esta conducta; e deixando em si o dinheiro e papeis recebidos, passados muitos annos appareceu em S. Paulo armado cavalleiro da ordem de Christo vindo na companhia de D. Luiz Antonio de Tavora, conde de Sarzedas, governador e capitão-general da capitania de S. Paulo em 1731 com o caracter de seu secretario do gabinete, ostentando uma vaidade de personagem por haver amortecido no conhecimento proprio os habitos humildes da natureza, estado com que de antes tinha sido morador na villa de Taubaté, onde só teve por maior emprego ser tabellião e escrivão da camara. Passou á villa Boa de Goyazes na companhia do mesmo conde, e lá falleceu sem se lembrar da obrigação com que a propria consciencia lhe havia de arguir pela fazenda alheia. D'esta fórma veiu a mallograr-se em tudo e por tudo o grande merecimento do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira.

Do matrimonio do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira nasceram seis filhos :

3—1. Gaspar Gutterres da Silveira.
3—2. Leopoldo da Silveira e Sousa.
3—3. Leonel Pedroso da Silveira.
3—4. D. Maria Pedroso da Silveira.
3—5. D. Bernarda Pedroso da Silveira.
3—6. D. Thomazia Pedroso da Silveira.

3—1. Gaspar Gutterres da Silveira obteve sentença *de genere* em 1705 para ser sacerdote. D'estes autos, que existem na camara episcopal de S. Paulo, se prova bem, que os seus avós são os que ficam já nomeados. Casou na villa de Pitanguy com Feliciana dos Santos ; em titulo de Barbosas Limas, cap. 11 § 1.º E teve tres filhos.

4—1. Ignacio Carlos Barbosa.

4—2. Antonio Barbosa da Silveira.

4—3. Floriano de Toledo Piza. Falleceu Gaspar Gutterres da Silveira em posto de sargento-mór, e na freguezia de S. Antonio de Valpiedade da Campanha do Rio Verde, e jaz sepultado na capella de S. Gonçalo, filial da mesma matriz.

3—2. Leopoldo da Silveira e Sousa, casou na villa de Guaratinguetá com Helena da Silva Rosa, natural de Taubaté, filha de Miguel de Sousa Silva, nascido no mar e baptizado na Bahia, e criado no Rio de Janeiro, e de sua mulher Barbara Maria de Castilho e Cruz. Neta pela parte paterna de Manoel Francisco de Moura e de sua mulher Maria da Silva, que ambos vieram de Alemquer para o Rio de Janeiro, e são os avós maternos d'aquelle grande barrete frei Antonio da Santa Maria, o Passante de alcunha, religioso capucho , e pela materna neta de Domingos Alves Ferreira e de Andreza de Castilho, da villa de Taubaté. E teve nove filhos :

4—1. Leopoldo Carlos Leonel da Silveira. Casou nas Minas de Paracatú.

4—2. Julio Carlos da Silveira. Casou com D. Bernarda de Sousa Evanos, sua prima, filha de Antonio Ferraz de Araujo e D. Bernardina Pedroso da Silveira do n. 3—5 d'este § 2.º

4—3. José da Silva Reis, foi casado, não teve filhos e existe viuvo.

4—4. D. Rosalia, falleceu solteira, jaz na capella de I. M. I. filial do Facão.

4—5. D. Leovigilda, casou com João de Sande Nabo, natural da Ilha Grande, Angra dos Reis, sem geração.

4—6. D. Maria, casou com José Borges.

4—7. D. Helena Angelica de Cassis, solteira.

4—8. D. Antonia de Sousa, casou no Facão com João Monteiro Ferraz, filho de João Monteiro Ferraz, que teve fazenda na encruzilhada, e D. Anna de Sousa.

4—9. D. Anna de Sousa, foi casada com Agostinho Gago da Fonseca, filho de Luiz da Fonseca, e de sua mulher Filippa Gago, natural da villa de Itú. Deixou geração.

3—3. Leonel Pedroso da Silveira, clerigo de S. Pedro, existe em Minas Geraes.

3—4. D. Maria Pedroso da Silveira, casou com o capitão Francisco Alves Corrêa, natural da Ilha Grande, filho de Francisco Alves Corrêa, e de Maria Bicudo, moradores de Taubaté, e teve nove filhos, naturaes de Taubaté.

4—1. Estanisláo da Silveira e Sousa, casou na freguezia de S. Caetano com Clara Maria Leite, filha de Fernando Leite, e de Maria de......... E tem nove filhos.

5—1. José.

5—2. Fernando

5—3. Bento.

5—4. Maria.

5—6. Anna.
5—7. Gertrudes.
5—8. Leonarda.
5—9. Rosa.

4—2. Floriano de Toledo Piza, falleceu na freguezia de S. Caetano, onde jaz, e era subchantre da Sé de Marianna.

4—3. Patricio Corrêa da Silveira, casou na freguezia de Santa Barbara com Rita Maria da Conceição, filha de nobres pais. Falleceu na dita freguezia e jaz na capella da Senhora da Conceição da Barra do Caetê. E teve duas filhas

5—1. Antonia.
5—2. Anna.

4—4. José Bento da Silveira, é clerigo.

4—5. Carlos Pedroso da Silveira, é clerigo.

4—6. Gibaldo, falleceu de tenros annos.

4—7. D. Leonor, falleceu, de tenros annos.

4—8. D. Isabel de Sousa Castelhanos, casou na freguezia de S. Caetano com Manoel Monteiro da Veiga. E teve onze filhos:

5—1. Estanisláo da Silveira Evanos, clerigo.
5—2. Brigida, recolhida no recolhimento da Mocahubas, onde falleceu.
5—3. Anna, recolhida no mesmo.
5—4. João.
5—6. Francisco. (*)
5—7. Manoel.
5—8. Floriano.
5—9. Antonio José.
5—10. Joaquim.
5—11. Thomaz.

4—9. D. Graciana da Fonseca Rodovalho, casou na freguezia de S. Caetano com Antonio Gomes Ferreira natural de Pernambuco, filho do capitão Manoel Gomes Fer-

(*) O numero 5—5 falta no manuscripto.

(NOTA DA REDACÇÃO.)

reira e de sua mulher D. Thomazia Luiza da Cruz. Sem geração.

3—5. D. Bernarda Pedroso da Silveira (filha do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, do § 2º) falleceu em Taubaté com testamento a 28 de Setembro de 1710: foi casada com João Pedroso de Alvarenga, que passando para as minas do Cuyabá depois de viuvo, n'ellas falleceu estando segunda vez casado. E teve filho unico natural de Taubaté (5).

—4. Carlos Pedroso da Silveira, casou na freguezia da Penha de França do sitio de Araçariguama termo da villa de Santa Anna de Parnahyba, com Maria Pedroso de Almeida filha de Paschoal Leite de Miranda e de sua mulher D. Isabel de Lara de Mendonça, em titulo de Laras, cap. 7º § 4.º Em titulo de Mirandas, cap. 3.º Falleceu na villa de Pindamonhangaba. E teve quatro filhos.

5—1. José Corrêa da Silveira.
5—2. Manoel Carlos da Silveira.
5—3. D. Izabel.
5—4. D. Maria.

3-6. D. Thomazia Pedroso da Silveira (filha do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, do § 2º). Casou na villa de Taubaté com o capitão Domingos Alves Ferreira, filho de Domingos Alves Ferreira, que falleceu em Minas-Geraes em 1709 (6), e de sua mulher primeira D. Andreza de Castilho, natural da villa de Mogy, a qual foi filha de Francisco Alves Corrêa natural de Villa Real, de nobilissima familia, provedor da fazenda real da capitania de S. Vicente, que passando á cidade da Bahia, foi hospedado do governador geral do Estado no seu palacio; e de sua segunda

(5) Cart. de orph. de Taubaté, inv. letra B. n. 8.
(6) Cart. de orph. de Taubaté, inv. letra D. n. 25.

mulher D. Guiomar de Alvarenga, natural do Rio de Janeiro, filha de Manoel Rodrigues de Alvarenga, natural da cidade de Lamego, de nobre familia de seu appellido tão conhecido, como examinada pelo brazão de armas d'ella. Em titulo de Alvarengas, da capitania de S. Paulo. E teve treze filhos.

4—1. Venceslão da Silveira Evanos Pereira, casou na villa de Itú em 1764 com D. Escholastica Forquim Arruda, filha de Claudio Forquim Leite. Em titulo de Taques, cap. 3º § 8º n. 3—2. Arrudas, cap. 2º § 5º n. 3

4—2. Eduardo José Caetano, casado na freguezia do Facão.

4—3. José Pires Corrêa, existe solteiro.

4—4. Domingos Alves Ferreira, existe solteiro.

4—5. D. Bernardina Pedroso da Silveira, existe casada com Antonio Ferraz de Araujo, natural da Parnahyba, filho de Antonio Rodrigues de Miranda, (em titulo de Mirandas) natural da mesma villa, e de Maria Pires de Araujo, filha de Antonio Ferraz de Araujo, e de Maria Pires Bueno, irmã do capitão-mór Bartholomêo Bueno da Silva. Em titulo de Ferrazes, ou Buenos. Com geração.

4—6. D. Maria Zeferina da Silveira, casou na freguezia de Santo Antonio do Rio Verde, com Manoel Tavares.

4—7. D. Amatildes Alves Jacintha, casou com Francisco do Rego Barros, filho do sargento-mór Francisco do Rego Barros e de D. Arcangela Forquim da Luz (7).

4—8. D. Leonor Domingues da Cunha, casou com Antonio de Faria Sodré, natural da villa de Pitanguy: filho de Miguel de Faria Sodré, e de sua mulher Veronica Dias Leite. Em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—6, na descendencia do n. 4—3 ao n. 5.

(7) Em titulo de Forquins, da capitania de S. Paulo, cap. unico § 5º n. 3—7.

4—9. D. Genoveva da Trindade, casou com José Ferraz de Araujo, filho de Miguel de Faria Sodré e de D. Veronica Dias Leite, já nomeados.

4—10. D. Jutgardis, existe solteira.

4—11. D. Isabel de Sousa Evanos, existe solteira.

4—12. D. Emiliana Francisca de Moura, casou em Guaratinguetá com Francisco Leite, filho de Miguel de Faria Sodré e D. Veronica Dias já nomeados.

4—13. D. Barbara Moreira de Castilho, casou com o coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça (8) filho do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e de sua mulher D. Maria Cardoso de Siqueira.

§ 3.º

2—3. D. Aurelia Gracia da Silveira (filha ultima de D. Gracia da Fonseca Rodovalho, do cap. 2º), falleceu solteira na villa de Taubaté, e jaz no convento de Santa Clara dos capuchos da dita villa no mesmo jazigo de sua mãi.

CAPITULO III

1—3. D. Anna Ribeiro Rodovalho, baptizada a 16 de Se tembro de 1643 (filha terceira e ultima de D. Simão de Toledo Piza, e de D. Maria Pedroso), casou com o capitão João Vaz da Cunha, natural e cidadão de S. Paulo, filho de Christovão da Cunha Onhate, natural e cidadão de S. Paulo, e de sua mulher Messia Vaz Cardoso. Em titulo de Cunhas Gagos, cap. 1º § 4º com suas ascendencias. E teve quatorze filhos:

(8) Archivo da camara de Taubaté, livro 2º de registros, pag. 51, a patente de 1º coronel das tres villas.

§ 1°

2—1. D. Simão de Toledo Piza, natural e cidadão de S. Paulo, onde teve sempre as redeas do governo da republica: foi muitas vezes juiz ordinario, e muitos annos de orphãos. Foi ouvidor e corregedor da mesma capitania, e d'ella tambem foi capitão-mór governador; casou com D. Francisca de Almeida Taques, filha de D. Branca de Almeida. Em titulo de Taques Pompêos, cap. 3° § 9 n. 3—9 com toda sua descendencia.

§ 2°

2—2. João Vaz Cardoso, foi morador da villa de Taubaté e n'ella seu republicano, e uma das pessoas de maior estimação e respeito. Foi familiar do santo officio, e um dos do numero da inquisição de Lisbôa por carta de Janeiro de 1711; falleceu na mesma villa de Taubaté; e n'ella foi casado com Francisca de Freitas natural da mesma villa onde falleceu com testamento a 8 de Abril de 1753 (9), filha do capitão

(9) Cartorio de orphãos de Taubaté, letra F. n. 33.

Amaro Gil Cortez, e de sua mulher Marianna de Freitas, ambos naturaes de S. Paulo, e ella falleceu em Taubaté com testamento a 10 de Junho de 1710 (10), filha de Manoel Fernandes Giga, e de sua mulher Maria Cubas; elle dito capitão Amaro Gil faileceu tambem em Taubaté, e foi filho de Sebastião Gil o velho chamado o villão, natural de S. João da Foz, (11) um dos povoadores de S. Paulo, para onde veiu com mais irmãos, todos com o appellido de *Gil*, e de sua mulher Feliciana Dias natural de S. Paulo, filha de Pedro Dias (que tinha vindo a S. Paulo feito leigo da companhia com os primeiros P P. jesuitas em 1554, em cujo anno no dia 25 de Janeiro se celebrou a primeira missa, que por isso a terra e o collegio tomou o nome de S. Paulo); e de sua segunda mulher Antonia Gomes da Silva natural de Braga (casou esta segunda vez, morto o primeiro marido Pedro Dias, com Gaspar Nunes), de onde tinha vindo para S. Paulo com seus irmãos, que foram Simão Alves, Maria Affonso, mulher de João Peres Canhamares natural de Castella; Francisca Fernandes mulher do estrangeiro João Baruel e Isabel Gomes; e todos na companhia de seus pais, que foram Pedro Gomes e sua mulher Maria Affonso, todos de Braga. As circumstancias, que occorreram para San'to Ignacio, sendo geral em Roma, permittir relaxação de voto ao leigo Pedro Dias para o primeiro casamento com Maria da Grãa filha do rei ou cacique dos gentios *Piratiningas*, chamado Teviriçá, que depois de catholico foi chamado Martim Affonso Teviriçá, temos escripto em titulo de Lemes, cap. 5º § 5º n. 3—6 em sua descendencia n. 4—3 e seg.

(10) Cart. de orph. de Taubaté, letra M. n· 65, e n'elle appenso o inventario letra A. de Amaro Gil Cortez.

(11) Camara Episcopal de S. Paulo, autos *de genere* de Timotheo Corrêa de Toledo.

Do matrimonio de João Vaz Cardoso nasceram em Taubaté nove filhos:

3—1. Amaro de Toledo Cortez.
3—2. Timotheo Corrêa de Toledo.
3—3. João de Toledo Piza.
3—4. André Corrêa de Toledo.
3—5. D. Anna de Toledo.
3—6. D. Marianna de Freitas.
3—7. Simão de Toledo Piza.
3—8. D. Maria de Toledo.

3—1. Amaro de Toledo Cortez, ainda existe em 1767, morador de Taubaté, onde repetidas vezes tem sido juiz ordinario,e o foi de orphãos triennal: foi casado com Martha Rodrigues de Miranda, que falleceu em 1743 em Taubaté, filha de....... E teve nove filhos (12).

4—1. Manuel, casou em S. Paulo.

4—2. João, casou em Baependy.

4—3. D. Agueda, casou com João de Sousa, filho do coronel Antonio de Sousa, em Pindamonhangaba.

4—4. D. Luiza, casou com o capitão Domingos Vieira da Silva, em Pindamonhangaba.

4—5. D. Thereza, casou com Jeronymo de Campos Reinol.

4—6. D. Ignez, casou com Manoel Antonio de Carvalho Reinol.

4—7. Xisto, solteiro.

4—8. Lourenço, solteiro.

4—9. D. Marianna, casou com João Gomes Sardinha, no Rio de Janeiro. Todos com filhos e filhas.

3–2. Timotheo Corrêa de Toledo,existe clerigo do habito de S. Pedro e vigario da villa de Pindamonhangaba. Foi

(12) Cart. de orph. de Taubaté, letra M. n. 69.

casado a 18 de Abril de 1735 com Ursula Isabel de Mello natural de Taubaté, onde falleceu no 1º de Janeiro de 1752, filha de Manoel Vieira de Amores, que ainda existe, e de sua mulher Ignacia Ferreira, ambos naturaes de Taubaté. Neta pela parte materna de Sebastião Ferreira Albernaz, natural da villa de Taubaté, da qual foi juiz de orphãos, capitão mór d'ella, e acabou em mestre de campo das ordenanças das tres villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá (13), que falleceu a 18 de Julho de 1726, e de sua mulher Isabel de Castilho natural da mesma villa, onde falleceu a 16 de Abril de 1751, que foi filha de José de Castilho, que falleceu a 13 de Agosto de 1684 em Taubaté (filho de Francisco Alves Corrêa de Villa Real e de sua mulher Guiomar de Alvarenga), e de sua mulher Isabel Fragoso, natural de Mogy, filha do coronel Sebastião de Freitas e de sua mulher Maria Fragoso. Bisneta de Sebastião de Freitas Cardoso, natural da ilha de S. Sebastião, e de sua mulher Isabel de Faria Albernaz, natural de Taubaté, que foi filha do capitão Salvador de Freitas Albernaz, natural do Rio de Janeiro, e de sua mulher Francisca Ribeiro, natural de S. Paulo, e terneta de Antonio de Faria Albernaz, que falleceu em Taubaté em 1663, e de sua mulher Catharina Sysmeira. E pela parte paterna neta de Paulo Vieira da Maia, natural de Taubaté (filho de Antonio Vieira da Maia, e de sua mulher Maria Cardoso Cabral), e de Catharina de Almeida, natural de S. Paulo, filha de Domingos de Amores, e de sua mulher Ursula de Almeida. Em titulo de Vieiras Maias (14). E teve oito filhos.

4—1. Carlos Corrêa de Toledo, clerigo de S. Paulo,

(13) Archivo da camara de Taubaté, livro 2º de registros, pag. 71 v e 118.

(14) Camara Episcopal de S. Paulo, autos *de genere* de Carlos Corrêa de Toledo.

hoje está vigario collado da igreja de S. José, comarca do Rio das Mortes, o que alcançou estando em Lisboa em 1776.

4—2. Luiz Vaz de Toledo, casou na freguezia da Acuthia com Gertrudes Maria de Camargo, filha de João Antunes, natural da villa de Itú (filho de Antonio Antunes Maciel, que serviu na dita villa todos os cargos da republica, e de Josepha Paes de Siqueira), e de Rita Maria de Camargo, natural da Acuthia, filha de Thomaz Lopes de Camargo, que serviu os cargos honrosos na cidade de S. Paulo, e de Paula da Costa, natural da dita freguezia.

4—3. D Marianna de Toledo, está casada com Antonio José da Motta, capitão de ordenanças em Taubaté, natural da freguezia de Sampaio de Favões, conselho de Bemviver, filho de Martinho Soares, e de sua mulher Clara da Motta Teixeira, dos verdadeiros e legitimos Teixeiras, a qual era filha de Manoel da Motta Teixeira, da freguezia de S. Miguel de Fapinhos, que tirou instrumento de sua abonação, processado no conselho de Penafiel da Arrifana de Sousa, termo da cidade do Porto em 1690; pelo qual se mostra, que era filho legitimo de Antonio da Motta Teixeira morador da Quinta das Vargeas, e neto de Gaspar Teixeira da Motta, morador no lugar de Lageas freguezia de Couto de Villa Boa. Este instrumento authentico tivemos em nosso poder, que fiou de nós o capitão Antonio José da Motta para o vermos.

4—4. Frei Antonio de Santa Ursula Rodovalho, religioso capucho, que professou no convento de S. Francisco de S. Paulo, hoje é mestre na sua religião.

4—5. Bento Cortez de Toledo, solteiro.

4—6. D. Anna Maria de Toledo, casou com Felix Corrêa Leme, natural de Pindamonhangaba, filho de Salvador Corrêa Leme, e de Maria de Faria Ribeiro, ambos de Pin-

damonhangaba. Neto paterno de Braz Esteves Leme, filho do alcaide mór do mesmo nome. E pela parte materna neto de Francisco Jorge Paes e de Marianna de Faria, ambos de Pindamonhangaba. Tem filhos, Felix e Francisca, menores.

4—7. D. Angela Marianna de Toledo, casada com João Leite do Prado, natural de Pindamonhangaba, filho de Manoel Leite do Prado, e de sua mulher Francisca Vieira; neta por parte paterna de Francisco Leite de Miranda, e de Maria do Prado; e pela parte materna neto de José Vieira Fajardo, e de Maria da Rocha.

4—8. Joaquim José Osorio de Toledo, falleceu em 1780.

3—3. João de Toledo Piza, tem servido todos os cargos da republica na villa de Taubaté, onde tem sido juiz ordinario e de orphãos triennal. Está casado com Leonor Corrêa Leme, natural de Pindamonhangaba; irmã inteira de Felix Corrêa Leme, acima do n. 4—6, filha de Salvador Corrêa Leme, e de sua mulher Maria de Faria Ribeiro: neta por parte paterna do alcaide mór Braz Esteves Leme (difere de cima) e de sua segunda mulher D. Maria da Luz Corrêa. Em titulo de Bicudos, § 1º n. 2 - 1 em sua descendencia n. 3—3: e pela parte materna neta de Francisco Jorge Paes, natural da Ilha Grande, Angra dos Reis, e de sua mulher Marianna de Faria, parente muito chegada do mestre de campo Sebastião Ferreira de Albernaz. Tem filhos.

3—4. André Corrêa de Toledo, casou nas minas de Meia Ponte com......

3—5. D. Anna de Toledo Piza, casou com Bartholomeu Fialho de Azevedo, natural de Lisbôa. Teve sete filhos.

4—1. Bartholomeu, solteiro.
4—2. Manoel, solteiro.
4—3. Bento, solteiro.
4—4. Maria, solteira.
4—5. Antonia, solteira.
4—6. Thereza, casada.
4—7. D. Luzia, viuva do capitão mór Domingos Moreira, em Minas, dos quaes é filho o padr Domingos Moreira de Toledo.
4—8. Anna Moreira de Toledo, casou com Manoe Pereira Guimarães e teve filhos Floriano Margarida, Ubaldo, Maria e Francisco.
4—9. Anna, casou com Bernardino de Sousa, natúral de Portugal e familiar do santo officio, e tem sete filhos.

5—1. Bento.
5—2. José.
5—3. Bernarda.
5—4. Thereza.
5—5. Luzia.
5—6. Anna.
5—7. Luzia: todos solteiros.

3—6. Marianna de Toledo, casou em Taubaté a 25 de Julho de 1724 com Domingos Pacheco Mascarenhas, natural de Taubaté, filho de Athanazio de Figueiredo Castello Branco e Joanna do Prado sua mulher, natural de Taubaté, e teve alli cinco filhos.

4—1. Ricardo Mascarenhas Castello Branco, existe solteiro em 1767.
4—2. Norberto Cardoso, solteiro.
4—3. Genebra.
4—4.
4—5.

3—7. Simão de Toledo, foi religioso capucho, chamado frei Simão de Jesus.

3—8. D. Maria de Toledo, foi casado com Luiz da Silva Porto, fundador e primeiro padroeiro da capella de Jesus Maria José, na sua fazenda de cultura no sitio da Boa Vista freguezia do Facão, do termo da villa de Guaratinguetá, natural da cidade do Porto (15). E teve dez filhos.

4—1. O padre Timotheo Corrêa de Toledo, morador do Rio de Janeiro onde se ordenou por compatriota.

4—2. O padre Floriano da Silva Toledo, vigario da freguezia das minas de Itajubá, termo da villa de Guaratinguetá.

4—3. O padre Bonifacio da Silva Toledo

4—4. Luiz da Silva Porto, casou.

4—5. José, solteiro.

4—6. Genoveva, solteira.

4—7. Francisca, casada com Antonio Ramos da Silva, com uma filha, Maria Francisca.

4—8. Margarida, solteira.

4—9. Francisca, solteira.

4—10. Maria, solteira.

4—11. Catharina, casou com José Monteiro, todos com appellidos de Toledo.

§ 3.º

2—3. Christovão da Cunha.

§ 4.º

2—4. Vasco Fernandes Rodovalho, foi morador da villa de Taubaté e do governo da republica d'ella : alli falleceu com testamento a 6 de Setembro de 1733; (16) foi casado

(15) Camara episcopal do Rio de Janeiro, autos *dê genere* de Timotheo de Toledo. E camara episcopal de S. Paulo, *de genere* de Floriano de Toledo e de Bonifacio da Silva Toledo.

(16) Cart. de orph. de Taubaté, letr. V. n. 1

na mesma villa com Maria Moreira, irmã do sargento mór Ignacio Moreira de Castilho, filha de Gaspar Martins, (filho de Gaspar da Costa Vianna), e de sua mulher Anna Moreira de Castilho, natural de Taubaté, onde falleceu a 16 de Junho de 1721 (17), filha de Francisco Alves Moreira de Castilho. Em titulo de Castilhos, capitulo... E teve quatro filhos.

3—1. D. Rosa Maria de Toledo, falleceu em Taubaté com testamento a 5 de Outubro de 1761 (18), e alli casou em 29 de Outubro de 1726 com Antonio da Silveira Goulart que falleceu nas Geraes em 1756, natural da ilha do Faial, filho de João da Silveira Goulart e de Maria de Almança. E teve

4—1. Antonio José de Toledo.

4—2. Salvador Thomaz da Silveira.

4—3. D. Anna Ferreira que foi mulher de Fillipe do Rego Pimentel.

4—4. João.

4—5. D. Anna.

3—2. Clemente de Toledo, casou com Marianna do Prado Leme, filha de Manoel Garcia de Peralta, natural de S. Paulo, que falleceu em Taubaté com testamento a 10 de Fevereiro de 1732 (19) e de sua mulher Maria Leme, neta paterna de Sebastião da Costa Garcia e de sua mulher Joanna de Peralta.

3—3. Manoel de Toledo.

3—4. D. Gertrudes de Toledo.

§ 5.º

2—5. Sebastião Fernandes Corrêa, republicano, que sempre andou na governança da villa de Taubaté, onde fal-

(17) Cart. de orph. de Taubaté, letr. A. n. 34

(18) Idem, letr R. n. 4, letr. A. n. 83

(19) Falta esta nota no manuscripto.

leceu. Foi casado com Maria do Prado (irmã de D. Maria da Luz, mulher do capitão mór governador Antonio Corrêa de Lemos. Em titulo de Quadros, cap. 4º § 1º) filha de João Lopes Medeiros, e de sua mulher Marianna da Luz, como consta do livro dos casamentos da matriz de Taubaté nos annos de 1719 e 1727. E teve

3—1. D. Catharina Cortez, que casou em Taubaté a 4 de Outubro de 1719 com José Pinto dos Santos, natural da villa de S. João da Fox, filho de Pedro Simões e de sua mulher Maria dos Santos, com filhos, Manoel, Mathêos, Francisco, Maria, Isabel e Rosa.

3—2. D. Juliana Antunes, casou em Taubaté a 15 de Novembro de 1727 com João Corrêa Sarmento, filho de Belchior Felix Corrêa, e de sua mulher Violante de Siqueira todos naturaes de Taubaté, neto de Manoel Vieira Sarmento, o alcaide mór, natural do Rio de Janeiro, que falleceu em Taubaté com testamento a 16 de Março de 1720 (20), e de sua mulher Anna Moreira, bisneta de Belchior Felix e de sua mulher Anna Sarmento, naturaes do Rio de Janeiro. Este Manoel Vieira Sarmento o alcaide mór de Taubaté, foi á Bahia em praça de capitão do soccorro, que sahiu de S. Paulo para a conquista do barbaro gentio no anno de 1671, na conducta do governador d'esta guerra Estevão Ribeiro Baião Parente.

§ 6.º

2—6. Pantaleão Pedroso de Toledo, foi morador da villa de Taubaté e do governo da republica d'ella, onde casou a 30 de Julho de 1692 com Antonia da Rosa Guedes, que

(20) Cartorio de orpbãos de Taubaté, inventarios, letra M. n. 46.

falleceu a 7 de Maio de 1735: e elle falleceu a 9 de Janeiro de 1731, (21) filha de João Ribeiro da Rosa natural da Bahia e de sua mulher Maria Corrêa. E teve oito filhos naturaes de Taubaté.

3—1. Pantaleão de Toledo.
3—2. Bernardo Guedes de Toledo.
3—3. José Pedroso.
3—4. Lourenço Guedes de Toledo.
3—5. Francisco de Freitas.
3—6. Manoel Pedroso.
3—7 D. Felicia Pedroso.
3—8. D. Eugenia Pedroso.

3—1. Pantaleão de Toledo, casou com Maria Bicudo filha de Francisco Rodrigues Moreira, que falleceu com testamento em Taubaté a 27 de Dezembro de 1715, e de sua mulher Maria de Góes da Costa, natural de Taubaté e filha de Domingos Gomes da Costa e de sua mulher Ignez Gonçalves. O dito Francisco Rodrigues foi natural da villa de Nossa Senhora da Conceição do Parahyba, que é Jacarehy, filho de Manoel Rodrigues Moreira e de sua mulher Maria Bicudo. Tudo consta do testamento do sobredito Francisco Rodrigues Moreira no cartorio de orphãos de Taubaté, inventarios letra F. n. 29.

3—2. Bernardino Guedes de Toledo, falleceu em S. Paulo estando servindo de juiz ordinario em 1763, natural de Taubaté, em cuja matriz casou em 31 de Julho de 1728 com Maria Antunes de Miranda, viuva de Antonio do Prado, e filha de Pedro Teixeira, e de sua mulher Maria Antunes da Estrella, todos naturaes de Taubaté; e ella era já viuva do seu primeiro marido. E teve.

4—1. O padre Ivo José Gordiano de Taubaté, vigario encommendado da igreja de Nossa Senhora do Desterro de

(21) Cartorio de orphãos de Taubaté, inventarios, letra A n. 19, letr. P n. 18.

Juquiry, termo da cidade de S. Paulo (22). (* Em 1773 esteve vigario de S. João da Atybaia).

3—3. José Pedroso, existe solteiro.

3—4. Lourenço Guedes, casou a 16 de Julho de 1731 com Maria Moreira de Castilho natural de Pindamonhangaba, filha de Manoel Ferreira de Castilho e de sua mulher Helena Garcia, ambos naturaes de Taubaté.

3—5. Francisco de Freitas, casou em S. Paulo com.....

3—6. Manoel Pedroso de Toledo, casou em Taubaté, e teve sete filhos.

4—1. Francisco Xavier de Toledo.

4—2. Antonio Alves de Toledo.

4—3. Reginaldo de Toledo, casou com D. Margarida da Silva, filha de Salvador Jorge de Moraes e de Maria Bueno da Silva. Em titulo de Buenos, Anhangueras.

4—4. Theobaldo de Toledo.

4—5. D. Isabel Pedroso, mulher de José Rodrigues do Prado.

4—6. D. Rosa de Toledo, casou com David do Prado.

4—7. D. Leocadia de Toledo, mulher de Lourenço da Cunha Prado.

3—7. D. Felicia Pedroso da Rosa, casou com Francisco de Albuquerque.

3—8. D. Eugenia Pedroso, falleceu em Taubaté em 1727(23), onde casou a 20 de Junho de 1716 com Manoel da Costa Cabral (24), filho de Pedro Leme do Prado e de Francisca de Arruda Cabral; neto de Manoel da Costa Cabral

(22) Camara episcopal de S. Paulo, autos *de genere* de Ivo Gordiano.
(23) Cartorio de Taubaté, letra E n. 5.
(24) Costas Cabraes da ilha de S. Miguel.

e de sua mulher Anna Ribeiro. Em titulo de Vaz Guedes, cap...., §.. E teve quatro filhos.

4—1. D. Anna.
4—2. D. Antonia.
4—3. D. Ursula.
4—4. José.

§ 7º

2—7. Francisco de Freitas de Toledo, casou em S. Paulo com Anna da Rocha, natural de S. Paulo, filha de Francisco da Fonseca Leitão, natural da villa de Santos, que falleceu em S. Paulo com testamento a 5 de Janeiro de 1706 (filho do capitão Antonio Amaro Leitão, e D. Isabel da Fonseca, naturaes de Santos (25), e de sua mulher D. Marianna de Sá, filha do capitão Manoel de Sá, natural da villa de Chaves, que foi cavalleiro da ordem de Christo, e commendador d'ella (Cartorio de orphãos de S. Paulo, inventarios, letra F maço 1º n. 56, o de Francisco da Fonseca Leitão com testamento); e de sua mulher Anna da Rocha, natural de S. Paulo, irmã direita do padre Ma-

(25) Esta D. Isabel da Fonseca foi filha de Domingos da Fonseca Pinto, cujos merecimentos representaram os officiaes da camara de S. Paulo ao senhor rei D. João o IV, como tratamos em Buenos, cap. 1º. Obteve sentença de *nobilitate probanda* na villa de Santos a 24 de Outubro de 1651 por Paulo do Amaral, ouvidor da capitania de S. Vicente. Foi na Bahia vereador, juiz ordinario, guarda-mór da relação, procurador do fisco da inquisição de Lisboa. Da Bahia passou para S. Vicente feito provedor e contador da fazenda real por provisão do governador geral do Estado D. Fernando Mascarenhas. Depois foi provido em provedor dos ausentes, capellas e residuos, e ouvidor da capitania por Antonio Telles da Silva, governador geral do Estado. Consta isto da sentença 1ª e da provedoria da fazenda liv. n. 4 liv. de Registros, tit. 1641 pag. 35 v e 54.

thêos Nunes de Siqueira. Em titulo de Nunes Siqueiras, cap. .. Este capitão Manoel de Sá casou segunda vez com D. Anna de Moraes, de quem teve tres filhos. Em titulo de Moraes, cap. .. Falleceu D. Anna da Rocha, mulher do capitão Manoel de Sá, com testamento em S. Paulo a 15 de Outubro de 1734. E teve Francisco de Freitas do seu matrimonio.......... filhos, e entre elles a Antonio de Freitas de Toledo, que casou com....... Em titulo de Taques, cap. 3° § 9° n. 3—9, 4—1 e 5—4.

§ 8°

2—8. D. Messia Vaz Cardoso.

§ 9°

2—9. D. Maria Pedroso, casou em Taubaté em 7 de Janeiro de 1692 com João Lopes Cortez, natural de S. Paulo, filho de João Lopes de Medeiros, e de sua mulher Marianna da Luz, ambos naturaes de S. Paulo. Foram os contrahentes dispensados em quarto gráo de consanguinidade pelo prelado vigario geral João Pimenta de Carvalho. E teve tres filhos :

3—1. Innocencio da Fonseca.

3—2. João Lopes, casou em S. Paulo.

3—3. . . . .

§ 10

2—10. D. Anna Ribeiro.

§ 11

2—11. D. Catharina de Freitas.

§ 12

2—12. D. Andreza de Toledo.

§ 13

2—13. D. Joanna Maria de Toledo, casou com Salvador de Siqueira Leme, natural de Pindamonhangaba, filho de Sebastião de Siqueira Gil,e de sua mulher Maria Bicudo Cabral. Em titulo de Costas Cabraes, cap. 5º § 2º. E teve cinco filhos :

3—1. Luciano Leme de Toledo, casou duas vezes : a primeira, na freguezia da Piedade com Maria da....... viuva : segunda vez em Jacarehy, com................. Do primeiro matrimonio sem geração. Do segundo tem geração.

3—2. Romualdo de Toledo Leme, casou na Piedade com Maria da Conceição, na familia dos Moreiras Castilhos, de Taubaté. Passou-se para a campanha do Rio-Verde, e falleceu na freguezia de Sapucahy deixando cinco filhos :

4—1. Salvador.
4—2. Venancio.
4—3. Gertrudes.
4—4. Julia.
4—5. Joanna.

3—3. Salvador da Silva de Toledo, casou em Pindamonhangaba com.....

3—4. D. Anna.............. casou-se em Mogy Guassú com João Martins de Carvalho, natural de Portugal, e ahi falleceu deixando dois filhos.

4—1. Antonio Carvalho de Toledo.
4—2. Miguel Martins de Carvalho.

3—5. D. Joanna de Toledo Silva, casou em Mogy Guassú com Ignacio Pedroso Barros, filho de Fernão Bicudo Leme e de sua mulher Luzia Machado. Em titulo de Machados Barros. E teve quatro filhos.

4—1. José de Toledo Barros, nasceu na freguezia da Piedade, casou na freguezia das Lavras do Funil, sitio dos Buenos, com Maria Caetana da Silva, natural das minas de Paranampanema, filha do sargento-mór Salvador Pires Monteiro, e de sua mulher Margarida de Escobar, natural da Piedade, filha de Domingos Ribeiro de Escobar da ilha de S. Sebastião, e de sua mulher Maria do Prado, da familia de Machados Barros acima. E tem tres filhos.

5—1. José, nascido nas Lavras do Funil.

5—2. Manoel, em Villa Rica.

5—3. Rosalia, em Pitanguy.

4—2. Aleixo de Toledo, passou-se para o Rio Pardo do Sul.

4—3. Maria de Freitas de Toledo, casou em Pindamonhangaba com Thimoteo Corrêa, filho de Carlos Cardoso, que é pai tambem do capitão Domingos Vieira da Silva, em que fallamos retro n'este cap... § ... Deixou geração.

4—4. Rita Margarida Angelica de Toledo, casou primeira vez na campanha do Rio Verde com Miguel Luiz Moreira, filho do sargento-mór Ignacio Moreira, morador em Garapiranga. Em titulo de Moreiras Castilhos. Casou segunda vez com Salvador Jorge da Silva, filho do capitão Salvador Jorge de Moraes. Em titulo de Jorges Velhos ou de Buenos Anhangueras. E teve do primeiro matrimonio filha unica Anna, e do segundo sem geração.

§ 14

2—14. Manoel de Toledo (filho ultimo de João Vaz da Cunha e D. Anna Ribeiro), casou em Taubaté a 17 de Junho de 1710 com Maria da Conceição do Prado, filha

de Gaspar Martins, e de sua mulher Anna Moreira, e neta paterna de Gaspar da Costa Vianna, de quem já tratàmos no § 4º d'este cap. 3.º Falleceu em Taubaté com testamento á 17 de Maio de 1728. E teve

3—1. D. Anna Ribeiro, casou com Baptista Pinto.

3—2. D. Francisca de Toledo, casou com José Pinto dos Santos.

3—3. D. Catharina Cortez, casou com José Preto dos Santos.

3—4. D. Maria Pedroso, casou com Pedro Guedes.

3—5. D. Juliana Antunes, casou com João Corrêa.

3—6. Sebastião Fernandes Corrêa, casou com............ filha de Alberto Pires, filho de Francisco Alves de Castilho.

3—7. Joaquim Fernandes Corrêa ou Pedroso de Alvarenga, casou com.....

3—8. D. Marianna da Luz.

3—9. D. Andreza Cardoso.

3—10. D. Luzia do Prado.

3—11. D. Potencia da Prado.

(*Continúa.*)

APONTAMENTOS

PARA A

HISTORIA DOS JESUITAS

NO BRASIL

Extrahidos dos chronistas da companhia de Jesus

PELO

DR. ANTONIO HENRIQUES LEAL

Socio do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil.

PREFAÇÃO

Escrever a historia dos jesuitas no Brasil é escrever a do nosso imperio desde o descobrimento até 1724.

As missões e a catechese, as lutas com os indios, com os colonos, as intrigas, nos palacios do governo, nos senados das camaras, nos collegios dos jesuitas e nos conventos, nos paços episcopaes, são quadros, que, traçados por mão de mestre, illuminariam a nossa galeria historica, dando vida, movimento, côr e o verdadeiro sombreado á mór parte dos acontecimentos e aos factos principaes.

Gonçalves Dias trazia ha annos esse trabalho entre mãos, e se chegou a concluil-o, submergiu-se nas aguas do Maranhão com o seu cadaver, assim como os *Tymbiras* e outras preciosidades, ou param em Alcantara, onde alguns de seus escriptos foram subtrahidos pela vaidosa estupidez de desastrada gralha ! !...

Com excepção da *Historia do Brasil* por Southey, outra não conhecemos até hoje que reuna á belleza do estylo, profundeza de vistas, verdade dos factos e critica segura e despreoccupada. Entre os escriptores brasileiros hodiernos, quem tinha pulso para isso, em que pese ao Sr. Varna-

ghen (1), era sem contradicção o illustre prosador João Francisco Lisboa.

Em falta porém d'estes escriptores, e baldo de talento, e com a saude deteriorada, proponho-me a bosquejar uns apontamentos, ou antes a fazer uns extractos dos chronistas que escreveram sobre os jesuitas no Brasil, para auxiliar de algum modo a quem se abalance a historiar a passagem e os trabalhos no territorio brasileiro dos celebres padres da companhia de Jesus. E' meu fito offerecer aos doutos elementos valiosos e uteis para qualquer tentamen historico, e oxalá haja quem d'elles se aproveite !

Estes padres, que desde o começo do seu instituto foram o alvo dos mais exagerados encarecimentos e das mais implacaveis accusações, tiveram o singular privilegio de conservar, depois de extincta a corporação, o louvor e a censura quasi no mesmo gráo d'effervescencia dos tempos florescentes da ordem.

Pondo de parte a investigação das causas de tal facto em outras regiões, de que me não tenho por agora de occupar, no Brasil erguia-se uma unica voz e essa de louvores. Conservou-se a tradição no povo por motivo de religião, enraizou-se nos mais illustrados com a lição da *supposta nossa historia*, e n'esta crença universal as medidas do grande ministro portuguez e as publicações que se fizeram no seu tempo passaram desapercebidas ou foram tidas sem discussão como artimanhas politicas que

(1) Vej. a diatribe escripta pelo Sr. Varnaghen com o titulo *Os Indios bravos*, impressa em Lima em 1867, tres annos depois de morto este vulto litterario. Foi semelhante libello, ao que parece, motivado pelos reparos da nota *E* do volume do *Jornal de Timon*, publicado em Lisboa em 1858, e tanto se temeu de tão robusto adversario, que deixou passar annos e só empoz a morte de Lisboa é que veiu a campo!...

dão pretexto á historia sem justificar o resultado do acontecimento.

Tenho ultimamente ouvido alguns, que tomam-se de colera, e verberam sem piedade todos quantos não consideram os jesuitas como os dignos, os grandes, os unicos bemfeitores da nossa patria, e defendem-n'os sem tregoas, a todo o transe, e com tal calor e vehemencia, que, só parece, lhes cobre a roupeta senão o corpo, o coração por certo, que pertence á ordem, sendo para elles, essa tunica tão sagrada e veneranda como a de Christo, posta á mercê de um lanço de dados tirado pelos soldados do Pretorio, ou em summa como que se d'ahi provenha grande perigo para a salvação da alma, quando menos para a ordem publica!

Quanto a mim, não prova semelhante temor senão que vai calando nos espiritos a necessidade de se reconsiderar o que obraram os jesuitas no Brasil, e a conveniencia de se ler reflectida e criticamente a sua historia, de que elles são os proprios escriptores, e por consequencia não isenta de grande somma de parcialidade e inverosimilhança, e as queixas dos governadores e dos senados das camaras e dos procuradores de diversas capitanias, que adoecem da mesma pecha. Eis o principal motivo que me levou a emprehender tão improbo quanto inglorio trabalho.

Como o escriptor latino, longe do odio ou do favor para com uma instituição que, quaesquer que sejam os esforços d'alguns espiritos retrogrados e hypocritas, pertence ao passado, contentar-me-hei com a exposição dos factos que extrahi dos seus proprios livros, copiando-lhes trechos textual e fielmente, deixando ao leitor a deducção dos corolarios; porque o que levo só em mira é poupar aos curiosos e desvelados pelas nossas cousas antigas o enfado de lerem volumosas chronicas e outras obras escriptas em

estylo diffuso, pesado e secco, e que amiudam, explanam e se demoram tanto em descrever os factos, que se tornam por isso enfadonhos, semsaborões, além de serem, a mór parte d'ellas, raras e de difficil accesso á leitura. Quiz ao mesmo tempo proporcionar-lhes meios de compulsar n'este fiel resumo o que ha de melhor e mais importante sobre os jesuitas no Brasil, e que eu não poderia nunca consultar, se, levado a Lisboa, não fosse ahi obrigado, por amor da temerosa enfermidade, a viver privado d'entregar-me a trabalhos, que demandavam grande attenção e esforço d'imaginação, não deparasse opportunidade para isso. Ha todavia um facto que desejo fique bem patente, e é que os jesuitas, sem renunciarem a nenhum de seus principios, mas empregando os mesmos meios, de que usaram sempre, poderam no nosso paiz prestar alguns serviços, emquanto não obtiveram os mesmos resultados de outras partes, cujas circumstancias differiam das do Brasil primitivo.

Isto quanto aos meios, e quanto ao fim parece que se propunham a liberdade dos indios ; mas Deus, que d'elles se servia segundo as vistas da sua alta providencia, tinha disposto que não fossem senão o instrumento da aniquilação dos indigenas, de que aliás se declaravam protectores, para que os portuguezes se podessem estabelecer e consolidar o seu dominio.

Feito isto, veiu um homem superior, o marquez de Pombal, que rejeitou o instrumento já bastante gasto e usado, e que se tornára inutil depois de completa a obra para que era destinado. Se não houve n'isso justiça, certo que houve logica ; mas a expulsão, que em parte se baseou em uma accusação calumniosa, mostrou mais uma vez a inexorabilidade da justiça sobrehumana, quando fez reverter contra os jesuitas o principio subversivo de toda a moral, e que

mais altamente apregoavam e defendiam, e é infelizmente a maxima de muitos politicos — ambiciosos: — *os fins justificam os meios!*

Se não é erro crêl-o, é seguramente crime ensinal-o e tel-o como doutrina. Póde a politica, como se tem visto por muitas vezes, sacrificar a moral ás suas conveniencias; mas um instituto religioso, um ministro da verdade e sacerdote de Deus, não deve esquecer nunca Aquelle em nome de quem falla; não póde impôr nem aconselhar em nome de Deus o mal, embora d'elle advenha todos os bens imaginaveis; porque entre o acto e suas consequencias ha de medear um instante, um milionesimo d'instante. Na vida de um povo isso é nada, se a todo o custo queremos desculpar a politica; porém n'esse espaço infinitamente curto (note-se que reflexiono eu que não sou sacerdote, antes secular, e secular taxado de racionalista e não sei de que mais pechas por alguns hypocritas), póde elle ser chamado á presença do Altissimo com o crime nas mãos e ufano, na sua cegueira, de o haver commettido. Ora, só a Deus é dado saber o mal ou o bem que ha de necessariamente resultar de um facto.

Como o semeador d'abrolhos, de que falla o Evangelho, tiveram os jesuitas larga mésse d'espinhos, e na sua condemnação se revelou tremenda a vindicta dos céos, tornando mais uma vez exacto o *gladio feriet*....

Refiro-me aqui tão sómente ao passado. Sei que os corpos collectivos têm a singularidade de aparentarem um arremedo d'existencia, emquanto conservam uma sombra de corporação, ainda que lhes falte o que propriamente constitue a vida, e quanto a esta formidavel sociedade goza de tal qual sympathia nos de fóra por calculo em uns, por irreflexão n'outros, por imitação em não poucos, e dedicação nos de dentro, que têm fé e confiança no merito e

no futuro da sua propria obra, e afinal na harmonia de seus fins com as idéas dominantes.

Restar-me-hia por derradeiro ventilar uma grave questão,qual a de saber se na actualidade conviria ao Brasil essa corporação; mas, além de julgal-a ociosa, longe me levariam considerações de toda a monta, dizendo sempre de passagem que devem de ser attendidas outras causas, visto que as nossas circumstancias felizmente mudaram: em vez de colonia está constituido um imperio, em vez de tutelados somos brasileiros, em vez de governo absoluto e despotico rege-nos uma constituição livre com o systema representativo, e em vez de subditos somos cidadãos. E o que foram os jesuitas? Um Estado no Estado, e ao mesmo tempo uma igreja na igreja. Trata-se, pois, de saber se convém uma corporação que dominava os reis nos conselhos, o povo no pulpito, as familias no confissionario e as crianças nas escolas.

Senhores por esta fórma do Estado, que dirigiam, das consciencias que governavam, das indoles que preparavam, do mundo por onde se derramavam, do presente que em todos estes elementos era seu, e até do futuro pela educação que era sua, pelas historias que escreviam, que faziam ler e decorar nas aulas, impondo-se d'est'arte á posteridade! Tal corporação seria por sem duvida um disparate, uma anomalia, uma excrescencia repulsiva no seculo XIX, e demais, sem raizes no povo, poderia apenas contar com as sympathias de governantes de pensar retrospectivo, que se contentassem mais com as apparencias do que com a effectividade do mando.

Reduz-se por fim a questão saber-se se ainda são o que foram, se é possivel que perdurassem taes e quaes, ou se importava primeiro expungir da historia a experiencia e subtrahir da intelligencia humana o infinito cabedal de

conhecimentos n'ella encelleirado pelas maravilhas e conquistas de nosso seculo, o mais assombroso nos annaes da humanidade, apezar de seus erros.

Por minha parte, desassombrado d'este receio, como estou, e podemos estar na America livre, torna-se-me facil a imparcialidade para desentranhar das chronicas escriptas em portuguez, em latim, em italiano e hespanhol pelos proprios jesuitas, partes interessadas, o que ha n'esses escriptos de substancial e d'interessante para a nossa historia patria, e tenho que o consegui, e se n'este trabalho ha pela ventura algum merecimento é unicamente esse, e tambem é o que prevalece nos d'esta natureza.

Lisboa, 25 de Julho de 1870.

Era a sociedade de Jesus instituida pela bulla pontificia que começa : *Para regimen da igreja militante, etc.* (*Regimini militantes ecclesiæ, etc.*) e que traz a data de 27 de Setembro de 1540. Contava ainda poucos operarios, esses, porém, moços, vigorosos, enthusiastas, cheios de sciencia e de uma espantosa actividade. Começavam de apparecer em toda a parte e em toda a parte tinham a arte d'attrahir sobre si os olhos do povo e a boa fortuna de prender a attenção publica.

A novidade da ordem, o desregramento em que vivia o clero na propria Italia e até mesmo dentro dos muros de Roma, a crise da reforma que abalava e ameaçava invadir e assenhorear o mundo com a eloquencia audaz e fogosa de Luthero, de Mélanchton e de Calvino, foi tudo aproveitado pela diplomacia de Loyola, e na tormenta que se desfechára contra a nau de S. Pedro julgou o pontifice, e acreditaram os fieis, que a Providencia havia suscitado aquelles obreiros para sustentaculos da igreja, que nunca d'antes assim combatida ameaçava desabar com deploravel ruina.

1551

Loyola, eleito geral da companhia de Jesus, aceitou o cargo a 17 de Abril de 1551 : a maioria de seus companheiros estavam ausentes, em missão da ordem ou do pontifice : S.Francisco Xavier e Rodrigues em Lisboa ; Lefebvre, chamado de Parma, vai assistir á conferencia de Worms ; Bobadilla recebe ordem de não abandonar o seu posto da ilha d'Ischia, de fórma que foi preciso recolher os votos dos ausentes para a eleição do geral ou *general*, como melhor e com mais propriedade escreviam os padres em latim ; porque, adoptando a linguagem do povo mais conquistador e mais fortemente organisado, e tomando

aquelle titulo de accordo com a significação da palavra na baixa latinidade como a adoptou em francez, e com o sentido da bulla da sua instituição—*para regimen da igreja militante*, ainda n'isto mostrou o instituto sua profunda sagacidade. Era por certo o termo bem cabido a uma associação tão severamente constituida, que deixava atrás de si, e muito longe todas as corporações e regulamentos d'aquelles tempos.

Os paizes mais cubiçados pelo novo instituto eram: a Italia, como centro do orbe catholico, e d'onde a protecção decidida do herdeiro de S. Pedro lhe franqueava todos os caminhos, e a peninsula iberica, patria de Loyola, conhecida pela dedicação á igreja romana e obediencia ás ordens emanadas da séde apostolica, e d'ahi tinham abertas as portas do Oriente, do Novo-Mundo, d'Africa, dos Paizes-Baixos e dos demais dominios da Hespanha na Europa. Na Peninsula, no mundo, foi porém Portugal quem se mostrou sofrego em chamar, hospedar e enriquecer os membros d'aquella sociedade, antes mesmo da bulla de sua confirmação, como se mais que nenhum outro paiz devesse temer o contagio das idéas da reforma, quando ellas não podiam crear raizes em Portugal, quer pelo espirito religioso do povo, e mais ainda pelo odio que alli se manifestava a tudo quanto tinha resaibos d'estrangeirismo, e com razão, porque, para o fastigio de prosperidade a que já haviam chegado, não tinham carecido de modelos.

Como quer que fosse, D. Pedro de Mascarenhas, embaixador portuguez junto á pessoa do Santo Padre, tomou sob a sua protecção os companheiros de Loyola, e apoiado no seu empenho, com a informação favoravel do Dr. Diogo de Teive, os recommendou ao seu piedoso monarcha como homens mui proprios para missionarios da India Oriental.

O rei, que então era D. João III, e a rainha D. Catha-

rina, depois regente do reino e por sua morte d'elle, aceitaram agradecidos e alvoroçados a proposta, e foi d'est'arte que se passaram a Portugal os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier. O ultimo dos dois, varão verdadeiramente apostolico, e que não enxergára no seu instituto outro fim que não fosse a prégação do Evangelho aos povos ainda privados da luz da revelação, e de uma fé tão viva e inquebrantavel, quanto era o amor que tinha ao proximo, partiu para a India, onde passou trabalhos excessivos, soffreu crueis martyrios e morreu gloriosamente, deixando um nome respeitado pelos barbaros, admirado pelo mundo e pouco depois santificado pela nossa igreja e adorado pelos fieis (2).

Se é certo haver Loyola apressado a missão do padre Francisco Xavier por ciumes que d'elle se tomou, como asseveram algumas autoridades respeitaveis, e sem que este tivesse conhecimento das leis organicas do instituto, que só foram bem conhecidas muito depois, por occasião do celebre processo de Lully Tolendal, ao menos aquelle santo varão, pio e modesto como era, aceitou o encargo tão isento de suspeita, com tanta humildade, com quanto esforço e constancia varonil se portou ao executal-o!

No entretanto havia sua canonisação de concorrer tão poderosamente para o lustre, engrandecimento e gloria do instituto, que não ha erro em suppôr que para logo todas os baterias convergiram para esse ponto, e que por fins, que se podiam ter por menos temporarios, menos

(2) Vej. *Historia da vida do padre Francisco Xavier* por João de Lucena—obra estimada por classica e pela belleza do estylo. Ha d'ella tres edições portuguezas e ultimamente foi reimpressa, fazendo parte da *Livraria Classica* de que é editor o Sr. Garnier. Precede-a um estudo do Sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro.

mundanos, se conseguiu isso dentro de um prazo admiravelmente curto, se bem que d'inteira justiça.

Tomou comtudo Simão Rodrigues outro rumo. Portugal se lhe antolhava como uma região muito accommodada á plantação da sua seára e antevia que, se assim prestava menos serviço á causa da religião, era de mais utilidade á sua ordem. Como para isso lhe não faltassem meios, deixou Xavier seguir seu destino, e ficou-se em Lisboa para aplanar o caminho aos seus projectos.

Começando por furtar-se á hospitalidade que o rei lhe mandára preparar benignamente, aposentou-se em um hospicio, donde sahia para esmolar, visitando cadeias e hospitaes, e exercendo obras de grande piedade e misericordia; de maneira que ao mesmo tempo se infiltrasse no espirito do povo e ganhasse largas na vontade do rei, a ponto de dominal-o. Sortiu como sempre o desejado effeito este expediente, tanto que alguns annos depois achava-se a companhia em pé tão florescente, que seus membros se haviam espalhado por todo o reino, com casas em Evora, em Lisboa,em Coimbra e no Porto, e isto a despeito da opposição que por toda a parte encontravam; opposição não disfarçada, mas ás claras, mas implacavel e tenaz. Em Lisboa lastimavam que se gastasse tão mal o dinheiro que seria melhor empregado na fortificação e reparo das praças d'Africa, com os benemeritos e com as urgencias do Estado; em Coimbra, a universidade que se via esbulhada d'alguns dos seus estabelecimentos e privilegios; no Porto, já resentido da quebra das condições com que os padres se tinham alli introduzido, declarou o senado da camara em accordão que nenhum morador fosse ousado a mandar seus filhos ás escolas dos padres, sob pena de ser riscado do livro dos cidadãos no caso de nobreza, e lançado fóra da cidade sendo peão; com as penas

que aprouvesse ao mesmo senado. Em Evora se lhes oppunha o infante D. Henrique, irmão do rei, arcebispo e cardeal, o qual, como inquisidor-mór do santo officio, mandou devassar sobre a doutrina dos padres.

Lutaram contra todos e venceram, graças á protecção do rei, que onde quer que se achasse assignava as provisões, cartas e portarias, escriptas por qualquer d'esses religiosos, e em que mandava sentenciar á duras penas os autores d'alguns folhetos, que por esse tempo se publicaram contra a companhia, como *se não quizesse*, diz ingenuamente um historiador jesuita, *conhecer por seus vassallos os que estavam julgados por inimigos nossos.*

N'este comenos iam tomando corpo certos acontecimentos, alguns dos quaes, posto que não fossem sem antecedente no Brasil, eram assaz graves para solicitarem a attenção da côrte portugueza. Orellana tinha descido o Amazonas e Ayolas fundado Buenos-Ayres. Os hespanhoes atacavam, pois, o Brasil pelas nossas extremas do norte e do sul, e o proprio centro fôra já por mais de uma vez visitado por aquelles hospedes, e suas vistas não eram tão pouco caroaveis, quanto isentas de perigo. Os portos da Bahia, do Rio de Janeiro e de S. Vicente lhes eram conhecidos, assim como outros pontos da costa do Brasil.

Nem eram estes os unicos contrarios de quem devessem arreceiar-se. Os francezes, desde os primeiros tempos do descobrimento, começaram a lançar olhos cubiçosos sobre o Brasil, cujos mares os atrevidos aventureiros normandos devassavam com tanta frequencia, que era raro aportarem os portuguezes onde quer que fosse, que não encontrassem francezes, ou pelo menos ouvissem novas d'elles. E' certo que o governo d'aquella nação não favorecia taes entreprezas ; mas fechava os olhos e tacitamente consentia no commercio de seus subditos, ou, revelando mais clara-

mente o seu pensamento, cerrava os ouvidos ás continuas reclamações do embaixador portuguez em França.

Bem que taes tentativas se fizessem sem nexo e sem continuidade, com os poucos meios de que podiam dispôr particulares, está tambem fóra de duvida que elles não perderiam ensejo de se estabelecerem no Brasil, se porventura tomassem pé, como a revezes o tentaram sem fructo. Se não conseguiram consolidar sua conquista, porque com a sua indole impetuosa e sofrega o francez é apto para os mais grandiosos commettimentos; a persistencia, porém, na resolução, a constancia nos trabalhos longos, penosos e inglorios, posto que uteis, como se requerem do colono, são dotes que lhe negára a natureza.

Para obviar portanto os damnos occorrentes da posse hespanhola ou do estabelecimento de uma colonia franceza, Portugal dividira o Brasil em capitanias, mais por ciume de guardar a conquista do que por convencido da sua futura importancia.

O systema para isso adoptado e que se julgou o mais economico e proveitoso fallava per si o ter já sido anteriormente levado á pratica na colonisação da ilha da Madeira; porém os seus resultados foram tão rapidos como fataes. As capitanias, demasiadamente extensas para serem povoadas pelos esforços dos particulares, estavam muito afastadas da metropole e umas das outras para serem soccorridas; de maneira que assim se viram incapazes de resistir aos indigenas sem probabilidade de mutuarem-se auxilio, expostas ás tentativas dos aventureiros estranhos, que alli se quizeram estabelecer ainda com meios mal proporcionados á empreza.

Outro mal, e de maior monta, provinha dos mesmos colonos que de ordinario vinham para o Brasil. Para acudir aos seus vastos planos de conquista, Portugal se viu

obrigado a trasladar para as suas colonias homens que a vindicta publica stygmatisava por crimes graves, sendo a penalidade dos mais enormes o desterro temporario ou perpétuo para o Brasil ou para a costa d'Africa; como até agora se pratica para com esta colonia portugueza.

Hoje em dia, quando por uma infeliz experiencia soubemos quão difficil é conter-se na ordem os penitenciarios da Europa, poucos em relação da massa da população, e em tempos em que se respeitam muito mais a lei e o excellente policiamento, bem se póde hodiernamente calcular como procederiam esses homens no meio de selvagens e de brenhas espessas, elles que eram muito superiores em numero aos seus compatriotas de bons costumes.

Consubstancía Robert Southey n'estas palavras o effeito da politica portugueza: « Suas relações com os selvagens só produziram males, tornando-se todos peiores do que d'antes: os antropophagos adquiriram novos meios de destruição, os europêos novas praticas barbaras. Perderam os primeiros esse pavor aos banquetes sanguinarios que por elles sentiam apezar da perversidade delles, e aquelles o respeito e veneração de uma raça grosseira, no emtanto que taes sentimentos poderiam ser aproveitados em beneficio de todos (3). »

São tambem unisonos n'estas queixas Balthasar Telles, Simão de Vasconcellos e outros chronistas (4); mas é das palavras de Duarte da Costa, donatario de Pernambuco, d'onde ellas resaltam com mais energia ou louvavel indi-

(3) *History of Brazil*, vol. I., chap. I., in fine, pag. 48 da traducção de que é editor Garnier.

(4) Vej. a *Chronica da Companhia de Jesus*, quer a escripta por B. Telles, mui rara, e a de S. de Vasconcellos mui rara na 1ª edição; mas de que ha modernamente 2ª Resumo ambas no corpo d'esta obra.

gnação de um homem virtuoso e exasperado, e em todos estes documentos vê-se a improficuidade e insuficiencia dos castigos para a repressão de tantos e tão incessantes crimes. Eis como o donatario se exprimia, segundo leio na excellente memoria historica— *O Brasil e a Oceania*— do nosso confrade Gonçalves Dias : «.... certifico a V. A. que *nenhum fruito nem bem* fazem na terra, mas *muito mal e damno*, e por sua causa se fazem cada dia malles e termos perdido *o credito que até aqui tinhamos com os indios.....* e não são para nenhum trabalho, vêm proves e nus e não podem deixar de usar de suas manhas, etc.....» (5)

Eram grandes por certo aquelles males ; eram porém ainda maiores do que isso, como dá d'elles testemunho o regimento de Thomé de Sousa, cujo registo official escapou por casualidade ao terremoto de Lisboa. D'elle se evidencia o modo por que, contrastando-se as vistas da metropole, eram os indios tratados ; pois que se prohibia, sob graves penas, a communicação dos portuguezes com os indigenas, a construcção de bergantins com que iam salteal-os para os prear e vender, e isto em tamanho excesso que Solorzano cita o facto de irem os portuguezes do Brasil ás Indias de Castella para venderem alli escravos (6).

Por toda a parte se tinham rebellado os indigenas, reduzindo a ruinas a mór parte das capitanias, e os seus donatarios á extrema miseria. Mais audazes com o triumpho

(5) Vej. *Brasil e Oceania*, memoria apresentada no Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil por A. Gonçalves Dias, impressa no vol. VI, de suas *Obras Posthumas*, de pag. 264 a 266, e no tom. XXX da *Revista Trimensal* do Instituto Historico e Geographico, á pag. 276.

(6) Vej. obras cit., quanto á primeira á pag. 218, e a esta pag. 174, 3º trimestre.

anterior, mais fortes com o adjutorio d'alguns estrangeiros, mais numerosos pelo descimento e juncção de outros até alli seus adversarios, importava para os chamar á concordia o emprego de meios até então não conhecidos. Appareceram pois a proposito os jesuitas.

Repito : não tenho a intenção de abocanhar nem amesquinhar os serviços que aqui prestaram os primeiros missionarios. Deus terá acolhido a infinidade d'almas d'innocentes e convertidos que todos os dias mandavam aos céos ; mas a missão dos jesuitas segundo hoje nos diz a historia, se a lemos sem prevenção, não foi outra senão conter os indigenas, assegurando com a extincção e reducção d'aquelles o dominio portuguez no Brasil.

Era d'isso que se tratava n'essa época. Um rei fradesco e fanatico, qual foi D. João III, a quem Portugal deveu a inquisição e os jesuitas, que tantos sacrificios fez para que Roma os confirmasse, e que tanto se desvelou para os attrahir e estabelecer nos seus dominios, como se d'ahi dependesse a sua salvação na outra vida, como catholico, tal rei não podia pensar em melhoramentos sem lhes associar as *religiões*, assim chamadas no plural para dar a entender que a religião do Crucificado é uma e felizmente independente das ordens religiosas, que estão sujeitas á variedade dos tempos, das pessoas de que se compoem, e das cabeças por que se dirigem.

Por esse tempo já estavam os jesuitas bem entrados no animo do rei e com a estrada franca para Africa e para a Asia, e pouco depois para o Brasil, o que era consequencia de seus progressos anteriores, assim como um effeito das dadivas e outorgas reaes e da força expansiva da sociedade.

Foi o Brasil elevado á categoria de governo, e como o seu primeiro donatario tinha levado á India o primeiro

jesuita, tambem succedeu que o primeiro governador do Brasil trouxesse os primeiros á Bahia.

Primeiros jesuitas — seus nomes.

Partiu Thomé de Sousa de Lisboa a 2 de Fevereiro de 1549, e na sua companhia vieram os padres João Aspilcueta, Antonio Peres, Leonardo Nunes e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, cujos nomes menciono por extenso por serem os dos primeiros jesuitas que vieram ao Brasil, como acima o disse, e não pareceu-me dever omittil-os, sendo este trabalho a elles consagrado.

Faltava entre elles o superior de todos, o padre Manoel da Nobrega, que, retardado em Coimbra por alguns padecimentos, embarcou-se dias depois no navio em que vinha o provedor de fazenda, André Cardoso de Barros. Alto mar reuniu-se á conserva do comboi e se passou á náo do governador, onde vinham seus companheiros.

Nobrega, descendente de uma familia illustre, era filho de um desembargador e sobrinho do chanceller, — empregos ambos n'aquellas éras de do que hoje se lhes dá, —demais era seu tio, o chanceller, privado do monarcha.

Moço distincto, já formado em canones, sciencia mixta de theologia e de direito, e promettendo de si um brilhante futuro, tanto pelos merecimentos proprios, como pela posição e valimento dos seus, Nobrega parecia destinado á carreira muito differente d'aquella que depois abraçou, e onde tanto se illustrou.

1544 — *Profissão de Manoel da Nobrega.*

Foi o motivo da sua entrada para a ordem que, tendo vagado uma collegiatura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, elle se oppôz á cadeira em concurso com outro

canonista; mas,apezar de sobrelevar ao adversario no exame, foi-lhe este preferido e provido no lugar. Despeitado elle pelo mallogro de suas bem fundadas esperanças, enfadado com o mundo, e com o desalento proprio do verdor dos annos não experimentados nem curtidos pelos soffrimentos e das illusões, resolveu-se a buscar consolo na religião, e no anno de 1544 entrou em Coimbra as portas do collegio dos jesuitas, que não eram extranhas ao acontecido, empregando, como é sabido, este e outros meios occultos e tortuosos para chamarem ao seu aprisco pastores d'aquelle lote.

De então por diante votou-se Nobrega á ordem que professára, e com louvavel abnegação de si proprio, e esquecimento de quanto o mundo lhe offerecia, entregou-se áquellas obras santas de quotidianos sacrificios, em que o amor de Deus e do proximo se amalgama, antes se identifica de um modo admiravel. Começou em Coimbra com os exercicios da sua tamanha piedade, e logo depois entrou em missão por outras provincias de Portugal e de Hespanha, chegando a Sant'Iago e Salamanca; e sempre a pé nas suas jornadas, sem embargo das distancias, sempre prompto a fazer prégações onde quer que se lhe deparasse opportunidade para isso, sem que lhe servisse d'estorvo o ser gago.

Foi deste modo ganhando tal nomeada, que, a despeito de contar tão sómente cinco annos de estada na ordem, o provincial Simão Rodrigues o achou digno de o substituir n'esta missão,que a principio, segundo se conta,elle ambicionára para si. Novo mallogro d'este pobre Simão Rodrigues, que, andando sempre em cata de missões remotas, nunca achou céo para sahir de Portugal, onde sua companhia lhe talhava tarefa com que não poderia carregar hombros menos robustos que os do mestre!

Navegava a frota com vento prospero e de feição, empregando os missionarios durante a viagem suas horas em fazer praticas espirituaes, ouvir confissões e exercer outras obras de piedade, com o que, é provavel, careassem a vontade e sympathias dos navegantes, como costumavam os da companhia a exemplo de Francisco Xavier, quando em navios portuguezes faziam viagens de longo curso (7). Com o governador importava, porém, que as obras fossem outras para que fossem maiores os fructos.

Tinha Thomé de Sousa por devoção não comer cabeça de peixe nem de outro qualquer animal, por honra de S. João Baptista; reprehendeu-lhe Nobrega este costume supersticioso, aconselhando-o a cuidar de outras devoções, e para melhor o convencer fez lançar ao mar uma sedella, vindo incontinente com geral espanto uma cabeça de peixe sem o resto do corpo, que, segundo os chronistas, tinham os anjos cortado e apparelhado para este milagre (8).

Estes e outros semelhantes factos, de que estão cheias as chronicas dos jesuitas, terei occasião de mencionar muitas vezes no decurso d'este trabalho, deixando ao criterio do leitor decidir á luz da simples razão quaes sejam os gráos de veracidade que no seu conceito elles mereçam. Quanto a mim são tantos, tão maravilhosos, occorrem com tanta frequencia, a proposito de circumstancias tão ligeiras e por meio de todos, ainda dos meninos da mais somenos congregação de Jesus, que a sua narração se nos antolha não como originada de pura credulidade, senão como filha do desejo d'encarecer o merecimento dos servos de Deus e da santidade do instituto, por intervenção de cujos filhos,

(7) Veja-se no fim a nota A.

(8) Veja-se tambem no fim a nota B in fine.

Deus se servia de praticar cousas tão extraordinarias, estupendas e incriveis. Mas n'isso mesmo se funda meu reparo: que, se ha milagres, como diz a religião e eu piamente creio, não me parece por outro lado que Deus haja de derrogar a todo o momento as leis eternas da natureza para fins talvez, ou antes quasi sempre, inferiores aos meios empregados. Um milagre, que bastaria para a conversão do universo á fé christã, me parece mal cabido quando d'elle não resulta que a canonisação de um santo; e assim tambem, anjos, que descessem dos céos, teriam mais que fazer na terra do que cortar a cabeça a um peixe, só para que os companheiros de Nobrega tivessem mais entrada no animo do governador do Brasil! Nobrega porém nenhuma parte teria na propalação d'este facto, que se diz referido pelo proprio governador e que só foi publicado um seculo depois de acontecido.

29 *de Março de* 1549 — *chegada do governador e dos jesuitas á Bahia*

A frota de Thomé de Sousa, que se compunha de cinco navios, com seiscentos voluntarios, quatrocentos degradados, e entre elles alguns casaes, aportou á Bahia no dia 29 de Março seguinte: desembarcaram na Villa-Velha, povoação em que vivêra Diogo Alvares (*Caramurú*), e residencia do primeiro donatario, mas que já tinha sido entrada dos selvagens no tempo de Francisco Pereira. Este acontecimento e porventura outras informações persuadiram o rei a mandar inserir nos artigos do regimento do governador o exame do lugar em que estava assentada a povoação de S. Salvador, e ver se era accommodada para fundação de uma cidade, que se devia constituir em séde dos dominios portuguezes na America, e não lhe parecendo tal, escolhesse outro. Assim de feito pareceu a Thomé de

Sousa, e a povoação, que se achava no lugar onde hoje se vêm as igrejas da Victoria e da Graça na cidade da Bahia, foi transferida a meia legua mais para o norte a começar da freguezia da Sé. Deu-se começo ás edificações com a missa votiva do Espirito-Santo, celebrada em um altar portatil pelo padre Nobrega, que servia tambem de parocho, e proseguiu-se n'ellas com tanto ardor e constancia, activados os recem-chegados pela necessidade e movidos os indigenas da curiosidade, que no fim de quatro mezes, erguidos o palacio do governador, casa da camara e contos, não definitivamente, mas segundo a urgencia; baterias para a defesa da cidade, sobre o mar e para o lado de terra, além de outras fortificações, como muros de taipa e mais de cem fógos para os moradores.

Emquanto se occupava Thomé de Sousa com estas obras, não se esqueciam nem elle, nem os jesuitas da igreja principal, da invocação de Nossa Senhora da Ajuda, onde depois de prompta os jesuitas celebraram missa, faziam prégação, doutrinavam e administravam os Sacramentos, para o que tinham provisão do Santo Padre afim de exercerem os officios de curas d'almas. Mas, como isto era contra os estatutos da ordem e só para o caso de faltarem religiosos regulares, *apenas estes chegaram, elles se viram desapressados* de semelhante encargo e entregaram a igreja a quem cumpria, para que servisse de matriz. Então arranjaram o seu hospicio no monte chamado do—Calvario—, no meio dos gentios domesticados que povoavam as fraldas e cume do monte, para se entregarem exclusivamente, como apregoavam, ao cuidado da conversão e civilisação dos selvagens.

Importa por derradeiro não louvar só as excellencias do systema de catechese e d'aldêamento dos jesuitas, escurecendo o que ha n'elle de pernicioso e incompleto. Se se

proclamavam estremos defensores da liberdade dos indios, se lastimavam as crueldades de que eram victimas, não foi por amor e dó d'esses infelizes, senão como meio de opposição ás outras ordens religiosas e aos colonos, seus competidores no commercio e lavoura, e no fervor das lutas contra os governadores, bispos e todos quantos não eram da companhia. Houve, é certo, conversões pela prédica, pela persuasão, pelos meios brandos ; a mór parte d'ellas, porém, pela coacção e viva força, de que foram conselheiros e instigadores até os primeiros missionarios e mais santos varões e apostolicos membros da sociedade. O padre Nobrega, escrevendo ao primeiro governador do Brasil, Thomé de Sousa, expressa-se a esse respeito do seguinte modo : « em mentes o gentio não for senhoreado por *guerra e sujeito como o fazem os castelhanos* nas suas terras que conquistam, não se faz nada com elle.» O padre Joseph d'Anchieta insistia por sua parte : « sobre estes indios já temos sabido que *por temor se hão de converter mais que por amor.*» Notava tambem depois d'elle o padre Ruy Pereira : «ajudou grandemente a esta conversão (dos indigenas) cahir o governador na conta e assentar que *sem temor não se póde fazer fruito* : » Vamos agora ao padre Antonio Vieira, que tanto se esforçava a favor dos indios e que todavia aconselhava a força para os domesticar, comparando-os á murta que, para se lhe afeiçoar nos jardins estatuas e outros ornatos, cumpre *talhal-a á thesoura* ! Em vez de conversos e attrahidos ao gremio da civilisação e do christianismo, moviam-lhes guerra os padres, organisando *bandeiras* ou *descidas*, verdadeiros corpos militares, para os caçar como féras, preal-os e conduzil-os manietados para as missões, onde reduzidos ao mais duro captiveiro eram empregados, e n'outros misteres braçaes, e castigados rigorosamente quando se esquivavam ao trabalho. Em vez de

os civilisar, infiltrando-lhes nos espiritos em completas trevas a luz purissima e suave do Evangelho, substituiam-se aos *pagès* ou feiticeiros e á *tupan*, á *anhangá*, aos *manitòs* e á esse esboço de religião idolatra um Deus vingativo e cruel, e as mais extravagantes praticas de uma grosseira e ridicula superstição. Nem leitura, nem doutrina a não ser as orações, nem artes ou officios a não serem aquelles de que se utilisavam na agricultura. Fazendeiros e senhores d'engenhos d'assucar, só cubiçavam os jesuitas aos lucros enormes que provinham do monopolio na permuta dos generos com detrimento das populações e das rendas do Estado. Não declamo, repito em breves e rapidos traços aquillo que se encontram nos documentos e o resultado d'estudos desprevenidos e imparciaes, e para aquelles que desejam mais larga noticia, remetto-as para o que a este respeito escreveu o Sr. conselheiro Mendes Leal e que aqui junto em nota (9).

Chronica da Companhia de Jesus pelo padre mestre Balthasar Telles. Livro III, vol 1 (10).

Espalhadas as missões pela Europa, Asia, Africa, o padre mestre Simão não limitou o seu grande espirito a um só mundo.

Anno de 1549.—Succedeu n'esse anno a primeira missão que mandou a companhia ao Novo-Mundo.

Balthasar Telles pretende que não havia no Brasil quem

(9) Vej. nota C—in-fine.

(10) Devemos o ter compulsado esta obra rara á obsequiosidade do Sr. Innocencio Francisco da Silva que nol-a emprestou com a primeira edição da *Chronica da Companhia de Jesus* pelo padre Simão de Vasconcellos com tanta promptidão e obsequiosidade, que nem sei como encarecel-a e agradecer.

désse aos indios as boas novas do Sagrado Evangelho. Que o primeiro prégador fôra o padre fr. Henrique, da religião seraphica, que depois foi bispo de Ceuta, porque prégou nas praias da capitania do Porto-Seguro, e celebrou missa, durante as quatro semanas, ou pouco mais, que a armada de Pedro Alvares alli esteve surta. Não sabiam que d'elles viessem outros religiosos ou prégadores ao Brasil a não serem tres ou quatro da mesma ordem, « que tambem acudiram á capitania do Porto-Seguro, aonde ainda hoje se mostram as ruinas das pobres casinhas, aonde santamente habitavam.» Um d'elles morreu afogado, e d'ahi vem o nome do *Rio de Frade*, os outros foram mortos pelos indios.

Diz que o rei D. João III, mandára chamar o padre mestre Simão, e ordenou-lhe que escolhesse religiosos de grandes espiritos para com a doutrina evangelica trazerem ao aprisco de Christo aquellas féras que viviam sem lei.

O padre Simão que não podéra acompanhar S. Francisco ás Indias, houve que Deus lhe offerecia a missão do Brasil : era comtudo mestre do principe, e conta Balthasar Telles que àpezar d'isso o rei lhe déra tal permissão,mas limitada por tres annos. Porém que estava tudo preparado para esta empreza, havendo elle já tirado e obtido a licença de Loyola. Ia com dez companheiros, e fazia de conta partir no começo de 1549. Esperava sómente que chegasse de Roma o padre Martinho de Santa Cruz, que tinha ido áquella santa cidade, sobre materias de grande importancia para a provincia de Portugal e em especial para o collegio de Coimbra.

O padre Santa Cruz morreu, quando era esperado, vieram além d'isso tantos negocios graves occasionados de tão gravissimos impedimentos, que o padre Simão não pôde ir.

Não podendo ir em pessoa, escolheu seis religiosos

para darem principio a tão gloriosa empreza, cujos nomes são (11):

O padre Manoel da Nobrega, superior e padre provincial d'aquella provincia.

O padre João de Aspilcueta.

O padre Antonio Peres.

O padre Leonardo Nunes.

E os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

Partiram com o primeiro governador Thomé de Sousa, que veiu a ser veador da fazenda d'el-rei D. João III, e da rainha D. Catharina.

Partida dos padres com Thomé de Sousa em Fevereiro de 1549.

Thomé de Sousa partiu levando os padres em principio de Fevereiro de 1549.

Com viagem prospera e monção tendente chegaram á Bahia de Todos os Santos, e desembarcaram na Villa-Velha. Armaram uma cruz em campo raso, á sombra da qual se alojaram no mesmo lugar por espaço de um mez, emquanto tratavam de ganhar as vontades dos barbaros e escolhiam sitio para a nova cidade, que queriam fundar. Receioso dos indios, o governador trazia a sua gente em ordenança de guerra, comtudo « os indios, esquecidos da sua natural fereza, se vieram metter entre os portuguezes, fiando-se d'elles e admittindo o commercio e resgate que entre si faziam, como se de muito tempo se conheceram. Vendo pois que elles não impediam, antes ajudavam a fundação da cidade, repartiu o governador entre elles

(11) Livro III; cap. II, n. 7.

certos lugares e sitios para que edificassem as suas casas, etc. (12)»

O autor diz que o governador levára do reino a planta da nova cidade, o que não parece crivel.

Andavam todos occupados com suas casas, já com os muros da cidade, conforme a repartição, que tinham. Os padres eram *sós* que acudiram á obra da igreja, servindo de carpinteiros e pedreiros, etc. Sem alimentos, porque até então não tinham ordenado d'obrigação, e não querendo ser molestos ao governador, pediam de porta em porta; mas quando os portuguezes se mal precataram a igreja, estava capaz de missa, em que prégaram e administravam os sacramentos, fazendo o officio de cura d'almas, que então não haviam sacerdotes.

Chamou-se a igreja de Nossa Senhora da Ajuda. «Porém como o seu intento só era acudir aos portuguezes n'esta falta, tanto que do reino veiu pessoa sufficiente para curar d'aquellas almas, lhe largaram o sitio e a igreja, que com tanto trabalho tinham edificado; indo-se morar entre os gentios com grande edificação dos portuguezes.»

Pozeram a sua residencia fóra dos muros, em um monte chamado do Calvario. Este monte estava n'aquelle tempo pelas fraldas e encostas povoado de gentios nas suas pobres choças e choupanas.

As difficuldades da conversão eram grandes, além da rudeza natural; e « cégos só obravam pela natureza depravada pelo peccado.»

« Por outra parte tambem a vida pouco exemplar de alguma gente portugueza (que n'aquelles tempos, obrigada por justiça a ir povoar o Brasil) sua cobiça, seus enganos

(12) Cap. V.

e sua devassidão nos costumes, faziam, entre aquelles gentios odioso o nome christão.»

Os padres poucos, ignorantes da lingua, começaram a aprendel-a, e doutrinavam os gentios que viviam por aquellas montanhas por meio de alguns portuguezes, que já lhes podiam servir de interpretes.

Os indios vão cobrando aos padres grande respeito e amor,—vinham buscal-os como se de muitos annos os conhecessem—já não os estranham, — já se fiam d'elles, pedem-lhes remedio nas suas enfermidades — baptismo, etc.

Os padres mais confiados já os reprehendiam nos seus vicios, mas não produziam effeito quanto á golodice da carne humana.

Um dia os indios da baixa do monte sacrificam um indio. Ouvem os padres os gritos e arruido das ceremonias para o sacrificio, acodem e acham o prisioneiro já estirado por terra, reprehendem-n'os das suas infames iguarias e tiram o cadaver das unhas d'aquelles leões carniceiros. Os homens attonitos consentem. As mulheres porém, e principalmente as velhas, vendo-se frustradas, soltam gritos espantosos, amotinam os mais gentios a virem demandar a presa aos padres. Estes já o tinham enterrado. Vieram aquelles, revolvem a terra, sacam o cadaver, cortam-lhe um braço. Os padres instam, elles se aquietam, e voltam. As velhas vendo-os chegar sem o corpo, estranham-lhe a cobardia, elles volvem então armados. Os padres tendo aviso, se recolhem á cidade por ordem do governador.

Pouco faltou que os indios não entrassem os muros da cidade.

No sitio a que os padres se recolheram, na Bahia, se fundou pelo tempo em diante o collegio dos padres.

O governador fez os indios se afastarem da comvisinhança da cidade por meio das armas de fogo.

Os portuguezes os chamam,« julgando as cousas mais por paixão humana que por rezões divinas; dizem que os padres foram causa d'aquelle motim com seus imprudentes fervores e zelo indiscreto, pondo á risco a cidade toda e seus moradores, tirando o commercio e resgate com os indios, que tanto lhes importava. »

« O governador acudiu a isto com a sua prudencia e christandade,—que os padres o fizeram com bom intento, e que por seu meio e santo zelo lhes havia Deus de fazer muitas mercês.»

Os indios, passada aquella primeira colera e apetite desordenado, vieram mui arrependidos pedir perdão aos padres e paz aos portuguezes.

Disseram então que havia outros muitos semelhantes prisioneiros, retidos por outras povoações, com o intento de os cevarem para os comer. Já que lhes não podiam salvar o corpo, entenderam com as almas. Foram lá, dão-lhes doutrina e baptismo.

Os indios pensam que a carne humana depois do baptismo perde muito de sabor, que d'antes tinha, de modo que d'alli por diante não consentiam que os padres tratassem com taes prisioneiros.

Não é crivel o que diz o autor—« que os padres iam a estas festas como folgando de assistir a ellas,—viam e ouviam tudo, e quando os tinham descuidados, um se chegava ao padecente, instruia-o na fé, e dava-lhe o baptismo com a agua de um lenço.»

O que então se julgou impossivel, se pôde conseguir por fim, que cessaram de comer carne humana, e se fizeram ovelhas de Christo.

O padre Manoel da Nobrega, entrou para a companhia no anno de 1544 (13).

Era bacharel formado em canones e conhecidamente o melhor do seu curso, « com boas esperanças dos grandes despachos, assim por suas partes, como pela muita valia que tinha. O pai, desembargador, um tio chançarel-mór e mui valido d'el-rei.» (14)

No fim de seus estudos vagou uma collegiatura, oppôz-se Manoel da Nobrega, com outro que lhe era inferior, mesmo á juizo do seu mestre o doutor Martim d'Aspilcueta Navarro. O que sabia menos, foi o preferido. Entrou para o collegio. Sahia do collegio a fazer doutrinas pelas cidades e lugares visinhos—muitas missões pelo reino todas a pé e pedindo esmolas — e fóra do reino, á Salamanca e á Santiago.

Desenganado o padre Simãõ, de que não podia ir ao Brasil, resolveu mandar em seu lugar o padre Manoel da Nobrega, então em Coimbra. O padre veiu a pé ; mas por mais pressa que se deu, já era partido o governador quando elle chegou a Lisboa. Embarcou-se pois com Antonio Cardoso de Barros, sem companheiro algum, até que se encontrou com a frota, onde se passou para a náo do governador, na qual iam seus companheiros.

No navio empregou-se em praticas espirituaes, confissões e outros officios de piedade, e o governador lhe toma por tudo isso muita affeição.

« Houve um caso, pelo qual quiz Deus indicar qual era a virtude d'esse milagroso varão, e quanta estima queria que d'elle tomasse o governador pera ao diante o favorecer

(13) Balthazar Telles. Liv. III, cap. VI, n. 2.

(14) Idem, idem, n. 3 — Vasconcellos, *Chronica da Companhia*, Liv. II.

nas conquistas espirituaes, que no Brasil havia de emprehender.»

O governador não comia cabeça de peixe em commemoração da degolação de S. João Baptista. Foi isto pratica da mesa.

Nobrega o reprehende! Vendo o padre que o não podia persuadir com palavras, que deixasse aquella imaginada devoção, com uma certeza prophetica do que havia de succeder, disse ao governador que mandasse lançar uma linha ao mar, e que conforme o que tirassem, veriam qual era a vontade divina n'aquelle particular. «Lançou-se a sedela, e veiu no anzol uma cabeça de peixe—que os anjos sem duvida alli tinham cortada e aparelhada pera cumprimento da doutrina e verdade da religião.» O governador mandou logo cosinhar a cabeça e comeu-a com grande gosto e alegria, e repartiu d'ella pelos circumstantes.

Grande foi a opinião que por este caso e outros semelhantes cobrou o governador da santidade do padre Manoel da Nobrega.

« Era elle um pai mui amoroso pera os pobres, e unico remedio para os desamparados, assim portuguezes, como indios; elle foi o principal, que amançou e domesticou aquella gente, mais féra que as mesmas féras, elle os ajuntou em aldêas, elle lhes dava leis, elle os ensinava e doutrinava, e lhe tinham tão grande obediencia, que o que não podia acabar o governador por força de armas e violencia da polvora e pelouro, acabava o padre Manoel da Nobrega só com a sua presença e poucas palavras. » Livro III, Capitulo VII, n. 5.

Feiticeiros. Teve modo para fazer vir diante de si e de todo aquelle povo um famoso e celebrado feiticeiro de tanto nome e autoridade pelas respostas que dava e mésinhas que fingia, que era venerado entre os indios....

Chegado este autorisado feiticeiro a um grande terreiro no meio de infinito povo, que tinha concorrido e descido d'aquellas montanhas, « uns pera buscarem remedio de suas enfermidades n'este seu esculapio, outros pera verem o successo do desafio que havia de ter com o padre Manoel da Nobrega.»

« A este pois sahiu o padre ao encontro, e por principio do desafio lhe pergunta com grande imperio e liberdade em virtude de quem fazia as obras, que d'elle se contaram, se em nome de Deus creador do céo e da terra, se em nome do demonio, inimigo da geração humana: respondeu o barbaro com mais diabolica soberba que se podia esperar de nenhum ministro de satanaz,» que elle era o mesmo Deus, e filho do que reinava no céo, do qual era muito amado, e que muitas vezes se lhe tinha mostrado nas nuvens resplandecentes e entre temerosos trovões.»

Nobrega troveja-lhe como se o céo estivesse para cahir, intimida-o e o pobre diabo de joelhos pede que o faça christão.

Ensino.—Applicou-se a isso com todas as véras como quem bem entendia quanto monta a boa educação n'esta tão tenra idade. « Não se ouviam pelos matos senão cantigas ao divino, e resas e doutrinas.»

« Visitava o bom padre todas as aldêas, andando sempre a pé, e ainda depois de velho e mui doente, e talvez com os pés cheios de chagas acudia a todas as partes com um bordão na mão, subindo pouco a pouco pelas ladeiras mais ingrimes d'aquellas montanhas, e ainda que o espirito do seu zelo o animava, comtudo a fraqueza do corpo o retardava de tal maneira que talvez parava sem poder dar passo adiante, necessitando da ajuda de companheiro, que umas vezes o sustentava, e outras ia diante d'elle tirando-o pelo bordão.»

« Não vestia nunca cousa nova, nem usava de mantéo, andando sempre em corpo, como os mais irmãos por causa da muita pobreza em que viviam, e por andarem mais desempedidos nos grandes caminhos que faziam : nenhum perigo, nem trabalho recusou nunca pelo bem e salvação dos naturaes da terra, por cuja liberdade se punha em campo contra a avareza dos portuguezes, que os queriam captivar, soffrendo com muita paciencia e com notavel longanimidade os grandes odios e perseguições, que por esta causa se lhe originaram.»

A regra na companhia, assim como costume, é que a missa se diga em meia hora. O padre buscava dispensação para levar n'ella uma hora com muitas lagrimas, das quaes Deus lhe tinha concedido especial dom.

Guardador da castidade.—Confessa de publico em uma tormenta em que todos se davam por perdidos, que o que mais o consolava era ter conservado a sua pureza.

Capitania de S. Vicente. Os *Tamoyos* excitados pelas crueldades e tyrannias dos portuguezes levantam-se, assolam tudo, os portuguezes fogem e querem despovoar o sitio.

Nobrega se mette no meio d'elles, negocia a paz, fica mais o companheiro em refens de dez indios, que foram aos portuguezes.

Na *Capitania do Porto-Seguro* fez-se a casa de Nossa Senhora da Ajuda—muito milagrosa.—Era esta casa fundada na corôa d'um outeiro, em volta canaviaes pelos quaes tinham de passar para irem buscar agua na baixa, tanto para gasto como para as obras. Um irmão vendo o tronco d'uma arvore muito junto á ermida, pediu á Senhora o milagre de lhe dar agua n'aqualle lugar. Nobrega diz-lhes que mais podia a Senhora.

« Vão-se logo d'alli todos a dizer missa, e no meio do santo sacrificio arrebenta de subito « um grande torno de

agua no lugar assignalado no tronco da arvore, junto ao altar da Senhora.» Préga-se o milagre, concorrem todos a vêl-o, o dono dos canaviaes é o primeiro que a elle se rende e se torna mui devoto da companhia.

« Cresce a opinião da virtude do padre Manoel da Nobrega, a cuja intercessão attribuiam o milagre da agua, que ainda hoje corre.»

Passou o padre no *Rio de Janeiro* os ultimos tres annos da sua vida. « Deus lhe declarou que era chegado o ditoso fim de seus dias.» Sahiu a despedir-se por toda a cidade dos amigos e devotos da companhia,dava-lhes as graças pelas caridades recebidas, exhortava-os á piedade e á virtude, etc., com o que se fez n'aquella praia um grande pranto.

Recolheu-se ao collegio, e recebidos os sacramentos, expirou a 18 de Outubro, dia do glorioso evangelista S. Lucas.

« Em dia semelhante *nascêra*, entrára em outro tal para a companhia e emfim n'ella *morrêra*.» (15)

Foi o primeiro religioso da companhia que desembarcou e pôz o pé na terra do Brasil, sahindo da náo com sua grande cruz ás costas, até que a arvorou no lugar onde se alojaram todos com o governador.

Foi o primeiro e principal da companhia n'aquella provincia, continuando por espaço de trinta annos n'aquella nova e inculta vinha do Senhor, soffrendo com rara paciencia os costumes e barbarias d'aquelles indios, a variedade dos climas que mudava, a pobreza que n'aquelles primeiros tempos foi mui apertada. De entre os lances de sua vida trabalhada ha que citar o naufragio em S. Vicente, escapando d'elle sem saber nadar.

Fundou o collegio da Bahia.

(15) Livro III, cap. VIII, n. 9.

Começou o de Piratininga, e d'alli se passou para o Rio de Janeiro.

Fez a casa de S. Vicente, a do Porto-Seguro, com a ermida milagrosa de Nossa Senhora da Ajuda.

O padre provincial do Brasil, posto que nos primeiros *dez annos* só era *superior* sem o titulo de provincial, que cabia ao de Portugal, gozava das mesmas regalias.

O padre João de Aspilcueta, foi dos companheiros de Nobrega (16).

Natural do reino de Navarra, sobrinho do celebre dr. Martim d'Aspilcueta Navarro, cathedratico de prima da faculdade de canones, entrou na companhia em 1544.

Foi escolhido para esta missão pelo padre Simão por ser pessoa de grande exemplo e conhecido fervor.

« Havia por aquelle tempo no Brasil muitos malfeitores degradados de Portugal (que sempre esta praga perseguiu ao Brasil e as mais conquistas d'este reino.) »

Entre elles, Barbosa, com grande fama de valente, temerario e atrevido, perseguido pela justiça, acolhe-se á Sé, fez-se forte na torre dos sinos, defendeu-se, depois saltou d'ella e veiu rodando pelas muralhas á baixo, sem nenhuma lesão consideravel. Empoz larga prizão carregado de ferros, foi desterrado para o Brasil. Era o mesmo no desterro que tinha sido em Portugal (que assim costuma succeder). E' accommettido de longa enfermidade e desamparado nos braços da miseria, longe dos portuguezes. Vai-se o padre João, trata-o, limpa-o, serve-o de enfermeiro. A nada o bruto se move, que antes se irrita contra o padre, e o descompõe, e o acusa de desageitado e de descuidos. O padre com umas desciplinas entrou a flagellar-se diante da imagem de Christo, ao que vendo o mal-

(16) Liv. III, cap. IX. n. 1.

vado, lança-se-lhe aos pés todo pranto, mudou de vida, e era pasmo ver-lhe como seguia os padres, e quantas carolices fazia.

Não se contentando das aldêas que tinha junto das capitanias, metteu-se, diz o padre Balthasar Telles, (17) por mais de duzentas leguas pelo sertão a dentro, á pé por matos incultos e charneeas bravias, rios e lagôas, de que não sabia o váo, e deu com muitos gentios, aos quaes ia buscar, e trouxe-os para as aldêas. Voltou tão desbaratado no vestido, tão ferido e escalavrado pelo corpo, tão maltratado na saude, que em breves dias depois da volta, deu a alma ao Creador.

O padre Antonio Peres, outro companheiro de Nobrega (18), edificou muitas igrejas trabalhando por suas proprias mãos em o officio de pedreiro, e começou o collegio de Pernambuco.

« Recolhendo-se das aldêas dos indios pera o collegio da Bahia, do qual era superior, com grande fraqueza e enfermidade que ganhou, visitando aquelles sertões e descorrendo por aquelles matos, veiu a morrer como verdadeiro servo de Deus.»

O padre Leonardo Nunes veiu tambem com Nobrega (19).

Pouco depois da sua chegada foi mandado pelo padre Nobrega á capitania de S. Vicente « na qual havia alguns cinco lugares de portuguezes, que necessitavam muito da boa doutrina de tal missionario, porque os máos costumes e escandalosos peccados d'estes portuguezes, em parte eram peiores que os mesmos *Brazis* não tendo quasi mais

(17) Cap. IX, n. 8.
(18) Cap. X, n. 1.
(19) Cap. X, n. 2.

que o nome de christãos». (20) Reformam-se em parte, se bem que com difficuldade.

Edificam estes povos casa e igreja, com tanto fervor e tão especial vontade, que os principaes da terra traziam a madeira do mato ás costas, contribuindo todos com suas esmolas, — muitos que quasi nunca se confessavam nem commungavam, frequentavam estes sacramentos com notavel devoção.

Acudia ao mesmo tempo a muitas partes com remedio e doutrina, e por modo tão incrivel que os indios apezar de bons caminheiros lhe chamavam o *Padre Voador.*

Entrou mais de cem leguas pelo certão,—tirou das garras dos *Tamoyos* muitos portuguezes e castelhanos, baptizou milhares de indios com grande trabalho, mas tambem com muito proveito.

Veiu a morrer por obediencia, porque mandado chamar á Roma pelo fundador para tratar com elle das cousas da provincia,—acabou a vida com quasi todos que vinham na viagem em um lastimoso naufragio do qual escaparam poucos, os quaes deram larga noticia de como o padre trabalhou para ajudar os companheiros n'aquelle ultimo perigo.

Foram mais n'esta missão dois irmãos, que no Brasil se ordenaram de missa,—Vicente Rodrigues, que correu toda a costa convertendo gentios e prégando aos portuguezes,—alli morreu (21).

O segundo, que tambem no Brasil se ordenou de missa, foi o irmão Diogo Jacome (22).

(20) E' a denominação que davam os chronistas e colonos aos indigenas.

(21) Vej. Orlandini, liv. 8, n. 81.

(22) B. Telles, cap. IX, n. 6.

Logo em chegando este ao Brasil, foi enviado á capitania de S. Vicente com o padre Leonardo, e d'alli se passou sem detença á capitania do Espirito-Santo, acudindo sempre ás aldêas que alli havia.

Torneava contas para as dar aos indios, officio que aprendeu comsigo por caridade, «tanto ella é engenhosa.»

« Foi este bom padre o primeiro que no Brasil deu motivo pera entre os nossos se renovar o que antigamente faziam aquelles santos do ermo, procurando saber algum officio mechanico, servindo-lhes esta occupação para evitarem a ociosidade nos tempos que lhes sobejavam, e pera ajudarem sua sustentação com o trabalho de suas mãos e com o suor de seu rosto; e assim sabemos que tivemos no Brasil, n'este tempo, insignes officiaes, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, e de outros semelhantes officios, usando d'estes traços para acudir áquelles pobres *Brazis.*»

« D'esta maneira o bom padre com o officio mechanico deu exemplo a muitos nossos que os exercitavam no Brasil com grande edificação dos religiosos.»

Mandado acudir a uma christandade, não se quiz escusar com a enfermidade que já padecia,—e morreu em caminho.

Anno de 1550

Recebidas as primeiras cartas do padre Nobrega (23), e de seus companheiros no collegio de Coimbra, todos se alvoroçaram para o irem acompanhar na sua missão.

A escolha foi facil, pois todos a desejavam; foram n'este

(23) Cap. XIII.

anno quatro (24), os padres, Salvador Rodrigues, Francisco Pires, Manoel de Paiva e Affonso Braz.

Padre Salvador Rodrigues, homem de maravilhosa simplicidade e admiravel obediencia; de sorte que não fazia cousa alguma sem particular ordem e direcção do superior. Andando elle já muito doente e consumido nas forças, e estando na Bahia, acertou de partir o padre Nobrega para S. Vicente, o que lhe disse. «Animae-vos, não morraes até que eu torne a esta cidade.» tomou isto o bom do padre tanto devéras e com tanta singeleza de obediencia, que crescendo a molestia, elle sentiu de não poder morrer por falta de licença, pois que o padre Nobrega não valtaria senão d'ahi a muitos mezes.

A morte respeitou simplicidade tão santa, e obediencia tão perfeita (25). Chegou n'esse tempo o padre Luiz da Grã que vinha por collateral do provincial do Brasil, e sabendo d'isto, e achando o padre no extremo da fraqueza e com ardentissimos desejos de ir em paz de Deus, lhe tirou o escrupulo, dizendo-lhe que podia morrer quietamente, que elle pela commissão que tinha do padre-mestre Simão, e poderes que tinha de superior o podia desobrigar da obediencia.

Consolou-se, e desejava morrer em dia da Assumpção, de que era particularmente devoto e recebeu os sacramentos e esteve em seu perfeito juizo até ser meia noite da vespera d'aquelle dia, no qual ponto entrou em passamento e deu o espirito nas primeiras luzes d'aquelle dia.»

(24) O padre A. Franco na *Synopsis* diz que aos quatro, se ajuntaram mais sete do seminario dos orphãos para ensinar a fé no Brasil (anno de 1550). Que estes com seu superior, o padre Domingos, fundador do tal seminario, foram com os mais meninos até ao lugar do embarque, em Belem, com grande commoção e novidade do povo.

(25) Cap..., n. 4.

O segundo foi o padre Francisco Pires, (26) varão verdadeiramente dos escolhidos de Deus, por seu grande exemplo e extremada virtude, — não podendo tomar a lingua da terra, se aproveitava de interpretes, por meio dos quaes fez grandes serviços a Deus.

Pouco depois da sua chegada, foi mandado pelo padre Nobrega com alguns de seus companheiros para a capitania do Porto-Seguro, para alli dar principio á residencia da companhia. Assim o fez, edificando uma casinha para os nossos se recolherem, e ajudando a fazer a ermida de Nossa Senhora d'Ajuda, tão celebre hoje, e tão frequentada em razão da fonte milagrosa.

O padre Francisco Pires teve muita parte n'este milagre, por ser elle quem officiára a missa quando deu-se esse milagre.

Foi superior em muitas residencias d'aquella costa, e reitor do collegio da Bahia, e depois de muitos trabalhos e caminhos até chegar de puro cançaço a lançar sangue pela boca, veiu a acabar ethico no mesmo collegio da Bahia.

O terceiro foi o padre Manoel de Paiva, (27) que entrára no collegio de Coimbra, sendo já sacerdote e cura d'almas; homem de muita paz e assento, de grande lhaneza em seu trato, e sinceridade em sua conversação, em quem não havia engano nem malicia.

Entrou para a companhia, estando occupado e recolhido nos exercicios espirituaes, o noviço se esqueceu d'elle, e lhe não levou de comer. Assim se passaram dois dias, persuadindo-se o padre que isso era modo de provar a sua paciencia. Reflectindo depois, quiz persuadir-se de que

(26) Cap. XIII, n. 5.

(27) Cap. XIII, n. 6.

era pobreza da casa, e que por falta de meios lhe não davam de comer. Vai-se a um par de luvas velhas, que lhe tinham ficado do tempo de suas grandezas, e pede ao irmão que por ellas lhe houvesse de comprar alguma cousa de comer : o noviço então cahiu em si e referiu o caso ao superior; que estimou muito a paz e soffrimento do bom sacerdote.

Outro caso. Chegando ao Brasil, vendo os apertos que todos passavam, e a falta de meios que havia para se acudir aos pobres, doentes, e principalmente aos indios novamente convertidos, lembrou-lhe o exemplo de S. Paulino, bispo de Nola, o qual se fez captivo dos vandalos para resgatar o filho de uma pobre viuva da sua diocese : desejou com muita caridade que o vendessem para acudir aos padres e remediar as faltas que havia nas igrejas entre os christãos que de novo se baptizassem.

Quiz o padre Nobrega deixar n'este servo tão raro exemplo de caridade, que lhe agradecia muito aquella boa vontade o que era contente que o vendessem. Entrega-o a um corretor de escravos, que o trouxe muitos dias pelas ruas e praças com pregão publico, até que um cidadão (que não devia ser dos mais maliciosos) offereceu por elle cento e vinte mil cruzados, para o ter por capellão em sua fazenda O padre rogava ao lançador que désse mais alguma cousa porque os padres estavam muito pobres, e que elle o serviria valentemente, offerecendo-se para todo o serviço da casa.

Soube Nobrega quanto se subia no preço d'este leilão e quam devéras tratava o padre Paiva da sua venda. Mandou-o vir para casa, declarando aos lançadores, que o que pretendera com esta almoeda não era vender o padre, que estimava em preço infinito, mas que só queria dar

mostras ao mundo da grande caridade e humildade d'este virtuoso servo do Deus.

« Não se póde dizer em poucas palavras, o muito que este bom padre serviu a Deus nosso Senhor nas partes do Brasil, ajudando aos portuguezes, e indo sempre adiante nos seus exercitos contra os barbaros e gentios *Tamoyos* por mar e por terra, visitando todas as capitanias, collegios, residencias e aldêas, por onde os nossos religiosos andaram espalhados, cultivando aquella tão estendida e trabalhosa vinha.» (28)

«Tal era o zelo e tão cordial o affecto que o padre Ignacio d'Azevedo mostrava da salvação d'aquellas almas, que quando via vir das aldêas os padres e os irmãos, que os instruiam nas cousas da fé, descalços, cheios de lama, magoados ou feridos dos matos e charnecas por onde atravessavam, se lançava de joelhos, e por devoção lhes beijava os pés, reverenciando n'elles assim escalavrados, a graça e a formosura que o propheta Isaias achava nos pés dos prégadores que caminhavam pelas montanhas, annunciando a paz e o Evangelho.» Isaias, cap. 52 n. 7. — *Quam pulchri super montes pedes annunciantis prædicantis pacem!*

Concluida a visita, continúa o padre Ignacio de Azevedo com o cargo de provincial do Brasil.

Havida licença do geral, voltou a Portugal, não para deixar o Brasil, mas para buscar mais gente e chamar outros pescadores, que o ajudassem a tirar as redes, que deixava lançadas nos mares vastissimos d'aquella grande gentilidade, não menos barbara nos costumes, que desamparada de mestres.

Chegou a Lisboa, partiu logo para Almerim a se encon-

(28) Cap. XIII, n. 9.

trar com el-rei D. Sebastião, e fez-lhe os seus requerimentos.

O rei tratou de o favorecer, nomeou para governado- D. Luiz de Vasconcellos de Menezes, fidalgo de muito valor, commendador da Vallada da ordem de Christo, e filho de D. Fernando de Menezes.

«Ao padre Ignacio de Azevedo mandou fazer com toda a liberalidade, os gastos pera sua pessoa, e pera quantos religiosos fossem com elle.»

D'aqui se passou a Roma a requerer do Santo Padre outros favores espirituaes.

Alcançou d'elle grandes graças, muitas indulgencias e reliquias de grande preço. Trouxe então a copia do quadro da Virgem Maria, tirado pelo Evangelista S. Lucas, Nossa Senhora do *Populo*, como lhe chamava o padre Telles, ou de Santa-Maria Maior, como se lê na emenda á margem do exemplar da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de onde fiz este extracto. Trouxe o padre Ignacio, além d'isso sacerdotes da Italia e d'Hespanha.

« Chegou o padre com este exercito de anjos » a Lisboa, deixando na cidade do Porto fretada a metade de uma náo, chamada S. Thiago, pera que os viesse tomar a Lisboa, e se partissem logo, sem querer esperar pela armada e pelo governador do Brasil, D. Luiz de Vasconcellos, que ainda estava devagar, porque estas cousas de armadas reaes e jornadas de semelhantes personagens, vão sempre com grandes detenças,ou por negligencia dos ministros que são vagarosos em despachar, ou por culpa das partes, que são importunas em requerer.»

Como quasi todos eram jovens, com uma cruz arvorada diante de todos, sendo o primeiro em acommeter, porque era homem robusto, e de grandes forças, que a nenhum trabalho se negava, e ficando sempre o ultimo em se reco-

lher, por cujo meio alcançaram os portuguezes gloriosas victorias d'aquelles crueis inimigos; succedeu algumas vezes, que despedindo contra elle os barbaros innumeraveis frechas, sendo tão certos no atirar, de nenhuma permittiu Deus que o acertassem, não sem grande espanto dos mesmos *Tamoyos*, que depois perguntaram quem era aquelle de uma roupa comprida, que andava com uma cruz na mão, diante de todos, ao qual nenhum de seus grandes tiradores podiam frechar. Com o mesmo cuidado solicitava o bem dos indios, que se convertiam dos quaes era um pai commum. «Finalmente n'estes e outros santos exercicios gastou a vida o bom velho Manoel de Paiva, até Nosso Senhor o chamar pera si, com uma doença prolongada, que passou na capitania do Espirito-Santo, sem com ella dar trabalho, nem molestia a alguem, até acabar santamente, carregado de dias e cheio de merecimentos.»

O quarto foi o padre Affonso Braz, superior dos mais, homem de grande virtude e mui digno do cargo, que lhe deu o padre-mestre Simão Rodrigues, pois como superior sempre foi diante dos companheiros no exemplo e no zelo das almas.

« Foram os ultimos que o padre Simão, d'estes reinos mandou pera o Brasil.»

Por morte de S. Ignacio foi á Roma o padre Ignacio de Azevedo e assistiu á primeira congregação geral, em que foi eleito preposito-geral da companhia o padre Manoel Diogo Laynes.

Morrendo o geral em Janeiro de 1565 (29), ajuntaram-se os padres portuguezes em congregação provincial para nomearem quem havia de ir a Roma á creação do novo geral

(29) Parte 2ª, cap. VI, n. 7.

(que sahiu o beato Francisco de Borja) e foi a isto o padre Ignacio de Azevedo por procurador da India e do Brasil.

Voltou a Portugal, tendo feito todas as instancias possiveis para a jornada da India ou do Brasil.

Logo em 1566, o nomeou o B. padre Francisco de Borja, novo geral da companhia, para visitador do Brasil «que d'esta maneira, ja de longe o chamava Deus para a gloria do martyrio (30).

Embarcou-se na primeira occasião que se lhe offereceu.

Partiu de Lisboa com mais oito religiosos da companhia.

« Entrou no Brasil, e com sua chegada, tomaram melhores alentos, e conceberam novos espiritos, assim os da companhia, a quem muito consolou, como tambem os novos christãos, cujo bem por todas as vias procurou, apezar de innumeraveis trabalhos e de grandes perigos, que passou—e havia em Lisboa rebate de peste (anno de 1570) ; foi por isso com os seus companheiros para uma quinta do collegio de S. Antão, que está na banda d'alem.

Esta quinta, ou antes vinha, chamada Valderosal, está na banda d'alem, termo de Almada, limite de Caparica. freguezia de Nossa Senhora do Monte, distante de Cassilhas uma legua. « Fica esta quinta no meio de uma grande e estendida charneca,é o lugar todo á roda mui tosco, secco, e esteril, cheio de silvados incultos, continuado de matos maninhos e de areaes escalvados, escondido em valles, cercado de brenhas, coberto de pinheiraes bravios, de zimbros, de tojos e outros frutices silvestres: mui frequentado de corças e veados, infestado de lobos e d'outros semelhantes animaes montezes.»

Por outra parte é o lugar um santo retiro ; mui solitario, tem estradas e caminhos mui livres, sahidas mui alegres.

(30) Idem, idem, n. 8.

A' meia legua para o poente o mar—« pera o qual se desce por umas quebradas, entre algumas barrócas, que o tempo e a corrente das aguas tem abertas. Do alto d'estas quebradas se sobe pera algumas assomadas, que têm vistas mui apraziveis, mui largas e mui formosas, porque se descobre todo este grande valle, que começa quasi ao pé da montanha de Palmela e se vai estendendo até Nossa Senhora do Cabo, e d'ahi volta pera Caparica, e vem a fazer em roda cousa de doze ou treze leguas; além d'isto se descobre d'alli muita parte da cidade de Lisboa, e se vêm montes mui formosos, como é o de S. Luiz e a serra da Arrabida, que ficam pera a parte do sueste, e tambem se alcança pera o noroéste a formosa serra de Cintra, e tem outras vistas de longes mui saudosos.»

D'estas assomadas se descobrem mui largamente as estendidas campinas do oceano, praia de seis leguas da ponta da Trafaria, junto a Caparica, até o cabo Espichel.

O continuo crescer e baixar das marés, o rôlo do mar, a ressaca das ondas, a vista de mui formosos horizontes, e larguezas d'aquellas immensas aguas, dá grande occasião para se pensar no Creador.

N'esta quinta se ajuntaram com o padre Ignacio mais de sessenta companheiros seus, além de outros que tambem alli se alojavam, esperando ir para as Ilhas da Terceira e Madeira para alli promoverem as fundações d'aquelles collegios. Depois do padre Ignacio, o mais antigo era o padre Diogo de Andrade.

Cinco mezes aqui se deteve com os seus ditosos companheiros.

Chegado o tempo da embarcação, se passou para a casa de S. Roque com o seu esquadrão de martyres.

Embarcou-se na náo, conservando-se com pontualidade todos os exercicios religiosos.

Chegaram á Madeira. D'ahi a náo Santiago passou á ilha da Palma, uma das Canarias, para tomar carga. Corriam noticias de corsarios, deu licença para ficarem os que se temessem. Ficaram quatro, que depois foram despedidos da companhia, por outras faltas. «Faltou a virtude pera morrer religiosos, aos que lhes faltou o animo pera morrerem martyres.»

A' duas leguas do porto da Palma, se levantou um temporal, que obrigou a náo a vir tomar um surgidouro, que está atraz da ilha, chamado Terçacorte, afim de esperar melhor tempo para ferrar o porto da Palma. Desembarcou, hospedou-se em casa de um flamengo, fidalgo, que o quiz persuadir a ir-se por terra, por serem aquelles mares muito infestados.

O padre hesita, depois resolve-se e parte n'um sabbado do surgidouro de Terçacorte; fez um grande rodeio pela Gomeria, e n'outro sabbado pela manhã,ao romper d'alva, se acham a tres leguas do porto da Palma,

Andava alli um famoso corsario da Rochella, Jaques Soria, em um possante galeão, com mais quatro náos acommette a náo portugueza que resiste. O padre tirando a imagem de Nosso Senhor, por S. Lucas, apresenta-a aos seus e os exhorta.

Rende-se a náo. Soria os condemna á morte « para que não fossem ao Brasil semear a sua *falsa doutrina*.» Mandou-os lançar ao mar, mandando dar cutiladas aos que tinham corôa aberta. Azevedo assim tambem ferido, acaba a 15 de Julho de 1570 com tres lançadas com que lhe atravessaram o peito.

No anno de 1628, tratando-se de promover a sua canonisação, « allegou-se que os hereges nunca lhe poderam sacar a imagem da Virgem, que lançado ao mar ficou suspenso nas ondas até que se afastaram os piratas.»

Pareceu que os corsarios perdoaram aos mais, que não eram padres.

Em 1553 veiu de Roma, com o titulo de commissario da Hespanha,o padre-mestre Jeronymo Nadal(31),da ilha de Malhorca (pessoa mui autorisada na companhia em virtudes e letras) « pera se haverem de publicar as constituições.» Eram os superiores em Portugal Diogo Miram e Miguel de Torres, seu collateral. N'esse mesmo anno enviou o padre S.Ignacio á provincia a carta de obediencia,na qual Loyola pintou com vivas côres um singular retrato do verdadeiro obediente. D'ella transcrevemos os seguintes trechos mais notaveis. (T. 2°, Parte 2ª, Cap. XV, ns. 1 a 7).

« Poderemos soffrer que as outras religiões nos levem vantagens em jejuns, vigilias e outras asperezas, que cada uma d'ellas santamente, segundo o seu Instituto, guarda, comtudo na pureza e perfeição da obediencia com a verdadeira resignação de nossas vontades , e abnegação de nossos juizos, muito desejo, irmãos carissimos, que se assignalem os que n'esta companhia servem a Deus Nosso Senhor, e que n'isto se conheçam os filhos verdadeiros d'ella, nunca olhando pera a pessoa, a quem se obedece, senão n'ella a Christo, nosso Redemptor, por quem se obedece.»

« Assim que todos vos queria exercitasseis em reconhecer em qualquer superior a Christo Nosso Senhor, e reverenciar e obedecer n'elle a sua Divina Magestade com toda a devaçam.»

« D'aqui podereis inferir, quando um religioso tema a um, não sómente por superior, mas expressamente em lugar de Christo Nosso Senhor, pera que o guie, e governe em seu divino serviço, em que gráo o deve ter em sua alma.»

(31) Parte 2ª, cap. XIV. n. 1.

« Tambem desejo que se assente muito em vossas almas, que é mui baixo o primeiro gráo da obediencia, que consiste na execução do que se manda, nem merece o nome, por não chegar ao valor d'esta virtude, se não se sóbe ao segundo de fazer sua a vontade do superior; de maneira que não sómente haja execução no effeito, mas tambem conformidade no affecto, com um mesmo querer, e não querer. Por isso diz a Escriptura (32), que: *Melior est obedientia quam victimæ* » porque, segundo S. Gregorio, (33): « *Per victimas aliena caro, per obedientiam verò voluntas propria mactatur.* »

O padre Luiz da Gram tinha sido reitor do collegio de Coimbra (o 4°) (34), o qual sendo uma das principaes pessoas d'esta provincia, com tão grandes instancias pediu esta missão, que houveram os superiores de lhe deferir, e o successo pelo tempo adiante mostrou bem quam acertada foi esta eleição, e quam bem aceitos foram a Deus os ditosos trabalhos d'este seu grande servo.

Foi provincial e collateral do padre Manoel da Nobrega, e por quasi cincoenta annos se occupou em acudir ao bem das almas, sem nunca largar mão d'esta espiritual conquista, até o ultimo remate da sua vida, « que Deus lhe concedeu mui comprida, apezar dos muitos achaques que o molestavam e obrigaram os superiores a lhe mandar ordem a se voltar para Portugal; porém elle escolheu antes como capitão esforçado morrer no campo do Brasil, pelejando, que vir a sua patria por tão pouco ganho, como

(32) Reg. c. 15, n. 22.

(33) Greg. Lib. 35. Moral, cap. 12.

(34) T. 2° p. 2ª, cap. VI, n. 1.

era buscar uma breve saude, quando era já velho, sendo maior o interesse que lhe recrescia de perder com a vida por ganhar as almas dos gentios do Brasil.

Parte Luïz da Gram

Partiu de Lisboa o padre Luiz da Gram com seis companheiros a 8 de Maio de 1553, em companhia de Duarte da Costa, successor de Thomé de Sousa.

D. Duarte foi filho de D. Alvaro da Costa, embaixador de D. Manoel, junto a Carlos V, e de D. Brites de Paiva. Estimou muito aos padres no mar e na terra. Lançaram ferro na Bahia aos 13 de Julho, — recebidos do padre Manoel da Nobrega, e mui festejados do bispo D. Pedro Leitão, homem de muitos merecimentos, que tinha sido provisor na India.

Os companheiros do padre Luiz da Gram, segundo Maffeo (35), que n'isto falla mais ao certo, foram os padres Braz Lourenço, Gregorio Serrão, João Gonçalves, Antonio Braz Castelhano e o irmão Joseph d'Anchieta, que era o menor na idade.

« Este é aquelle tão celebrado Joseph d'Anchieta, tão afamado no mundo, tão respeitado de todos, santo na vida, prudente no governo, prodigioso nas obras, zelador das almas e verdadeiro apostolo do Brasil, cheio de obras tão milagrosas com que assombrou o mundo todo, e de successos tão inauditos, que com razão é chamado o segundo *Taumaturgo.* »

(35) Balthasar Telles. Tom. II. Part. II, cap. VI, n. 2. — Maffeo, *Historia Indiarum*, cap. I, n. 16—José d'Anchieta (sua vida).

Nascimento d'Anchieta.

« Nasceu em Tanarife, uma das ilhas Canarias, no anno de 1533.

« Deus o quiz tirar de uma ilha pera o trazer por muitos mars, e para o levar por muitas terras.»—Estudou na universidade de Coimbra. Em 1551, (havia poucos annos da entrada da companhia em Coimbra), pediu ser admittido n'ella, sendo elle de quasi 17 de idade. Muita devoção, ajudava a oito missas por dia, todas de joelhos; com isto e as mais penitencias veiu a adoecer gravemente e a render pelas costas, ficando com achaque de velho, ainda em idade de moço. No fim de tres annos, aconselharam os medicos a mudança d'ar.» Partiu em 1553.

O padre que ensinou latim, no Brasil ao mesmo tempo que aprendia a lingua geral—dentro em seis mezes sahiu mestre tão destro, que era o melhor interprete do padre provincial Nobrega, e verteu na mesma lingua o cathecismo, e compôz uma grammatica da lingua brasilica em geral (36).

N'este tempo era mui cruel a guerra que os *Tamoyos* moviam aos portuguezes, e para aquietal-os foi uma embaixada composta do padre Nobrega, levando o seu fiel interprete e inseparavel companheiro. (37)

« Pera melhor estabelecimento dos concertos, quizeram os barbaros reter lá os padres, e foi necessario ficar Anchieta, entre os *Tamoyos* (38). Tres mezes se deteve n'este captiveiro: para se conservar puro compôz a vida da Senhora

(36) Hoje são raras essas obras. Adiante, n'este trabalho, torno a occupar-me com os padres Ignacio de Azevedo e Joseph d'Anchieta, quando resumo outras chronicas e escriptos dos jesuitas.

(37) Liv. V, Cap. VI, n. 7.

(38) Tom. II. Part. II.

em versos latinos. «5,700 versos, repetidos,não ao som das citharas, nem das harpas; mas ao som dos arcos e frechas dos *Tamoyos.*»

No fim de tres mezes, negociada a paz, recolheu-se Anchieta a continuar os seus estudos de theologia. Tomou na Bahia ordens de missa, que lhe deu o bispo D. Pedro Leitão. Trabalhou n'aquella vinha de gentilidade por espaço de 44 annos, sendo em muitos d'elles superior e provincial da companhia.

« Quem poderá contar as terras que correu, os mares que passou, os golphãos que atravessou, os baptismos que fez, os perigos de que escapou, as prophecias que disse, as virtudes que exercitou, os prodigios e milagres que obrou?»

Caridade.—«Devoção constante nos cubiculos e igrejas entre os santos, — nos matos e caminhos entre os infieis (39),» conservar a devoção nos matos, nas charnecas, nas aldêas entre *Haymurés* e *Tapuyas,* entre gentios brutaes, — entre féras humanas e indios deshumanos, entre uns tumultos e confusões de gente sem rei e sem lei,—conservar-se a devoção como se estivesse no maior retiro da mais remontada cova da Thebaida, isto verdadeiramente é um dos maiores milagres d'este milagroso varão!

Mortificação.—Jejuns mui ordinarios(40),disciplinas mui constantes, não admittia lençoes nem cobertores, porque escusava a cama,—sobre uma taboa passava as noites,para a todas as horas estar prestes, nunca se deitou em cama senão por causa de enfermidade, a taboa lhe servia de colchão brando, e mettendo um sapato no outro, d'elles fazia almofada,—«que tão pouco basta para sustentar a natureza.»

(39) Cap. VII, n. 2.

(40) Idem, n. 4.

Quando esteve no collegio de S. Vicente sempre dormiu no chão, e em um molho de varas cheios de espinhos, encostava a cabeça. O Senhor na Cruz, para tomar o somno da morte, reclinou a cabeça sobre agudos espinhos.

Conforme aos regalos da cama, eram as delicias da mesa, — jejum continuo — com qualquer cousa passava o dia — o seu comer ordinario — o que a occasião lhe preparava, — bastante para fugir da morte, e não para ganhar saude.

Pobreza. — Em seu cubiculo não havia nem escriptorio, nem arca, nem canastra, nem gaveta, (que quem não tem que guardar, escusa todos estes impedimentos), nem pennas tinha para escrever quando d'ellas necessitava. As praticas e prégações e obras insignes de poesia latina, que fez sendo mancebo e o mais que fazia, logo o dava, e algum papel se lhe era necessario, o tinha depositado na mão do superior, para de todo ficar sem outro cuidado mais que em Deus!

A mesma pobreza exercitava por fóra. Sendo muito os caminhos que fez, mui largas as perigrinações, muitas as entradas por aquelles sertões, ou a converter indios, sendo prégador, ou o visitar os nossos, sendo provincial, sempre andou a pé, — e sahindo, calçado da cidade, logo fóra do povoado, tirava os sapatos.

« D'esta sorte andava com tanta pressa pelas costas do mar, pelas montanhas fragosas, pelas brenhas e matos incultos, que os mesmos *Brazis*, curtidos por aquellas charnecas, acostumados a matejar, a saltar por aquelles montes como gamos ligeiros, o não podiam alcançar.»

Sabendo de algum indio enfermo, acudia com tanta pressa que deixava de correr, antes parecia que voava para applicar medicamentos e exercer mais a profissão de medico e de cirurgião, quando o caso o pedia.

Com muito maior cuidado acudia á cura de suas almas,

e para alcançar este fim, nenhuma difficuldade se lhe punha diante, por mais aspera e indomavel que se ella offerecesse.

Casos milagrosos. — Da villa de S. Vicente para o sul corre uma costa brava e praia mui aspera, e mui esteril, por espaço de nove leguas e lhe chamava o padre o seu *Perú*, pelos muitos portuguezes e indios, que por alli achava necessitados do soccorro espiritual,—por acudirem alli muitos moradores com suas familias e indios de serviço.

Um dia, por inspiração divina, e como se o levassem pela mão, entrou sem destino pelo mato, e veiu a encontrar com um indio muito velho, que estava assentado na terra e encostado a uma arvore, o que fallando primeiro com o padre lhe dizia com grandes brados. «Vinde de pressa, que muito tempo ha que vos espero aqui.»

O padre, pelos signaes que o homem lhe deu, ficou entendendo, que não pertencia a nenhuma d'aquellas terras que estão sujeitas aos portuguezes, «e que era de alguma outra muito mais remotada, pertencente porém ao Brasil (porque a lingua era brasileira) e que por braço superior fôra alli trazido da outra banda da costa do Brasil da parte do oéste.»

Baptizou-o, pôz-lhe o nome de Adão, servindo-se para o baptismo de agua da chuva, « que até o céo quiz concorrer para esse milagre.» —Logo depois expirou.

O padre Telles accrescenta (41). «Se não queremos errar, não o queiramos pesquisar : são segredos altissimos, escondidos no incomprehensivel thesouro, e investigaveis juizos de Deus, dos quaes só nos ficam rezões pera os reveren-

(41) Parte II. Livro V, cap. VIII, n. 3.

ciar com temor, mas não temos fundamento para os inquirir com curiosidade.»

« Vejamos o caminho, por onde Deus por meio do mesmo padre, salvou outro que ainda não era baptizado, e cuidava que era christão. Morreu na villa dos Santos um *Brasil* por nome Diogo; amortalharam-n'o e abriram-lhe a sepultura, tratando de o levar a enterrar; advertiu a dona da casa chamada Gracia Rodrigues, que o defunto visivelmente se movia, e com animo varonil, chegou a vêr se se enganava; porém o indio, pouco antes cadaver frio, distinctamente lhe fallou, pedindo-lhe que o tirassem d'aquella mortalha, e lhe chamassem o padre Joseph. Attonitos ficaram os presentes com tão extranho successo; e dizendo-lhe, que o padre se tinha ido a S. Vicente, que é d'ahi a duas leguas, replicou o resuscitado, que já o padre era vindo, e que ambos vieram juntos até um riacho, que corre junto ao lugar, e que d'alli o tinha o padre mandado adiante a que se tornasse a vestir de seu corpo. Foram logo chamar o padre, e tanto que chegou, lhe perguntou o indio pelo reliquario, que no caminho lhe mostrára; tirou-o o padre do peito, e o indio com sua vista muito se alegrou; e logo o padre lhe disse, que lhes contasse o successo de sua morte e de sua nova vida; elle o fez dizendo, que em sahindo d'esta vida encontrára com quem lhe disséra, que não caminhava pela estrada real pera o céo, porque não estava baptizado, e elle confessou que assim fôra, e que nunca havia cahido n'aquelle erro, contentando-se com o nome de Diogo, cuidando que bastava ter o nome de christão (42).»

Baptizou-o o padre, — e elle expirou :

(42) Parte II. Liv. V, n. 4.

Non soli, quia cum ceciderit, non habet sublevantem se. (Ecl. c. IV, v. 10).

Andou vinte quatro leguas n'um dia, para acudir a um irmão, que no collegio de S. Vicente era castigado menos justamente por seu superior.

« Revelou-lhe o céo a pequena falta do irmão.»

D'outra vez estava outro irmão muito melancolico e afflicto, em lugar como n'uma ilha. O padre veiu pera o consolar, e depois de o ter composto em bella paz, desappareceu como tinha vindo, não se sabe nem como, nem como não.

« Caminhava elle uma vez de S. Vicente a Piratininga, acompanhado de seu ordinario companheiro, o padre Vicente Rodrigues, e de outros sacerdotes, depois de andarem sete leguas, chegaram a uma ermida pera dizerem missa, porém o trabalho foi que faltava o missal, posto que havia todo o mais aparelho : a desconsolação dos padres era grande; porque além de terem subidas algumas serras pera chegar á ermida,era o dia de guarda, e sentiam muito ficar sem missa : tomou o padre Joseph á sua conta fazer vir o missal da casa de S. Vicente, aceitaram os padres a offerta, uns porque o tinham já por milagroso, outros porque queriam experimentar se o era.»

« A resolução do caso foi, que dentro em meia hora chegou o padre Anchieta, trazendo debaixo do braço o missal, que sendo o mesmo da casa de S. Vicente, nem o padre Joseph lá appareceu, nem o missal de lá desappareceu.»

(*Continúa*).

DISCUSSÃO HISTORICA

O QUE SE DEVE PENSAR
DO SYSTEMA DE COLONISAÇÃO
ADOPTADO PELOS PORTUGUEZES PARA POVOAR O BRASIL?

Ponto desenvolvido em sessão de 16 de Junho de 1871

Pelo socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro
F. I. MARCONDES HOMEM DE MELLO.

A questão historica formulada pelo digno 1º secretario d'este Instituto para servir de thema ás nossas discussões é tão eloquente, que de si está convidando á que sobre ella aventuremos algumas considerações, acatando á esclarecida iniciativa de nosso illustre consocio a deferencia, em que a recebemos.

Não cabe nos limites de um simples debate academico apresentar uma monographia completa sobre materia tão ampla, que abrange todo o vasto horisonte da Historia do Brasil.

O intuito de nosso collega, se bem o comprehendi, foi que sobre a these offerecida formulasse cada um suas idéas, sua apreciação, abrindo espaço á controversia, e á consequente elucidação da materia pelo concurso da intelligencia de todos.

A colonisação e povoação do Brasil pelos portuguezes é um acontecimento complexo, que produziu-se successivamente no largo periodo de mais de tres seculos.

Assim, não póde elle ser julgado pelo documento isolado de uma épocha, sem levar em conta a existencia dos successos posteriores e ulteriores.

Ao historiador sizudo n'esta materia cumpre acompanhar o pensamento da metropole através das phases e transformações successivas porque este passou até attingir ao seu desenvolvimento definitivo ; e assim ajuisar do systema adoptado pelos resultados duradouros, que veio a produzir.

A pouca attenção dada á esta circumstancia peculiar,que aqui assignalamos e que constitue o lado saliente da questão, tem contribuido para falsas apreciações, que offerecem desde logo contra si o testemunho de um facto eloquente, qual vem a ser a mesma existencia de nossa nacionalidade n'este continente.

Não é raro repetir-se, que a metropole tratou sempre como madrasta a sua grande colonia, e que na povoação do Brasil, Portugal escoou as fezes de sua civilisação. Ahi estão, diz-se os foraes de doação das capitanias, e as Ordenações do Livro 5º, para dizerem de que modo povoou-se o Brasil»

Entretanto, o pequeno *reino das noventa leguas*, por si só repellindo a avida e poderosa dominadora dos mares, povoou o vasto continente que, em uma superficie de 256,886, mais de um milhão e setecentos mil kilometros quadrados, se desdobra desde o Oyapock até ao Chuy, e desde o cabo de S. Roque até as terras longinquas de onde se avistam os cimos altaneiros dos Andes ; e com seus unicos recursos plantou em toda essa immensa região a Cruz do Senhor, e com ella a unidade de religião, de raça, de lingua e de costumes.

Certo, não podemos acoimar de falso e acanhado um systema politico, que produziu tão extensos resultados.

Supponha-se, que hoje, por um mysterioso encantamento como á Cabral acontecêra em 1500, tinhamos á nossa disposição, pertencendo-nos de pleno direito, um

immenso continente, que devessemos povoar em toda a sua extensão e n'elle firmar o imperio da fé.

Não seria facil desempenhar perante a historia uma tão grande responsabilidade, como póde Portugal ufanar-se de o haver feito á respeito do Brasil, mantendo, entretanto, suas vastas possessões de Africa e Asia.

A povoação do Brasil não se effectuou sem as vacillações e o doloroso tributo do erro, que seguem de perto a iniciação das grandes emprezas.

A acção da metropole á respeito da colonia, nos primeiros annos da descoberta, limitou-se á algumas explorações pela costa, sem resultados salientes. Seus recursos, absorvidos nas conquistas do Oriente, não podiam ser então distrahidos para outra parte.

Este estado de cousas durou até 1532, em que el-rei D. João III, resolveu e organisou definitivamente um systema de colonisação para povoar o Brasil.

« Depois de vossa partida, dizia el-rei em carta de 28 de Setembro d'esse anno á Martim Affonso de Sousa, se praticou, se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitanias em terras d'ella. Eu quizéra, antes de n'isso fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda para com vossa informação fazer o que me bem parecer, e que na repartição que d'isso se houver de fazer, escolhaes a melhor parte. E porém, porque depois fui informado que d'algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando eu com quanto trabalho se lançaria fóra a gente que a povoasse depois de estar assentada na terra, e ter n'ella feito algumas forças, (como já em Pernambuco começava a fazer.,..) determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cincoenta leguas de costa á cada capitania.»

Prevaleceu, pois, o pensamento de doar largas zonas de terra á vassallos poderosos e ricos, com a condição de as povoarem e reduzissem o gentio á fé de Christo.

Comprehende-se que esses grandes senhores e proprietarios da metropole não podiam abalançar-se á uma empreza de tanta affouteza e temeridade, fundindo n'ella todos os seus cabedaes, sem amplas vantagens que os compensassem do sacrificio feito e dos riscos que iam correr.

Para se ajuizar da importancia d'essas expedições, basta recordar que só os donatarios do Maranhão mandaram á sua conquista uma das mais poderosas armadas que viram aquelles tempos, pois contava de não menos de dez náos, novecentos homens e cem cavallos : o que tudo se perdeu em um naufragio.

As concessões feitas aos donatarios excederam aliás aquillo que a razão politica e o mesmo interesse da colonia estavam aconselhando. A realeza abdicou suas attribuições soberanas e as conferiu por sua vez a esses vassallos.

« Nas terras da capitania, resava o foral de doação não entraráõ em tempo algum nem corregedor, nem alçada, nem alguma outra especie de justiça para exercitar jurisdicção de qualquer modo em nome de el-rei». . . . . .

« Attendendo el-rei a que muitos vassallos, por delictos que commettem, andam foragidos, e se ausentam para reinos estrangeiros, sendo aliás de grande conveniencia que fiquem antes no reino e senhorios, e sobretudo que passem para as capitanias do Brasil que se vão de novo povoar, ha por bem declaral-as couto e homisio para todos os criminosos que n'ellas quizerem ir morar, ainda que já condemnados por sentença até em pena de morte, exceptuados sómente os crimes de heresia, traição, sodomia

e moeda falsa. Por outros quaesquer crimes não serão de modo algum inquietados.» (1)

Ainda, aqui, senhores, cumpriu-se a grande lei providencial, que rege os destinos da humanidade.

O erro não consegue jámais firmar resultados duradouros; e sua menção só fica na historia como perenne e efficaz advertencia para evitar a sua reproducção.

Não podia subsistir essa organisação anomala, que consagrava a negação de todos os principios de governo.

Todas as donatarias, com o andar dos tempos, reverteram ao dominio da corôa, ou por terem cahido em commisso, ou mediante desapropriação com indemnisação pecuniaria.

E assim organisada uma administração central na colonia sob a acção da metropole, operou-se uma mudança radical no systema até então seguido, e nas condições com que veiu a realisar-se a colonisação que se intentava.

Ouçamos o que sobre estes primeiros tempos de nosso passado colonial nos refere um escriptor illustrado, que revelou-se á esse tempo tão notavel publicista, como historiador profundo:

« O illustre historiador do Brasil (2), depois de reconhecer que para a sua colonisação concorreram os degradados, e de attenuar o que n'este facto poderia haver de injurioso para a nação brasileira actual, allegando já o escrupulo das antigas familias nobres no contrahir as suas allianças, já o exemplo de Roma fundada (3) por um

(1) *Jornal de Timon*, por J. F. Lisboa : Lisboa, 1858, pags. 205 e 206.

(2) O Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen. Autor da *Historia Geral do Brasil.*

(3) « Isto sem levar em conta que os povos não começam em geral aristocraticamente, e que a origem dos nobres patricios de Roma provinha dos estupros commettidos nas Sabinas pelos bandidos que as roubaram.» *Historia Geral do Brazil*, I, 188.

bando de malfeitores, e de outros povos, cuja nobreza não teve origem muito dessemelhante, explica a multidão dos mesmos degradados pela multiplicidade dos crimes, pervertida a nação portugueza com as riquezas ganhas na India, e por ellas cada vez mais estimulada a cobiça, ao passo que o espirito de cavallaria, que tanto florecêra no seculo anterior, ia de todo esmorecendo.

« Sem duvidarmos da existencia de muitos crimes reaes, e de grandes criminosos em Portugal no primeiro seculo da colonisação do Brasil, poderemos todavia achar outra explicação mais plausivel á um numero de condemnados tão extraordinario que, sahindo do seio de seu paiz aliás pouco populoso, bastavam a povoar colonias inteiras na Africa e na America. Essa explicação encontrar-se-ha sem difficuldade nas leis criminaes, ou se attenda á classificação antes invenção dos delictos, ou á desproporção, exorbitancia, e rigor da penalidade, ou finalmente á sua applicação desordenada e iniqua. Abramos ao acaso a terrivel ordenação do livro quinto; a sodomia, a bestialidade, a alcovitice, a mollicie, o abraçar e beijar, dar casa para se usar mal dos corpos, vender qualquer homem ou moço alfeloas e obrêas que era officio proprio de mulheres, advinhar, lançando sortes ou vendo em agua, espelho, crystal ou espada para achar thesouro, finalmente fazer ou usar feiticeria para querer bem ou mal, eis os crimes terriveis que se puniam com o fogo, a forca, os açoutes com baraço e pregão, e sobretudo com degredos.»

« E com effeito não menos de duzentos e cincoenta casos de degredo contém o citado livro quinto ; e se a isto ajuntarmos a espantosa penalidade esparsa na parte civel das ordenações, e a collecção immensa das leis ditas extravagantes, o que nos deve a justo titulo admirar é que a nação inteira não fosse degradada em massa, estimulado como

devia ser o zelo feroz dos juizes pelas denuncias que estas mesmas leis provocavam, e multiplicadas as occasiões que tinham de exercel-o, pelas devassas geraes abertas em Janeiro de cada anno sobre a maior parte dos referidos crimes.

« Fossem porém esses crimes reaes, ou em grande parte puramente ficticios e filhos de uma legislação monstruosa e cruel, parece que a transportação melhorava os criminosos, cujas paixões naturalmente se applacavam pela possibilidade de satisfazerem mais facil e licitamente nas colonias as necessidades, que na patria as estimulavam. Sem querer dar-lhe mais alcance do que é razoavel, é todavia facto constante que por um d'esses cegos e inexplicaveis caprichos do acaso, ou porque nunca foram grandes criminosos, os mais d'esses degradados remettidos individualmente conseguiram rehabilitar-se, e alguns até fundaram casas e familias que hoje andam com razão em fôro de honradas e distinctas.»

« Qualquer porém que seja a verdade ácerca d'este primitivo elemento de colonisação, o certo é que os brasileiros actuaes de todos os matizes e origens não têm mais vicios nem menos virtudes que os habitantes da antiga metropole.» (4)

Não tardou, que a emigração espontanea, encaminhada do reino para as ferteis terras da colonia se tornasse em grande escala e elemento principal da povoação d'esta: augmentado esse valioso contingente com o que provinha das expedições militares para firmar o dominio d'esta nova conquista, mais das remessas successivas de tropas para guarnição das capitanias e fortalezas, e sobretudo da colonisação por *casaes*, systema que afinal prevaleceu, e honra

(4) João Francisco Lisboa, *Jornal de Timon*, Lisboa, 1858, pags. 75 á 77.

summamente o zelo e a moralidade do governo da metropole.

D'aquellas emigrações, que ao mais desfavorecido habitante do reino permittiam trocar uma existencia precaria e sem futuro por um viver de abastança e prosperidade nos extensos dominios da colonia, ficou-nos o mesmo testemunho, singelo e gracioso, dos que n'ellas tomaram parte. que estamos como assistindo á ellas.

« Quando fui á esta conquista no anno de 1618, escreve Simão Estacio da Silveira, abalavam muitas pessoas das ilhas á meu exemplo, parecendo-lhes que pois eu, sem obrigações á que ir buscar remedio, deixava o regalo de Lisboa, e me ia ao Maranhão, não seria sem algum fundamento. Na náo de que fui por capitão se embarcaram perto de tresentas pessoas, alguns com muitas filhas donzellas que logo em chegando cazaram todas, e tiveram vida que cá lhes estava mui impossibilitada, e se lhes deram suas leguas de terra. Folgára de os ter agora aqui todos para testemunharem do que digo n'esta relação; mas reporto-me ao que escrevem, e aos que de lá vieram, que aqui andam chorando por tornarem.... Aos que esta relação (e mais informações que tomarem) persuadir a que vão viver n'esta terra, peço em recompensa do bom animo com que lh'a offereço, que quando se n'ella virem contentes e sem necessidades, roguem a Deus que me leve tambem á ser-lhes companheiro».... (5)

Estas emigrações tomaram tal incremento, que chegaram a fixar a attenção dos estadistas da metropole; e em 1732 o concelho ultramarino dirigiu ao rei uma consulta, em a qual se dava razão d'essas apprehensões.

« A fama d'essas riquezas, diz a consulta, convida os

Relação Summaria das cousas do Maranhão. Veja-se o já citado *Jornal de Timon*.

vassallos do reino a se passarem para o Brasil á procural-as; e ainda que por uma lei se quiz dar providencia a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o effeito d'ella, e passam para aquelle Estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem, ou occultamente negociando este transporte com os mandantes dos navios ou seus officiaes, assim nos de guerra como nos mercantes, ou com fraudes que se fazem á lei; procurando passaportes com pretextos e carregações falsas. Por este modo se despovoará o reino, e em poucos annos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino. »

Emigrados, que se nobilitaram pela lei do trabalho e por ella alcançaram honrosa abastança, aqui se estabeleceram, e constituiram pouco a pouco a classe distincta e principal da sociedade. O sentimento de fidalguia de suas familias salvou a unidade da raça, e preservou a homogeneidade de nossa nacionalidade.

Assim o progresso dos tempos e uma politica melhor inspirada da parte da metropole despedaçaram aquella pagina funesta, escripta pela rudeza do seculo nos primeiros annos da descoberta.

Combatendo a opinião de que o Brasil, durante as conquistas dos portuguezes na Asia, crescia em população vagarosamente e de que a maior parte de seus habitantes eram malfeitores, diz o erudito publicista brasileiro, Hippolyto José da Costa Pereira:

« O Brasil em seus principios foi povoado por particulares, que receberam alli terras em doação da corôa, por premio de seus serviços, e não por castigo; e até ha exemplos, em tempos mais modernos, de condecorarem com honras os colonos, que para lá iam. Os habitantes de Masagão, quando a côrte de Portugal, julgou conveniente aban-

donar esta praça, foram mandados para a capitania do Pará, e em compensação dos seus estabelecimentos, que deixavam, se lhes fez entre outras a mercê de lhes dar á todos o fôro de fidalgo.

« A colonia do Sacramento no Rio da Prata foi estabelecida pelo brigadeiro José da Silva Paes, que teve ordem para levar da provincia de *Traz-os-Montes* os habitantes, que o quizessem seguir, com instrucções positivas de não admittir senão familias e pessoas de conhecida probidade; ainda mesmo dos lavradores. E se algumas vezes os réos sahiam sentenciados á degredo para o Brasil, isso era em crimes leves, como seriam degradados para *Castro-marim*, ou outro lugar dentro no mesmo reino de Portugal.» (6)

As capitanias do Rio-Grande de S. Pedro do Sul e de Santa Catharina foram povoadas palmo á palmo pelo estabelecimento de casaes, sendo o principal contracto para esse fim celebrado pelo governo de Lisboa a 7 de Agosto de 1747 com Feliciano Velho de Oldemberg. Obrigou-se este a transportar, até quatro mil casaes do reino e das ilhas, comtanto que professassem todos a religião catholica romana.

O mesmo systema se empregou nas demais capitanias, e em maior escala com relação ao Pará e ao Maranhão. São bem conhecidos os exforços e os trabalhos do Marquez de Pombal a respeito d'essa immensa região, que tanto seduziu a mente do grande estadista.

Assim, nos claros monumentos de nosso passado está esculpida a grandeza de nosso presente e a nobreza de nossa origem.

Podemos, senhores, nos ufanar de nossos maiores, d'esses indomitos *argonautas*, que arrancaram dos mares

(6) *Correio Brasiliense*; tom. 1°. pag. 204; Agosto de 1808.

este immenso continente; e, emulos dos hellenos e dos phenicios, renovaram em nossos tempos os prodigios da idade antiga.

E, arroubando-nos na contemplação d'esse espectaculo, sem duvida dos mais portentosos que póde apresentar a historia, repitamos cheios de respeito aquelle voto prophetico, que o grande poeta portuguez atirou aos seculos futuros:

> « Onde levas tuas aguas, Tejo aurifero?
> Onde, á que mares? Já teu nome ignora
> Neptuno, que de ouvil-o estremecia.
> Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
> Ficará de tua gloria? Nem herdeiro
> De teu renome?... Sim: recebe-o, guarda-o,
> Generoso Amasonas, o legado
> De honra, de fama e brio: não se acabe
> A lingua, o nome portuguez na terra.» (7)

Rio de Janeiro, 9 de Junho de 1871.

---

(7) Garret: *Camões*, Canto decimo, XXI.

DISCUSSÃO HISTORICA

O QUE SE DEVE PENSAR
DO SYSTEMA DE COLONISAÇÃO
SEGUIDO PELOS PORTUGUEZES NO BRASIL

Ponto desenvolvido em sessão de 14 de Julho de 1871

Pelo socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro

J. C. FERNANDES PINHEIRO.

SENHORES.

« A colonisação (diz Courcelle Seneuil) é a mais louvavel e gloriosa forma da conquista ; é o mais directo meio de propagar a civilisação. Sempre util, circumstancias ha em que se faz particularmente necessaria : assim, quando as doçuras de longa paz enervam os povos e multiplicam rapidamente os homens ; quando o mundo vê-se victima d'uma desenfreada concurrencia, verdadeira guerra industrial, quando as almas mais ousadas e energicas, encerradas em estreito espaço, são condemnadas a consumir-se sem proveito e gloria, ou a fazer de suas faculdades funesto uso, quando immensa corrupção resulta d'immensa estagnação o que ha de mais util do que abrir um derivativo a actividade nacional ? »

Obedecendo a esses eternos principios economicos é que na antiguidade phenicios, gregos e romanos fundaram colonias, e que no XVI seculo viu-se as nações maritimas da Europa arremeçarem o excedente de sua população para essas ignotas regiões que Colombo acabava de revelar ao mundo.

Muito diverso porém era o systema colonial dos antigos do dos modernos. Na Grecia as discordias civis, motivando

frequentes banimentos, obrigava os expatriados a collocarem à sua frente algum chefe audacioso, e a irem, semelhantes as abelhas profugas d'uma colmêa, fundar novas colmêas em que o genio e as instituições da mãi patria se reproduziam, ligando-se a esta por laços ainda mais frageis do que os federaes. Assim nasceram e se consolidaram as colonias gregas d'Asia-Menor, Italia e Sicilia.

Em Roma fizeram parte do vasto e methodico systema de conquista e dominio, e bem que gozassem de certa autonomia não deixou nunca o ser dado consideral-os como postos avançados que asseguravam a metropole submissão dos paizes curvados ao seu jugo.

No mundo moderno cinco foram as nações que mais se utilisaram dos descobrimentos que assignalaram os seculos XV e XVI : e d'entre estas a Hespanha, Portugal e Inglaterra apossaram-se quasi exclusivamente d'America ; e ahi organisaram antes feitorias do que colonias, no sentido restricto do vocabulo. A *sacra fames auri*, de que nos falla Virgilio, parecia ser o motte da divisa d'esses cavalleiros da fortuna, que chegaram a confessar que aquem do Equador tudo era licito ao arrojo das más paixões,

Não pretendo repetir o que todos vós melhor do que eu sabeis : fazendo as toscas considerações que acabais d'ouvir, tive por fim demonstrar que Portugal foi arrastado por um impulso geral, e que obedeceu quasi que a uma lei cega e fatal, como por certo o é a dos preconceitos dominantes n'uma epocha. Si assim não fosse não teria por certo tomado o empenho de colonisar regiões incommensuraveis ; elle, que segundo assevera o Sr. Rebello da Silva, nunca possuiu, ainda em tempos de maior esplendor, uma população excedente a dois milhões de habitantes.

Comprehende-se e facilmente explica-se o commet-

timento de D. João I contra Ceuta, o de D. Affonso V contra Tanger e Arzilla : convinha atacar para não ser atacado, eram porém erradas no ponto de vista economico, as perigosas e longinquas expedições dos maritimos de Sagres ; chimericas e summamente damnosas a prosperidade do pequenissimo reino , as legendarias emprezas de Vasco da Gama e Alvares Cabral. O que se dizia d'um lavrador, que não tendo forças para agricultar um pequeno campo procurasse fazer a acquisição de muitas leguas de terreno ?—De louco, tacha-lo-iam seus comvizinhos, a quem as desditas inevitaveis do ambicioso proprietario, provocariam antes desdem do que compaixão.

Felizmente para as nações este rigoroso raciocinio raramente se lhes applica : dissimulam-se os erros e desvario, com o pomposo epitheto de *gloria* ; e aquelles que mais contribuiram para arrojal-as ao abysmo da miseria receberam da posteridade o nome de *heroes*. Não ouvimos nós todos os dias os ecomiasticos elogios que se fazem a Carlos V, a Luiz XVI e a D. Manoel, que cada qual em seu respectivo paiz symbolisa o seculo aureo ? — O modesto D. Diniz, o *rei lavrador*, tem aos meus olhos mais crescido merito que D. João II, mandando por Bartholomeu Dias explorar o Cabo da Boa Esperança, e esse *rei venturoso*, que utilisou-se das expedições de Gama e Cabral,e aquem Deus concedeu a posse da India e o *achado* do Brasil.

Collige-se da leitura do quadro estatistico inserto na *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII* pelo já referido nosso consocio o Sr. Rebello da Silva, que esse reino não podia por fórma alguma alimentar as expedições que annualmente sahiam de seu porto ; e que emquanto o oceano se cobria de destroços dos galeões e caravellas portuguezes, escasseava ó trigo, o azeite, o vinho e a terra sáfara e maninha desafiava a cultura até nas proximidades da

grande capital, cujo crescimento e grandeza ia na razão directa do depauperamento do resto do paiz.

Não possuia Portugal portanto esse excedente de população, que em bem da ordem publica, era enviado pelos phenicios e gregos a longinquas regiões, nem tão pouco tinha, como os romanos, necessidade de portos estrategicos que servissem de penhores á obediencia dos povos conquistados. Semelhante ao famoso *to be or not to be* de Hamleto, Roma se collocára no terrivel dilemma de conquistar, ou ser conquistada; e toda a sua historia, como diz Mommsen, gravitou em torno d'esse problema.

Estudando detidamente esta questão vemos que outro grande motor, alèm do estimulo guerreiro, levára nossos maiores aos confins da terra: refiro-me ao elemento religioso, poderosissimo n'essa epocha. O grande epico epilogando os factos gloriosos que o determinavam a embocar a tuba, accrescenta:

> « E tambem as memorias gloriosas
> « D'aquelles reis, que foram dilatando
> « A fé e o imperio; . . . . . »

e sabido é que nas armadas portuguezas que partiam para os novos descobrimentos, iam invariavelmente frades e padres, encarregados de converter a lei de Christo os que d'ella viviam arredados.

O *acaso*, palavra que não tem sentido philosophico, determinou a mór parte d'esses descobrimentos, que como facil é de suppôr, deverão ter produzido grande revolução nos animos de nossos avós, que se sentiram impellidos por uma força irresistivel para esse mundo desconhecido que surgira na proa de seus navios. A agricultura, a industria, o commercio resentiram-se d'essa resolução; e o reino que

nunca fôra verdadeiramente proprio apontou os passos para uma precipitada decadencia.

Nos conselhos d'el-rei D. Manoel não se sentava nenhum estadista capaz de planear um systema de colonisação para a *terra de Vera-Cruz*; e que só e unicamente podia consentir na organisação de grandes companhias, *ad instar* das que mais tarde tiveram a Hollanda e a Inglaterra, as quaes, auxiliadas por favores e isenções, tomassem por sua conta a colonisação do paiz que acabava de ser descoberto. Longe d'isso, pareceu dar o *grande rei* pouco apreço ao descobrimento de Cabral, todo embevecido como se achava com as maravilhosas proezas dos seus guerreiros nas partes do Oriente. Foi no reinado seguinte (em 1530) que o receio das explorações de Garcia e Caboto nas aguas do Rio da Prata e seus affluentes, levaram o prudente D. João III, a confiar a Martim Affonso o munus d'um estabelecimento duradouro.

Concebeu esse principe a idéa d'applicar ao nosso paiz o regimen das donatarias, ensaiado na ilha da Madeira, Porto Santo e as do archipelago de Cabo-Verde, esperando por esse meio attrahir colonos sem desembolso dos dinheiros régios. Felizmente para nós mallogrou-se essa tentativa, que se fosse corôada de bom exito teria inoculado no virgem solo americano o virus do feudalismo, de que ainda hoje a Europa não pòde inteiramente libertar-se.

Figuremos por um momento que semelhante systema ia avante. As nove capitanias hereditarias, vinculadas tão debilmente á metropole, não tardariam, favorecidas pela distancia e diversidade de clima, em se constituirem outros tantos principados, ou reinos independentes, em continuas lutas e rivalidades, cedo convertidas em guerras sanguinolentas, apresentando no XVII seculo espectaculo congenere ao que presenciamos hoje entre as republicas hispano-

americanas. Não permittiu porém Deus, em seus adoraveis decretos, que semelhante fatalidade nos acabrunhasse ; e, mallogrando pouco depois o novo ensaio da divisão do Brasil em dois Estados independentes, aplanou as vias d'essa bellissima unidade territorial, que constitue um dos nossos mais gloriosos brazões.

A concentração d'autoridade nas mãos d'um governador geral e a colonisação por conta immediata do Estado pareceu aos conselheiros de D. João III, o unico meio de remediar os erros até então commettidos. Recebeu Thomé de Sousa ordem de fixar residencia na Bahia do Salvador, e, d'accordo com o famoso *Caramurú*, lançou os lineamentos da primeira cidade portugueza n'America. Todos sabem as difficuldades com que teve de lutar esse benemerito varão e o poderoso auxiliar que encontrou no jesuita Manoel da Nobrega que com elle viéra, capitaneando os primeiros membros d'essa recente e já conspicua corporação.

A emigração europea e a catechese dos indigenas fôram então simultaneamente empregadas. Forneceram os degradados o principal contingente da primeira ; mas esse procedimento, que tem sido com azedume exprobrado a nossa antiga metropole, além de lhe não ser exclusivo, visto como as outras nações maritimas o adoptaram, era o unico recurso que lhe restava na deficiencia de população supra mencionada. Cumpre ainda ponderar que os crimes pelos quaes eram esses desditosos obrigados a se expatriarem não pertenciam, na sua totalidade, a classe dos que inspirem natural e instructivo horror, sendo antes leves delictos, ou ainda meras suspeitas, aggravadas pelo codigo draconiano que regia a penalidade d'essa epocha ; e com quanto não os possa recusar a influencia do clima e dos habitos da vida, incontestavel é que d'um pugilo de malvados não poderia ter provindo uma raça humilde e trabalhadora

como era a dos colonos luso-brasileiros, s alvas rarissimas excepções.

Verdade é que para o melhoramento d'essa raça, muito contribuiu o benefico influxo da religião, e as ardentes prédicas d'alguns missionarios jesuitas, que, não satisfeitos de converterem os adoradores de Tupan, chamando-os pelos meios suasorios ao gremio da civilisação, derramavam ainda o balsamo da palavra divi na sobre os recem-chegados do velho mundo, e na subli me doutrina do arrependimento mostravam-lhe os meios de reconciliarem com Deus e a sociedade.

Si folguei de declarar que os primitivos colonos não eram grandes criminosos, não dissimularei que entre elles lavravam vicios inveterados que bastante custaram a desarraigar, permanecendo ainda infelizmente alguns d'elles incrustados no nosso caracter nacional. Dão-nos eloquentes testemunhos d'esses *peccados* as cartas dos primeiros jesuitas, e em tempos mais vizinhos as vehementes apostrophes do padre Antonio Vieira. Para esse lamentavel resultado contribuiram d'um lado os excessos do regimem absoluto, e d'outro as facilidades da vida, e as riquezas rapidamente adquiridas. Mas qual foi a colonia em que taes abusos se não houvessem dados? Qual o nucleo de homens que se podesse isemptar d'acção corrosiva de tão perniciosos elementos?

Reconhecendo, por dolorosa experiencia, que os methodos agrarios da Europa eram inapplicaveis ás vastas regiões do novo mundo, onde erguia-se imponente a natureza desafiando as forças do homem civilisado, pensaram os colonos em buscar subsidio no trabalho do indigena, obrigando-o a rotear as florestas, onde até então livre campeava. D'ahi essas expedições pelo deserto conhecidas pelo nome de *bandeiras*, que tão poeticas nos parecem quão prejudiciaes fôram á obra da catechese.

Custosa é a transição da vida selvagem para a civilisada, os habitos nomadas d'aquella oppôem-se radicalmente aos sedentarios d'esta. Conheceram-no os jesuitas que em seus aldêamentos deixavam aos indigenas certas liberdades d'evolução, respeitaram-lhe certos usos, quando não contrarios as leis divinas e humanas, e aproveitando-se habilmente de suas naturaes tendencias buscavam consagrarlh'as nas ceremonias e praticas do culto catholico. Nenhum de vós ignora os louvaveis esforços dos padres Anchieta e Aspilcueta Navarro, que tão edificante partido tiraram do gosto dos selvagens pela musica.

Para que essa transformação se operasse necessaria porém era a acção do tempo, e para elle appellavam os missionarios, cheios de robusta confiança. Só mais tarde é que as *reducções* se poderiam converter em *colonias*; só os netos de *Tebyricá* e *Ararigboya* estariam no caso d'apreciar as vantagens da vida civilisada.

Os iniquos *resgates* provocaram geral indignação entre as tribus aborigenes, muitas das quaes haviam recebido com admiravel mansuetude os primeiros exploradores : a missão de paz e caridade exercida pelos filhos de Loyola viu-se ameaçada de completo mallogro. Empenharam então estes em defeza dos *indios forros, seus administrados*, proficua luta com a avareza dos colonos de que nos sobram testemunhas n'essas bullas, breves, cartas régias e alvarás que avolumam a legislação colonial.

Qualquer que fosse o movel que determinava os jesuitas a defenderem a todo o transe a liberdade dos indios, tenho por seguro que a razão e a justiça se achava de seu lado, e não da dos moradores, cujos motivos cifravam-se na carencia de braços para a lavoura.

Quem sabe porém qual seria o exito final da luta si a pratica não viesse convencer aos colonos que os indigenas,

cujos braços ardentemente cubiçavam não podiam por fórma alguma se amoldar ao trabalho obrigativo e sagrado da lavoura ; e, quando desesperados de volverem as suas *tabas*, incumbiam á nostalgia, obedecendo d'est'arte a uma lei physiologica, hoje amplamente explicada pela sciencia antropologica.

Força foi então recorrer a outro expediente : no animo dos *philantropos* assomou a idéa da introducção d'escravos d'Africa. Empreguei de industria a palavra *philantropo*, porque ninguem poderá recusar este qualificativo ao grande padre Vieira, que, como todos sabem, foi ardente apologista da introducção de escravos africanos.

Para julgar as instituições e os homens d'uma epocha pede a equidade que nos colloquemos pelo raciocinio, ainda mais do que pela imaginação, no ambiente que respiraram.

Admittida a impossibilidade de trocar os selvagens do Brasil em trabalhadores, e provada outrosim a não menor impossibilidade d'adaptar aos rudes misteres agricolas n'um clima tropical homens nascidos n'outras regiões, e costumados a outro genero de lavoura, devêra ser esta sacrificada, e com ella o futuro da colonia, ou mandar-se vir d'algures braços que se prestassem ao genero especialissimo de sua cultura.. Foi este o alvitre adoptado.

Tenho muitas vezes lido e ouvido amaldiçoar a memoria dos que nos legaram a lepra da escravidão africana : acho porém injusto tal anathema. Sei que foi ella uma especie de tunica de Nesso, sei tambem que é a causa dos serios embaraços com que hoje arca a sociedade brasileira, sei finalmente que n'ella se encontra a origem de muitos de nossos vicios e defeitos, que só um futuro, talvez bem remoto, verá desapparecer. Colloque-se porém qualquer moderno estadista na dura collisão que acima figurei, e

estou certo que outra não seria a solução, attentas, como já disse, as circumstancias de tempo e de lugar.

Releva igualmente observar que nos braços africanos não procuravam *colonos* na nobre accepção de vocabulos, não eram povoadores, troncos de vigorosa geração; eram unicamente braços que imperiosamente reclamava a lavoura, em vesperas de sua completa e inevitavel ruína. Na importação dos *coolis*, a que a propria Inglaterra recorreu, depara-se com a justificação do procedimento dos nossos maiores, aos quaes estimulava outrosim o desejo de converter pela escravidão ao catholicismo essas hordas africanas, que viviam a dilacerarem-se, e cujos regulos imploravam aos reis de Portugal a compra de seus vassallos como graça especialissima.

Exprimindo-me d'este modo no seio d'uma corporação tão illustrada como a do Instituto Historico e Geographico, não me tolhe o receio de ser averbado *d'escravocrata*: advogo unicamente a causa da justiça, pugno pelo triumpho da verdade historica, e peço que se faça aos nossos antepassados a mesma equidade que um dia quiçá desejaremos que se nos faça.

Para chegar a uma conclusão attinente ao ponto que tive a subida honra de propôr para as nossas discussões, direi que os portuguezes nunca tiveram um systema colonial, na estricta significação do vocabulo: que *felizmente* mallogrou-se o ensaio das donatarias, assim como o da divisão do Brasil em dois governos distinctos; que os primeiros colonos, escolhidos d'entre os degradados eram mais viciosos do que réos de horrendos delictos; e finalmente que o mallogro da catechese trouxe como consequencia immediata e indeclinavel a importação dos escravos d'Africa.

Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1871.

BIOGRAPHIA

DOS BRASILEIROS ILLUSTRES POR ARMAS, LETRAS, VIRTUDES, ETC.

FREI JOSÉ DA COSTA AZEVEDO (1)

E' singular o esquecimento a que votamos os varões, que pela sua intelligencia e dedicação serviram a patria; e podemos com justiça dizer, que entre os defeitos do caracter portuguez é este o que com mais saliencia se nota no nosso. Somos os legitimos herdeiros dos desprezadores dos Camões e Albuquerques, e parece que só sabemos venerar a fatua mediocridade, ou genuflectir perante extranhos idolos.

Esqueceu a moderna geração até os nomes dos que, superando mil difficuldades, n'uma épocha em que tão escassas eram as luzes e tão arduos os meios de obtel-as, conquistaram a reputação de doutos e fizeram-se respeitar dentro e fóra do paiz. Quem ha ahi que se recorde d'essa brilhante pleiade de naturalistas, que á sombra do claustro entregavam-se ao estudo da natureza e revelavam ao mundo scientifico a riqueza do nosso solo? Apenas um ou outro estudioso pronuncía com respeito os nomes de frei José Mariano da Conceição Velloso, o sabio autor da *Flora Fluminense*, de frei Leandro do Sacramento, o creador do jardim botanico; ao passo que condemnados ficam a perpetuo olvido outros, que menos celebres que os seus collegas, prestaram em mais modesta esphera valiosos serviços.

E' em prol de um d'esses exilados da gratidão nacional, que ergueremos hoje nossa debil voz. Queremos fallar do

(1) Esta biographia foi anteriormente publicada na *Revista Popular*.

padre-mestre frei José da Costa Azevedo, primeiro director do museu e lente da academia militar d'esta côrte.

Nasceu José da Costa Azevedo na cidade do Rio de Janeiro aos 16 de Setembro de 1763 no gremio de pobre e honesta familia, e revelando desde os mais verdes annos extraordinario talento e amor as letras, foi por seus paes consagrado a ellas. Percorrendo com rapidez o circulo d'estudos, que então existiam na nossa terra, aspirou novos e mais dilatados horizontes, e testemunhas d'esse nobre ardor, proporcionaram-lhe algumas almas generosas os meios para transportar-se a Lisboa, onde matriculou-se no collegio dos nobres.

Longe da patria não se afrouxou o enthusiasmo do digno mancebo, continuando pela sua applicação e exemplar conducta a merecer a geral estima dos seus professores. Terminado o curso de preparatorios, ou como então se dizia, havendo feito as suas humanidades, encaminhou-se o moço fluminense para Coimbra, a fim de frequentar os cursos d'essa celebre universidade, emporio das sciencias e letras da vasta monarchia portugueza. Com tanto aproveitamento estudou ahi José da Costa Azevedo, que poucos annos se haviam passado, que já trocava o banco de alumno pela cadeira de lente de theologia na ordem de S. Francisco, cujo instituto abraçára.

Chamava então o claustro todos os talentos modestos, todas as verdadeiras vocações litterarias, que fugindo ao ruido da sociedade, buscavam em sua solidão esse remanso tão almejado por todos os sabios, essa *aurea mediocritas* do bom Horacio. Era frei José da Costa um homem de estudo ; havia contrahido o vicio do trabalho, na phrase d'um moderno escriptor, e nada parecia mais adaptado ao seu caracter, do que o burel franciscano. Cercada de respeito era a ordem seraphica uma das mais felizes de Por-

tugal, e sem violar o voto de pobreza, abundantemente soccorrida pela piedade dos fieis, nada faltava ao bem estar de seus membros, que nas maximas do Evangelho e na pratica da sua regra, haviam apprendido a contentarem-se de pouco.

Eminente theologo não encerrou frei José da Costa o seu talento n'esta especialidade, antes frequentou com gosto e assiduidade os cursos de philosophia e sciencias naturaes, aproveitando utilmente a sua residencia na Athenas Lusitana.

Tão grande reputação grangeou como philosopho, que foi chamado para reger uma cadeira publica d'essa disciplina em Lisboa, para onde dirigiu-se, saudoso deixando as poeticas ribas do Mondego. Acompanhou-o a estima, de que até alli gosava, e a prova do seu merito litterario, do quanto era apreciado pelos homens mais notaveis da épocha, achamol-a nós na sua escolha para socio correspondente da academia real das sciencias; que poucos annos antes fundára um dos mais distinctos caracteres da velha fidalguia, o esclarecido duque de Lafões, verdadeiro Mecenas das letras portuguezas.

Illustrando a patria pelo seu saber e virtudes, consolava-se o padre-mestre Costa de viver d'ella arredado, e não pensava se quer na possibilidade de regressar aos seus lares. Havia porém a sorte disposto o contrario.

Travára elle intimas relações com seu illustre conterraneo Azeredo Coutinho, que sendo eleito bispo de Pernambuco e incumbido de fundar o seminario d'essa diocese, obteve do seu amigo a coadjuvação das suas luzes, e do governo o preciso beneplacito para que o seguisse em seu novo destino.

Tanta confiança depositava o bispo Azeredo Coutinho no padre-mestre Costa, que a ninguem achou mais digno

de confiar a direcção do seu seminario, encarregando-o ao mesmo tempo de leccionar philosophia e rethorica. Na memoria dos anciões de Pernambuco achava-se ainda archivado o modo lhano, sisudo e nobre, com que o douto fluminense desempenhou semelhantes encargos.

Para prova da estima, que d'elle fazia o sabio prelado, que no meio de tão variados deveres soube ainda adquirir renome de grande economista e ameno escriptor, citemos o trecho d'uma carta, que de Lisboa escrevia-lhe em data de 3 de Fevereiro de 1803, quando por ahi passára, indo tomar conta dos bispados de Bragança e Miranda para onde fôra removido.

« Li com gosto a dissertação, que escreveu sobre a salubridade dos ares d'Olinda, e que recebi na mesma occasião, em que recebi a sua carta ; ella faz muita honra ao nome de V. R , tanto pela erudição, que encerra, como pelo excellente methodo, em que está disposta. Essas foram as minhas vistas sempre ; formar n'esse fertil torrão homens capazes de olhar sobre a sua natureza e de nos descobrirem as grandes preciosidades, que elle contém em todos os ramos, e as vantagens, que podemos tirar de suas riquezas. Eu plantei, V. R. deve regar e continuar esta grande obra, e Deus lhe dará o augmento.»

Propheticas foram as palavras do magnanimo bispo, e os serviços de frei José da Costa, seu amor pelas sciencias naturaes foram devidamente aquilatados pelo excelso conde de Linhares, que conhecendo-o pessoalmente, d'elle lembrou se na organisação da academia militar d'esta côrte, destinando-lhe a cadeira de mineralogia. Mais tarde foi pelo mesmo conde despachado director do museu, emprego que conservou até a sua morte, occorrida a 7 de Novembro de 1822, repousando os seus ossos n'uma urna, depositada na igreja de S. Pedro, e mandada fazer pelo seu

amigo e parente o senr. commendador José Victorino Coimbra, a quem devemos o obsequio das presentes notas biographicas.

Privou o padre-mestre Costa com as maiores notabilidades do seu tempo, e temos presente grande numero de cartas, penhores da familiaridade, com que o distinguiam. Os duques de Lafões e Cadaval, os marquezes d'Angeja e d'Aguiar, os condes de Linhares, das Galvêas e da Barca, os bispos D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, frei José de Santa Escholastica, D. frei Francisco de S. Luiz e D. José Caetano da Silva Coutinho, o chanceller-mór, e depois ministro, Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, os doutores José Bonifacio e Manoel da Arruda, e muitos outros conspicuos varões mantinham com elle assidua correspondencia, e acatavam seus conselhos e observações.

Não lhe dessecaram a imaginação as sciencias phisico-mathematicas e lemos muitos de seus sermões — onde a belleza d'estylo de S. Carlos se casa com a pureza de dicção de Vieira. — Não confiou-os porém ao prelo por mal entendida modestia: porquanto, nunca deve o homem de letras recusar ao seu paiz o tributo da sua intelligencia; não aconselhamos porém aos seus herdeiros, que o façam, se não desejarem ser multados nos gastos da impressão, por isso que as obras de gosto e d'amena litteratura não são da nossa quadra, que almeja em tudo descobrir o immediato e positivo interesse.

Para o uso de seus discipulos escrevêra o padre-mestre Costa uns *Elementos de Mineralogia*, segundo o methodo de Wermer, os quaes lamenta Adriano Balbi (2), que nunca vissem a luz da imprensa.

(2) *Essai Statistique du Royaume de Portugal*, tome II.

Manuseando a collecção das cartas, que por diversos personagens lhe foram endoreçadas, viemos ao conhecimento, que muitas memorias escrevêra frei José da Costa sobre os estudos de sua maior predilecção : ignoramos porém onde param esses trabalhos, que talvez a traça haja consumido, ou constituam a bagagem scientifica d'algum moderno naturalista.

Grandemente contribue o acanhamento, que tinham os nossos antigos de confiarem á imprensa o fructo de seus labores para o descredito, em que cahiram as sciencias em Portugal ; a ponto de ignorarem muitas pessoas, alias instruidas, quaes sejam os homens, que maior nomeada por ellas alcançaram na sua épocha. Julgamos haver soado a hora da reparação, façamos o inventario das nossas glorias :—evoquemos no Josaphat da historia todas as grandes sombras d'esses benemeritos, que pelas suas virtudes, letras e serviços ennobreciam a patria, que para elles ainda não existia. No Panteon brasileiro erga-se a estatua do distincto e modesto naturalista frei José da Costa Azevedo, e deixe de pesar sobre a sua memoria o gelido manto da indifferença e do olvido. Taes são os nossos humildes votos.

TYP. DE PINHEIRO & C., RUA SETE DE SETEMRRO N. 159.